

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA E CONEXÕES
ATLÂNTICAS: CULTURAS E PODERES

THIAGO SILVA DE SOUSA

**O Revolucionário, o Intelectual e o Religioso: aspectos da formação
do integralismo no Piauí (1930-1935)**

SÃO LUÍS

2025

THIAGO SILVA DE SOUSA

O Revolucionário, o Intelectual e o Religioso:

aspectos da formação do integralismo no Piauí (1930-1935)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História e Conexões Atlânticas da Universidade Federal do Maranhão para a obtenção do título de mestre em História.

Linha de pesquisa: Poderes, Políticas e Sociabilidades

Orientadora: Profa. Dra. Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira

SÃO LUÍS

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Sousa, Thiago Silva de.

O Revolucionário, o Intelectual e o Religioso: aspectos da formação do integralismo no Piauí 1930-1935 / Thiago Silva de Sousa. - 2025.
142 f.

Orientador(a): Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

1. Integralismo No Piauí. 2. Revolução de 1930. 3. Jornal A Liberdade. 4. Memória. 5. História do Piauí. I. Oliveira, Maria Izabel Barboza de Moraes. II. Título.

THIAGO SILVA DE SOUSA

O Revolucionário, o Intelectual e o Religioso:
aspectos da formação do integralismo no Piauí (1930-1935)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História e Conexões Atlânticas da Universidade Federal do Maranhão para a obtenção do título de mestre em História.

Linha de pesquisa: Poderes, Políticas e Sociabilidades

Orientadora: Profa. Dra. Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira

Aprovado em 18/08/2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MARIA IZABEL BARBOZA DE MORAIS OLIVEIRA**
Data: 15/09/2025 13:41:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira (orientadora)
PPGHIS/UFMA

Documento assinado digitalmente
 **ALEXANDRE PIEREZAN**
Data: 12/09/2025 14:55:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Alexandre Pierезan (externo)
CPNA/UFMS

Documento assinado digitalmente
 **ISABEL IBARRA CABRERA**
Data: 12/09/2025 17:46:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Isabel Ibarra Cabrera (interno)
PPGHIS/UFMA

Documento assinado digitalmente
 **JOAO BATISTA BITENCOURT**
Data: 14/09/2025 19:52:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. João Batista Bitencourt (externo)
DEHIS/UFMA

Documento assinado digitalmente
 **LYNDON DE ARAUJO SANTOS**
Data: 13/09/2025 10:57:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Lyndon de Araújo Santos (interno)
PPGHIS/UFMA

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo explorar a formação do núcleo da Ação Integralista Brasileira no estado do Piauí (AIB-PI), a partir de três eixos de análise do discurso emitido pelos camisas verdes piauienses: a disputa pela memória da Revolução de 1930 (Revolucionário); a apresentação do movimento como um farol de intelectuais (Intelectual); a associação com a doutrina católica (Religioso). As fontes analisadas foram jornais e documentos da época, com mais preponderância para o jornal *A Liberdade*, impresso integralista do Piauí. Como metodologia apresentamos uma formulação que une algumas perspectivas advindas do contextualismo linguístico de Skinner (2015) e alguns conceitos bakhtinianos (Bakhtin, 2016). No aspecto teórico nossa pesquisa intersecciona o campo da história dos fascismos, utilizando como referência primordial Robert Paxton (2023) e João Bernardo (2022). Operacionalizados alguns conceitos como o de “intelectuais-políticos” de Antônio Pinto (2021) e a ideia de “intelectuais orgânicos” de Antônio Gramsci (1982). Também adentramos ao conceito “memória política” de Michael Pollak (1989). A análise da tríade de aspectos da formação da AIB-PI demonstrou que eles estavam presentes na estrutura política global de formação do fascismo, e que reverbera na organização política vigente no Piauí da década de trinta, foram fatores instrumentalizados pelos integralistas do Piauí para pautar seu discurso e ganhar militantes. Apontamos que o Piauí esteve imerso no panorama global de formação dos fascismos durante o período do entreguerras, adaptando e interpretando os aspectos fundamentais do movimento para a demandas presentes na realidade local.

Palavras-chaves: Integralismo no Piauí; Revolução de 1930; jornal *A Liberdade*; Memória; História do Piauí

ABSTRACT

This study intends to explore the formation of the nucleus of the Ação Integralista Brasileira in the state of Piauí (AIB-PI), based on three lines of analysis of the discourse emitted by the Piauí Green Shirts: the dispute over the memory of the 1930 Revolution (Revolutionary); the representation of the movement as a beacon of intellectuals (Intellectual); the association with Catholic doctrine (Religious). The materials analyzed were newspapers and documents from the time, with the newspaper *A Liberdade*, an integralist newspaper from Piauí, being the most important. The methodology we used combines some perspectives from Skinner's linguistic contextualism (2015) and some Bakhtinian concepts (Bakhtin, 2016). From a theoretical point of view, our research intersects with the field of the history of fascism, using Robert Paxton (2023) and João Bernardo (2022) as primary references. We operationalized some concepts such as “political intellectuals” by Antonio Pinto (2021) and the idea of “organic intellectuals” by Antonio Gramsci (1982). We also looked at the concept of “political memory” by Michael Pollak (1989). The analysis of the triad of aspects of the formation of the AIB-PI showed that they were present in the global political structure that shaped fascism, and that reverberated in the political organization in force in Piauí in the 1930s; they were factors used by the integralists in Piauí to guide their discourse and win militants. We point out that Piauí was immersed in the global context of fascism during the inter-war period, adapting and interpreting the fundamental aspects of the movement to the demands of the local reality.

Keywords: Integralism of Piauí; Revolution of 1930; newspaper *A Liberdade*; Memory; History of Piauí.

LISTA DE ABREVIATURAS

AL - Aliança Liberal

AIB - Ação Integralista Brasileira

APHRC - Arquivo Público Histórico de Rio Claro

KKK - Klu Klux Klan

LCT - Liga Cearense do Trabalho

LEC - Liga Eleitoral Católica

PDP - Partido Democrático Piauiense

PGM - Primeira Guerra Mundial

PNSP - Partido Nacional Socialista do Piauí

SEP - Sociedade de Estudos Políticos

SNDE - Secretaria Nacional de Doutrina e Estudos

SNI - Secretaria Nacional de Imprensa

ULR - União Liberal Regeneradora

LISTA DE IMAGENS

Imagem I - Mapa das Bandeiras Integralista de Gustavo Barroso	45
Imagem II - Fotografia do desembargador. Joaquim Vaz da Costa	48
Imagem III - Sigma Jornais Reunidos	72
Imagem IV - Fotografia do Núcleo Integralista do Piauí	77
Imagem V - Panfleto da Ação Integralista Brasileira núcleo Piauí	83

LISTA DE TABELAS

Tabela I - Governadores do Piauí e seus grupos oligárquicos (1891-1930)	36
Tabela II - Alianças e conexões políticas para a Revolução de 1930	41
Tabela III - Quantidade de periódicos criados no Piauí no período de 1860-1930	69
Tabela IV - Municípios de criação dos impressos (1900-1930)	70
Tabela V - Composição da Ação Integralista no Piauí	73

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
A REVOLUÇÃO DE 1930 E A FUNDAÇÃO DO INTEGRALISMO NO PIAUÍ	15
O fascismo como fenômeno da crise democrática	15
A Revolução de 30 e a emergência do integralismo	23
Revolução de 1930 e a composição do Integralismo no Piauí	32
O integralismo piauiense como “revolução”: entre a memória de 1930 e a revolução da ordem	46
O INTELECTUAL NA DISSEMINAÇÃO DO INTEGRALISMO NO PIAUÍ	56
Fascismos globais e a intelectualidade	56
O Integralismo e a formação de intelectuais	62
Intelectualidade e imprensa no Piauí do primeiro terço do século XX	67
O discurso do integralismo como movimento de intelectuais no Piauí	78
O CATOLICISMO E O INTEGRALISMO NO PIAUÍ	86
A militância católica e integralista no Brasil dos anos 1930	86
O contexto de militância católica no Piauí republicano	95
Aproximações entre o Integralismo e o catolicismo no Piauí	98
O discurso religioso como arregimentação de militantes	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	125

INTRODUÇÃO

Em resenha publicada no início dos anos 2000, o historiador Roney Cytrynowicz (2001) avaliava o livro de João Ricardo Castro Caldeira (1999, p. 277), acerca do integralismo no estado do Maranhão, como capaz de “suscitar a reabertura do debate referente às leituras e interpretações sobre o Integralismo no Brasil”. Embora houvesse pesquisas pontuais, até aquele momento, a Ação Integralista Brasileira (AIB), como objeto de estudo, havia sido mais investigada pelas Ciências Sociais e Políticas, que priorizavam compreender suas dimensões ideológicas e a caracterização do movimento pelo epíteto fascista. Consolidando-se como objeto do escrutínio da História a partir dos anos finais do século passado, o integralismo passou a ser deslindado em diversas perspectivas dentro do campo histórico e por distintos nichos documentais de fontes. Entre esses muitos caminhos, abriu-se espaço para pensar as variações do movimento dentro dos diversos espaços da geografia nacional. Essas pesquisas foram nomeadas de “estudos regionais” por se preocuparem pela abordagem do fenômeno integralista em escala local. Como defende o professor Rodrigo Oliveira (2009, p. 127):

[Houve] uma onda de estudos regionais – tendo em vista que os primeiros estudos não conseguiram (ou não pretenderam) dar conta da estruturação do movimento integralista nas diversas regiões do país, ficando apenas em uma discussão do movimento enquanto nacional – havia uma grande lacuna sobre as peculiaridades de cada região.

No quadro das primeiras pesquisas sobre as facetas regionais do integralismo destacaram-se os estudos desenvolvidos por René Gertz, Josênio Parente e o João Ricardo Castro Caldeira. O primeiro trabalhou a imersão do integralismo no Rio Grande do Sul e a pluralidade de sua composição naquele território. O segundo pesquisador tentou examinar as relações entre o núcleo integralista do Ceará e outros movimentos vinculados ao operariado cearense, como a Liga Cearense do Trabalho (LCT), tensionando questões acerca das imbricações com a Igreja Católica cearense. Castro Caldeira focou sua pesquisa no Maranhão dimensionando a expressão política que o integralismo obteve no estado, bem como suas disputas com movimentos comunistas. Essas pesquisas apontaram que, assim como outros fascismo, as características políticas e culturais que as localidades vivenciavam foram importantes na forma como ele foi introduzido em determinados locais e na maneira como o fascismo integralista atuou dentro da dinâmica de poder regional.

No ano de 2010, o pesquisador João Fábio Bertonha produziu um index bibliográfico acerca da produção intelectual sobre o integralismo nas universidades nacionais. O professor demarcava o período de setenta e cinco anos a partir da fundação da Ação Integralista Brasileira

em 1932 e a sua contemporaneidade. Ele apontou que havia uma produção significativa de pesquisas que tinham nas variações do integralismo regionalmente o seu objeto. Entre as pesquisas, havia um expressivo privilegiamento de estados chaves da atuação integralista como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco, que ostentavam mais de uma dezena de estudos partindo de distintos recortes e problematizações e focalizados em entender a atuação integralista em seus estados.

Nota-se uma concentração das pesquisas em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, com focos importantes, igualmente, em Pernambuco, no Paraná e em São Paulo. Isso reflete a importância do integralismo nesses Estados, assim como questões práticas, como a presença de historiadores dedicados, como René Gertz ou Giselda Brito, que amplificam a produção local, ou de universidades com campus no interior (Bertonha, 2010, p. 8).

Estados mais periféricos ficaram de fora do olhar historiográfico acerca das denotações, atuações e formatações dos núcleos integralistas em seus territórios durante a década de 1930. Se fecharmos o recorte espacial ao nordeste, entre as mais de oitocentas pesquisas arroladas por Bertonha (2010), verificaremos que dois (Piauí e Paraíba) dos nove estados não possuíam nenhuma pesquisa acerca do movimento em seus territórios. Ainda assim, entre os que foram contemplados com pesquisas, apenas o Ceará, Pernambuco e Bahia contavam com mais de um pesquisador acerca da temática. Em quinze anos o contexto de produção historiográfica do integralismo alterou-se e passou a contar com novas abordagens e pesquisadores preocupados em explicar o fenômeno integralista regionalmente. Atualmente todos os estados do nordeste possuem ao menos uma pesquisa, mesmo que um Trabalho de Conclusão de Curso, acerca da atuação da Ação Integralista em seu território. No Anexo I construímos uma tabela, baseada parcialmente nas indicações bibliográficas de Bertonha (2010), discriminando os estudos históricos que tem como objeto os núcleos integralistas nos estados nordestinos.

O presente trabalho visa integrar o amplo conjunto de pesquisas e pesquisadores do integralismo regional dedicando-se em investigar quais aspectos do contexto político do estado do Piauí foram operacionalizados pelos integralistas na organização do núcleo integralista no estado. Pensamos a formação do integralismo no Piauí a partir de três atributos principais: o revolucionário, o intelectual e o religioso. A partir da análise das fontes de pesquisa, mormente a imprensa oficial do integralismo piauiense: o jornal *A Liberdade*, elencamos esses três aspectos nos quais assentam-se a estrutura discursiva dos integralistas piauienses na produção de uma qualificação do movimento integralista e na arregimentação de militantes. Esses três aspectos orbitam nas manifestações intelectuais-políticas dos líderes do núcleo piauiense do

integralismo ora como adjetivo do próprio movimento, ora como recurso de identificação propagandístico para o alistamento de militantes.

Nossas principais fontes históricas estão na produção jornalística do movimento integralista piauiense com o *A Liberdade*. Fundado em fins da década de 1920, o jornal foi a principal mídia na defesa das propostas do levante revolucionário da Aliança Liberal (AL) no Piauí. Posteriormente tornou-se o impresso responsável pela disseminação das ideias integralistas piauienses tendo como redator principal o chefe provincial da Ação Integralista núcleo Piauí: Giovanni Costa. Além do impresso piauiense utilizaremos outras mídias oficiais como o jornal *A Offensiva*, principal jornal da Ação Integralista a nível nacional, o *Monitor Integralista*, jornal de comunicação das ações e decisões organizacionais do movimento, a *Revista Anauê*, revista vinculada a AIB para a promoção do integralismo a setores amplos da sociedade como mulheres e crianças, entre outras mídias regionais e jornais piauienses não integralistas. Contamos também com diversos documentos encontrados em arquivos públicos e disponibilizados virtualmente, como o Arquivo Público do Piauí e o Arquivo Público de Rio Claro. Esses documentos estão anexados na presente pesquisa.

Para empreendermos a análise dos jornais e revistas integralistas, utilizaremos algumas ideias do *Contextualismo Linguístico* de Quentin Skinner e o *Dialogismo* do filósofo russo Mikhail Bakhtin. Para refletirmos sobre as ideias políticas a partir das manifestações políticas dos integralistas piauienses, partiremos da compreensão que Skinner (2017) faz dos *Atos Linguísticos*. Para ele toda emissão de uma fala, compreendendo por “fala” qualquer comunicação, busca uma reação dos receptores da mensagem. Essa reação é marcada não apenas pela resposta verbalizada, mas pela ação física e social. Os *Atos Linguísticos* compreendem então a comunicação política como uma forma de encontrar no interlocutor uma recepção positiva para suas ideias. Por isso que é operacionalizado na confecção da mensagem política elementos capazes de mobilizar militantes ou causar uma resposta positiva ao que se quer trabalhar.

Embora Mikhail Bakhtin não tenha criado uma metodologia delimitada para o campo da história, alguns de seus conceitos puderam ajudar a interpretarmos os textos históricos aqui analisados. Sua noção de *dialogismo* que considera todo texto um processo de enunciação, e toda enunciação ideológica como componente de um diálogo mais amplo, nos ajuda a integrar a textos analisados dentro do panorama político em que eles foram produzidos. Por ser componente de um diálogo, a comunicação política figura como um ato responsivo (responde a alguém) ao mesmo tempo que busca ser respondido por outros. Isso não significa que precisamos construir a cadeia de diálogo do texto para compreendermos a intenção do autor,

mas se o lermos por uma lente que não o isole em espaço, e reconheça que o seu conteúdo está em contato e circulando nas mais variadas espacialidades, podemos encontrar ali os objetivos de comunicação dos autores.

Além disso, precisamos ter em mente que o texto político, principalmente o jornalístico, não é autônomo e exclusivamente independente. Por ele perpassam comunicações distintas que ocorrem num determinado contexto linguístico. Essa lente é potencial ao permitir que vejamos um texto em sua “polifonia”. Compreendida como a ocorrência de várias vozes distintas na produção de um texto sem que oculte a emissão individual do autor e nem seus coparticipantes. A polifonia considera a enunciação política como uma forma em que outros autores emitem suas opiniões de forma terceirizada por meio de um texto, sem que essas confundam-se com o autor original, mas convivem harmoniosamente naquela organização linguística, que novamente, pressupõe a ação dos indivíduos.

Assim, a produção intelectual dos integralistas piauienses não está dissociada do contexto político em que foi enunciada, ainda que ressoe o pensamento político-intelectual de outros integralistas, os membros do núcleo piauiense do integralismo adaptam e mobilizam seu discurso para ensejar respostas dentro da sociedade piauiense.

Nosso trabalho intersecciona-se dentro do campo da História Política. O “político” é visto como um domínio multifacetado que interconecta outras dimensões da realidade, portanto, a “esfera do político absorve problemas ou questões que não se colocavam antes e que aliás, em alguns casos, tornam a sair dela. Os contornos são pouco nítidos, mas hoje em dia poucos domínios escapam da política” (Rémond, 1994, p. 17). Ainda que o “político” não apareça como um signo de compreensão da historicidade do nosso objeto, essa concepção passa transversalmente sob nosso olhar às condições de organização do núcleo integralista. Captando em como a disputa de memória de uma crise política, a disputa por uma categoria social e a prática cultural religiosa de uma sociedade pode ser moldada discursivamente para servir como suporte ideológico de um movimento político.

Não entraremos no âmbito da discussão da validade do uso do termo fascismo para caracterizar o integralismo, mas concordamos com a utilização do termo, pois o integralismo apresenta em seu conjunto de bases ideológicas e sua forma de fazer política a genética do fascismo que se tornou um fenômeno global durante os entreguerras. Partimos dessa concepção como pressuposto e adentramos a história do fascismo utilizando as colocações de Robert Paxton (2023) e João Bernardo (2022). Não obstante a sua recusa em utilizar a terminologia fascista para movimentos que estão fora da Europa durante o período do entreguerras, Paxton (2023) propôs uma conceituação do “fascismo” como um fenômeno político pautado no

gerenciamento intencional de paixões políticas para a mobilização do partido. Nesses termos, o historiador defende que as pesquisas se voltem a escrutinar com mais afinco os interesses de agenciamento das paixões políticas por parte dos fascistas, deixando de lado o apelo por uma noção na qual a ideologia fascista tenha sido a responsável pela expansão do movimento.

Tensionar as “paixões mobilizadoras” para compreender a eclosão de partidos fascistas em localidades distintas, potencializa a capacidade de percebermos quais características dos contextos políticos imediatos da gênese fascista foram operacionalizados para a construção de um diálogo político com os grupos que compõe a dinâmica de poder local. Enquanto o uso de João Bernardo (2022) é sintetizado na sua conceituação do “fascismo” como uma reação conservadora das elites ao pendular de setores populares para grupos de esquerda. Molda, a partir disso, a definição de fascismo como um projeto de “revolução da ordem”. O objetivo dos partidos fascistas, e seus aliados elitistas, era patrocinar uma revolução em “moldes conservadores”.

A partir de Paxton (2023) e Bernardo (2022) podemos trabalhar a ideia de revolução e sua construção imagética como componente do campo do conservadorismo fascista. Mais do que pregar uma mera revolução, os integralismos, como um partido fascista que foi, desenhou um projeto que transformasse a ideia de “revolução”, tão presente na gramática da esquerda, como mobilização de militantes para a defesa da manutenção das classes e do sistema hierarquizado das elites econômicas.

No primeiro capítulo, nomeado *A Revolução de 1930 e fundação do integralismo no Piauí*, debateremos como essa noção de “revolução” integralista foi readaptada dentro das demandas políticas do contexto piauiense. A partir da crise entre os grupos que participaram da Aliança Liberal (AL) nos primeiros anos da década de 1930, houve a disputa em torno da memória do projeto revolucionário passado. No interior dessa querela a ideia de “revolução” tornou-se um mecanismo político linguístico dentro da dinâmica política local. Assim, a ideia de “revolução integralista” foi mesclada às disputas em torno do projeto revolucionário de 1930 e serviu de aspecto mobilizador para a arregimentação de militantes e a justificação da organização do integralismo no Piauí.

Nossa pesquisa alia-se a algumas demandas da chamada História dos Intelectuais, também pensada aqui a partir das ligações com a categoria do político no que concerne a prática social dos ditos “intelectuais” tanto na promoção de uma ideologia fascista em território piauiense, como a própria forma de percepção que os membros do movimento tinham sobre essa função. A “intelectualidade” do movimento integralista esteve presente na produção da imagem integralista frente ao público, intencionando ganhar destaque no seio da elite política.

Ramos (2013) demonstra que o integralismo atuou a partir de redes intelectuais que permitiram a transposição de ideias e pessoas formatando a força e o sucesso social que o integralismo obteve. “A criação desta teia de relações sociais envolvendo pessoas que se relacionavam com o ambiente e as atividades intelectuais faz com que as estratégias de atuação do movimento fossem mobilizadas a partir do repertório de práticas e experiências dos intelectuais” (Ramos, 2013, p. 313).

Nesse quadro, membros das elites locais e participantes da estrutura de dominação econômica oligárquica eram atraídos para participarem do projeto político do integralismo dentro do estado. Conformando o que Antônio Pinto (2021) definiu como “intelectuais-políticos”, sujeitos que já participavam da dinâmica de poder local, ocupando postos de poder e atuando dentro das movimentações políticas tradicionais. Como participantes das elites oligárquicas locais, esses “homens das letras” são convocados a integrarem o movimento integralista a partir de uma propaganda que definia a revolução integralista como um processo preludiado pela unidade do pensamento nacional conduzida por “intelectuais”. Atraídos a ocuparem essa posição de líderes da “nova civilização”, os jovens membros das elites encontram no integralismo a forma de atuarem com mais destaque no seio das disputas políticas regionais.

Esses “intelectuais” eram convidados a atuarem na produção de ideias que ajudassem na mediação entre as lideranças de um novo movimento e as antigas formas de execução do poder. Ocupando uma posição relacional, que pode ser apontada nos termos de “intelectual-orgânico” descrito por Antônio Gramsci (1982), tornou-se o responsável por uma mediação discursiva entre as intenções políticas do integralismo e a sociedade na qual ele vicejava atuar. No segundo capítulo: *O Intelectual na disseminação do integralismo no Piauí*, visamos demonstrar como se deu a participação de intelectuais piauienses no interior do quadro de composição da Ação Integralista do Piauí. Mostraremos que a busca pela intelectualidade estadual esteve presente nas comunicações de arregimentação de militantes e que categorias como movimento das ideias, movimento de elites intelectuais e movimento do pensamento novo, foram apresentados em vínculo ao integralismo como forma de mobilização no estado a partir de um círculo intelectual nascente.

As vinculações entre a religião católica e os fascismos globais demonstra o quanto o movimento da Ação Católica, que galgava gerenciar a atuação política do laicato católico, coadunou com os discursos violentos do fascismo no entreguerras. No Brasil, a atuação conjunto do partido fascista nacional, Ação Integralista, e instituições referências da Ação

Católica como o Centro Dom Vital, demarcam o relacionamento íntimo que os católicos empreenderam com os fascistas no país.

A confecção de um discurso marcado por um teor religioso procurava empreender o que Theodor Adorno (2018) nomeou de “identificação”. A imagem que se queria colocar da Ação Integralista frente ao grande público não era apenas de um movimento revolucionário contra as mazelas políticas do país, ou que reunia as hostes superiores de intelectuais, mas que enxergassem um movimento “idealizado”, um fenômeno divino. O integralismo como um fruto da ação de Deus para seu povo supostamente ameaçado pelas forças escusas da degradação capitalista e socialista. A identificação de um público extremamente católico, como era a sociedade piauiense, com um movimento que se autodeterminara “exército de Deus”, era mais provável e efetiva, uma vez que não precisavam apelar para a apreciação das propostas políticas do movimento.

No terceiro capítulo *O catolicismo na Ação Integralista do Piauí*, objetivamos apontar a participação da nomeada intelectualidade católica piauiense no seio do núcleo integralista no estado, mostrando como o movimento do sigma foi associado a um movimento divino e categorias como “soldados de deus” ou “exército divino” eram trazidas no discurso para criar afeição e mobilização social em uma audiência extremamente marcada pelo catolicismo. Ficam assim expostas os principais objetivos e orientações relacionadas a pesquisa que apresentaremos.

Para além dos aspectos acadêmicos e historiográficos dessa pesquisa, o contexto político hodierno nos convoca a refletir continuamente acerca da fascismo como fenômeno global, mas também atemporal. Hoje vemos um processo de recrudescimento da extrema-direita mundial que, embora nunca tenha deixado de adotar sua ideologia, não tem vergonha de vergonha de declarar-se fascista. Em diversas frentes a práxis política contemporânea têm sido embalada por movimentos autodeclarados racistas, homofóbicos, misóginos e conservadores que se utilizam de categorias discursivas, como os três aspectos que direcionam esse estudo, para arregimentar militantes e mobilizar violência contra grupos marginalizados. Em muitos estados nacionais temos políticos, partidos e movimentos que alcançaram postos de governança e imiscuem paulatinamente o método e visão fascista no interior da política democrática. Do ponto de vista histórico é importante elucidar que o fascismo não se limitou ao espaço europeu e ao tempo histórico, mas esteve presente em múltiplas localidades e que também possui ressonâncias no presente.

A REVOLUÇÃO DE 1930 E A FUNDAÇÃO DO INTEGRALISMO NO PIAUÍ

O fascismo como fenômeno da crise democrática

O surgimento dos partidos fascistas durante o entreguerras (1918-1939) foi uma situação *sui generis* no percurso histórico até então. Esses partidos traziam soluções radicais para um período conturbado por questões complexas. Criando uma forma de fazer política baseada na arregimentação das massas para a implementação de violência sistemática contra minorias e a adoção de medidas autoritárias. Essa fórmula de política inseriu-se na sociedade global, que, “no período entre as duas guerras mundiais, quase todas as nações do mundo e, com toda a certeza, todas as que tinham política de massas, produziram alguma corrente intelectual ou algum movimento ativista próximo ao fascismo” (Paxton, 2023, pos. 2334, *ebook kindle*).

Serge Bernstein (2003) aponta que o nascimento de um partido político em uma determinada sociedade nasce de uma crise de representatividade entre a população e os partidos vigentes. Em sua visão, os partidos saem da conjectura individual quando um coeficiente significativo de pessoas se sente desassistidos pelas agendas políticas de então. Surge no interior da política desta localidade uma cisão intensa o suficiente que embale uma nova agenda política a ser adotada por uma parcela de pessoas. Como vemos no seguinte trecho:

Para que nasça um partido, é necessário além disso que, **no interior do movimento evolutivo constatado, se produza uma crise, uma ruptura bastante profunda para justificar a emergência de organizações** que, diante dela, traduzem uma tendência da opinião suficientemente fundamental para durar e criar uma tradição capaz de atravessar o tempo. Essa crise não é necessariamente um acontecimento histórico, mesmo que fatos espetaculares a revelem aos contemporâneos (Bernstein, 2003, p. 67). (*grifo nosso*)

Os partidos fascistas surgidos na primeira metade do século XX, seguiram esse padrão e ofereceram soluções para crises que não operavam somente no campo político, mas no social, cultural e psicológico. Robert Paxton (2023) retrocede até o século XIX e encontra na formação da Ku Klux Klan (KKK), um primeiro movimento que pode ser associado aos métodos políticos fascistas. Como podemos perceber no excerto:

Talvez o primeiro fenômeno que possa ser funcionalmente relacionado ao fascismo seja a Ku Klux Klan americana. [...] A Klan representava uma alternativa à sociedade civil, paralela ao Estado legal, que, aos olhos de seus fundadores, deixara de defender os legítimos interesses da comunidade (Paxton, 2023, pos. 1785).

A KKK foi um movimento fundado por confederados sulistas descontentes com os poucos direitos civis conquistados pela comunidade afrodescendente nos Estados Unidos após a Guerra de Secessão (1861-1865). O grupo reunia homens encapuzados que saíam às noites assassinando negros, depredando casas e comércios, atacando católicos e brancos não racistas. Implantaram um regime caótico de perseguição a minorias americanas. Defendendo a ideia de superioridade racial branca, a KKK representava uma crise no sistema representativo local, pois estipulava uma retórica marcada pela ideia de distanciamento do governo e os interesses da “verdadeira” população. Esse movimento propiciou um cenário em que uma parcela da sociedade via na violência sistemática a única forma de produzir seus horizontes políticos. Em um artigo, Domenico Losurdo (2004) relembra o relato de um jovem indochinês acerca das ações da Klan:

O negro é cozido, flamejado e queimado, pois deve morrer duas vezes no lugar de uma só. E depois enforcado, ou mais exatamente, o que resta do seu corpo é pendurado... quando já todos estão **saciados**, o cadáver é descido. A corda é então cortada em pequenos pedaços, cada um dos quais será vendido a três ou cinco dólares (Wade *apud* Losurdo, 2004, n.p.).

O uso da palavra “saciado” no relato nos leva a compreensão de que a agressividade atendia a uma espécie de “fome pela violência”. A Guerra de Secessão é um dos episódios mais sangrentos da história americana por sua alta taxa de mortalidade. Um cenário de hostilidade, morte, luto, brutalidade, angústia e desalento demarcavam o convívio social dos Estados Unidos após a guerra. Os indivíduos, em seu plano subjetivo, experienciavam um estado de angústia que deu vazão a uma noção de violência como único recurso para aquela sociedade.

Para o psicanalista Jacques Lacan, a constituição do sujeito é baseada no relacionamento social com o *Outro*. É a partir da interação social que a identidade subjetiva é constituída. Os limites dessa identidade são dados por aquilo que conseguimos captar das relações exteriores: regras, comportamentos, sentimentos, política e sociabilidade são internalizadas a partir do convívio social com outros sujeitos. Essa interação ocorre em um campo simbólico da linguagem, apenas ela pode ocupar o território de intermediação entre o *sujeito* e o *outro*.

Todavia, há algo do sujeito que escapa à significação simbólica (linguagem): a incompletude. Aquilo que falta nele e no *outro*. Essa incompletude não pode ser sintetizada pela significação e é transformada em um *Objeto A*: o “objeto de desejo”. Esse objeto, se alcançado, propiciaria o “gozo pleno” — a satisfação completa — do indivíduo. O que torna

esse *objeto A* tão importante para concepção do sujeito é o fato de que a ausência da obtenção desse desejo leva o indivíduo ao estado de angústia. Como interpreta Rinaldi (2010, n.p.):

A angústia é sinal da divisão significativa do sujeito e Lacan vai pensá-la enquanto uma função mediana entre o gozo e o desejo. Pode-se pensar em um sujeito mítico que seria o sujeito do gozo, por um lado, e, por outro, [objeto] *a* poderia ser visto como metáfora do gozo. Mas isto só seria correto se [objeto] *a* fosse assimilável a um significante. E é justamente isto que não acontece, pois o [objeto] *a* é o que resiste a significantização, o objeto perdido, fundamento do sujeito desejante, não mais o sujeito do gozo. O sujeito desejante, na sua busca do gozo, procura fazer entrar este gozo no lugar do *Outro*, como significante.

A angústia é esse sinal intermediário entre a ausência do objeto desejado e vivência real. O sujeito experienciando uma realidade na qual seu *objeto A* não pode ser alcançado entra em um estado de angústia potencialmente destrutivo. Isso porque, adjunto a esse sentimento emerge o que Lacan denomina *unheimlich*: aquilo que irrompe para o real demonstrando a fragilidade que cerca o sujeito. Entendido como um estranho familiar, o *unheimlich* ocupa o local da projeção mesclada ao real. Aquilo que é conhecido e relembra afeto ao mesmo tempo que denota trauma e causa repulsa. “Muitas vezes se vincula à angústia à dúvida do obsessivo. Mas a dúvida não é o que angústia: pelo contrário, a angústia é a causa da dúvida” (Rinaldi, 2010, n.p.)

A angústia ocorre quando o mundo que o sujeito está inserido não é capaz de proporcionar o objeto desejado. Criando um estranhamento entre o indivíduo e a vida no regime político vigente. O sujeito encontra outros sujeitos em suas angústias individuais. Foi nesse quadro que o fascismo se impulsionou. Ao mobilizar esses sentimentos de angústia e entranhamento do real, eles apresentaram uma retórica de culpa e violência contra os “responsáveis” pelo cenário desolador dos indivíduos; os “culpados” pelas mazelas da sua sociedade; os autores da humilhação de sua nação. Os governantes eram vistos como auxiliares dos perpetradores e a democracia como benevolente contra esses grupos. Assim pulveriza-se uma crise política na representatividade tradicional. Os partidos fascistas originaram-se ao manipular essa dor, da perda do objeto desejado, por meio do impulsionamento de violência a grupos minoritários, discursivamente colocados como causadores.

Nos Estados Unidos após a Guerra de Secessão, a sociedade sulista, subjetivamente construída na tese de supremacia branca, encontrava-se dilacerada pelos efeitos físicos, geográficos e psíquicos do conflito. Somava-se um cenário em que homens e mulheres negras lutavam por mínimos direitos civis, demarcando um estranhamento sociopolítico entre grupos médios brancos, que acreditavam em sua superioridade, e negros, que lutavam pelo básico direito de igualdade.

A Klan manipulava essas angústias e mobilizava essas pessoas a efetivarem uma forma de “catarse” por meio da agressividade. Praticando a violência e os crimes anonimamente. Os membros da KKK contaram com a inação dos setores de segurança pública e das autoridades, enquanto implementavam a força e sangue o regime que acreditavam merecer. “Pouco a pouco, os membros da KKK descobriram em suas reuniões noturnas uma forma de dar vazão ao rancor contra aqueles que, a seus olhos, provocaram a guerra e retrocessos”¹ (Coune, 2010, p. 8). Emissários da metodologia política fascista, como aponta Paxton (2023), foi a partir da manipulação de sentimentos políticos por meio de catarse em forma de violência seletiva que o fascismo estruturou sua ideologia e partidos.

Talvez seja possível afirmar que a primeira versão da Klan no sul estadunidense derrotado foi uma impressionante prévia de como os movimentos fascistas viriam a funcionar na Europa do entreguerras [...] hoje, podemos perceber esses experimentos como arautos de um novo tipo de político que estava por vir (Paxton, 2023, posição 1785).

A Itália do pós-guerra foi terreno fértil para o equacionamento de uma ideologia que pregava a violência como “razão de ser”. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) representou um luto massivo pela morte de pais, mães, filhos, amigos e entes queridos, como também um trauma irreversível para aqueles que estiveram nas trincheiras e fronts de combate. Além disso, ela foi símbolo da ruptura que vaticinou um futuro civilizacional extremamente evoluído que vigorou nas últimas décadas do século XIX e primeiros anos do século XX. O fim do conflito alterou o quadro europeu e implicou ao cidadão comum do pós-guerra novas angústias com as quais não estava habituado a lidar. “[A Primeira Guerra Mundial] desacreditou as visões de futuro otimista e progressistas, lançando dúvidas sobre os pressupostos liberais relativos à harmonia humana natural” (Paxton, 2023, pos. 1244).

Os problemas econômicos e políticos gerados pelo conflito esgotavam a força que as instituições tradicionais apresentavam. Esses problemas complexos não tinham resoluções em curto prazo. O que potencializava uma compreensão, por parte da sociedade, de abandono pelas políticas liberais. Assim, “disseminou-se legiões de veteranos inquietos, que buscavam maneiras de expressar sua raiva e seu descontentamento” (Paxton, 2023, pos. 1244). Esse descontentamento em forma de angústia foi, socialmente, uma crise política que ensejou o surgimento de um partido. Como propõe Bernstein (2003, p. 67):

¹ Texto original: “Poco a poco, los miembros del KKK descubren en sus reuniones nocturnas la forma de dar rienda suelta a su rencor hacía aquellos que, a sus ojos, han provocado la guerra y la contrariedad.

Um partido não nasce fortuitamente, da decisão de seus criadores, e só tem chance de sobreviver se responder de uma maneira ou de outra a um problema fundamental colocado para a sociedade contemporânea, e que faz com que haja adequação entre a imagem que ele transmite de si mesmo e as aspirações mais profundas de uma parte importante da população que aceita, como solução para os problemas que ela percebe, a mediação política que ele lhe propõe.

Contemporânea aos eventos, Clara Zetkin (2019, p. 36) relatou: “a guerra deixou como legado centenas de mulheres procurando trabalho e comida, centenas de milhares de mutilados, viúvas e órfãos que precisavam de mantimentos”. A alteração da realidade pela guerra jogou a população em um ambiente onde o sentimento de angústia pela falta era operado pela ideia de revanche. Os fascistas souberam utilizar esse cenário manipulando as paixões políticas e os sentimentos de angústias. Diziam para a população que os socialistas tiveram uma postura antipatriótica durante a guerra. Responsabilizavam os democratas por sua benevolência com setores descritos como antinacionalistas. E assim, construíam um cenário propagandístico em que a única saída para o “homem comum” era a violência contra os seus “agressores”.

Segundo o pesquisador Vladimir Safatle (2020, p. 8) o *Eu* lacaniano é “caracterizado por quatro atributos fundamentais, a saber: agressividade, narcisismo, estrutura paranoica e desconhecimento”. Por isso, tentamos impor à realidade a nossa própria imagem: um resquício de nosso narcisismo. O cenário complica-se quando a realidade, mesmo reconhecida, apresenta-se com estranhamento ao sujeito. A partir daí sua angústia é aparelhada pelos fascistas que recrudescem o sentimento de revanche. O que o “líder” do movimento fascista operava era a ideia de “supereu” coletivo: um super-homem capaz de realizar os desejos dos homens mais comuns; aquele que faz o que se gostaria de fazer; aquele que é como eu desejo ser. O líder, em seu ganho psicopolítico, era uma “figura fantasmática onipotente, capaz de impor o entusiasmo masoquista do autossacrifício ‘por ideais de nada’” (Safatle, 2020, p. 28).

Robert Paxton (2023) alicerça sua interpretação do fenômeno fascista na Europa do entreguerras a partir dessa tese: “existe um vínculo mais plausível entre o fascismo e um conjunto de “paixões mobilizadoras” que plasmaram a ação fascista do que entre o fascismo e uma filosofia explícita e plenamente consistente” (Paxton, 2023, pos. 1574). Para ele o fascismo operava na manipulação das “paixões políticas” de massas que vivenciava um período de transformação na forma como viam a realidade e conviviam em sociedade. Para ele, esses sentimentos foram gerenciados pelos partidos fascistas como forma de mobilizar o partido no interior das disputas políticas locais. Podemos citar alguns que são apontados pelo historiador:

- Um senso de crise catastrófica, além do alcance das soluções tradicionais;
- A primazia do grupo, perante o qual todos têm deveres superiores a qualquer direito, sejam eles individuais ou universais, e a subordinação do indivíduo a esses deveres;
- A crença de que o próprio grupo é vítima, sentimento esse que justifica qualquer ação, sem limites jurídicos ou morais, contra seus inimigos, tanto internos quanto externos;
- O pavor à decadência do grupo sob a influência corrosiva do liberalismo individualista, dos conflitos de classe e das influências estrangeiras;
[...]
- A beleza da violência e a eficácia da vontade, sempre que voltadas para o êxito do grupo; (Paxton, 2023, pos. 8124).

Esses sentimentos configurados discursivamente no campo da política fomentou as personalidades autoritárias. Injetando uma noção de superioridade que, por si só, dava aval para a violência daqueles que pertenciam verdadeiramente à comunidade nacional. Esse movimento recuperava o debate de identidade nacional, mas o cunhou a partir da ideia de que a comunidade nacional é superior, enquanto também uma vítima. Deveria, portanto, reagir à revelia do Estado legal que é visto como cúmplice. Noções como “degradação”, “humilhação” e “salvação” foram articuladas nos discursos fascistas para operarem nessa mobilização de sentimentos.

Podemos aludir a Espanha como exemplo. No país, durante a segunda república, a “fascistização” do espectro da direita ocorria em concomitância com a diluição da autoridade representativa. Os partidos de direita, encabeçadas pela Falange Espanhola, adotavam paulatinamente uma postura autoritária, pendendo para o fascismo, como aspectos como anticomunismo e a nacionalismo exacerbado. Essas disputas ensejaram um quadro em que a democracia era ameaçada, tanto à direita quanto à esquerda, que não permaneciam inertes, mas tomavam as ruas na tentativa de concretizar à força suas convicções políticas. O historiador Joseph Buades (2012, p. 46) aponta:

Salvo um minguante centro político que ainda acreditava no parlamentarismo como um caminho válido para a reforma e o progresso da Espanha, a polarização não se resumia apenas aos discursos. As forças políticas da extrema-direita e da extrema-esquerda organizaram grupos paramilitares dispostos a reivindicar as ruas, com os punhos e as pistolas, aquilo que consideravam justas aspirações.

Ainda que a fascistização dos partidos de direita não tenha sido o único motivo para a eclosão da Guerra Civil Espanhola em 1936, que contava com outros elementos em sua equação, o projeto que objetivava corroer o sistema democrático espanhol colaborou para o surgimento de um regime opressor que manteria íntimos vínculos com os movimentos fascistas na geopolítica europeia do entreguerras. Segundo o M. Mir (2012) setores como a Igreja e o Exército apoiaram o esfacelamento da democracia espanhola por seus próprios interesses. Eles sentiram-se ameaçados por avanços civis no sistema republicano, como podemos perceber no excerto:

O principal objetivo da coligação que apoiou a sublevação era pôr um ponto final na democracia em Espanha: derrubar um sistema que permitirá a introdução de políticas que constituíam uma ameaça direta aos interesses dos seus membros. Essas políticas eram diversas e estendiam à educação, às relações Igreja-Estado, à reforma do Exército, à descentralização política, às leis laborais, à reforma agrária, etc. (Mir, 2012, p. 177)

Após o conflito, com a subida do general Francisco Franco ao poder, a Espanha adentrou o mapa dos países com ditaduras fascistas. Esse quadro só foi possível graças a um movimento que criou uma cisão na autoridade representativa da democracia, abrindo caminho para o surgimento de um partido típico fascista que impôs uma ditadura sangrenta para opositores. O franquismo apoiava-se em um discurso religioso, moralista e nacionalista, após um período armado que modificou a experiência social dos sujeitos. O que se percebe é o quanto a crise de representatividade ensejou o nascimento de um partido que trazia soluções inócuas para os problemas contemporâneos. Ocorre que essa crise foi acompanhada de um contexto de conflito que gerou uma alteração na forma como o homem relacionava-se com o outro e com a realidade. Nesse momento o fascismo surgiu, não como uma solução para as questões políticas, econômicas ou sociais que a sociedade vivenciava, mas oferecendo uma forma de adequação psicológica àquela realidade. Como demonstra o filósofo, Theodor Adorno (2018, n.p.):

Sob as condições prevalentes, a irracionalidade da propaganda fascista se torna racional no sentido da economia pulsional. Pois, se o *status quo* é tomado como algo aceito e petrificado, é necessário um esforço muito maior para se ver através dele do que para se ajustar a ele e obter pelo menos alguma satisfação por meio da identificação com o existente.

O fascismo gerava à estrutura psicológica das massas a possibilidade de conviver com o mundo alterado, gerenciando sentimentos como medo e ódio. Segundo a retórica, a revanche contra aqueles que são responsabilizados pelos quadros, atenuaria as alterações entre os membros da comunidade que se contentavam em mobilizar a sua agressividade como modo catártico. Nesse sentido, é válido compreender o processo global de disseminação de partidos fascistas, como fruto de um conflito capaz de gerar uma crise representativa na sociedade. Essa crise foi mobilizada pelo fascismo como forma de adequação no âmbito intrapessoal.

Enquanto na Itália, a Primeira Guerra Mundial foi a principal precondição para o equacionamento de partidos fascistas — podemos fazer um comparativo entre a Guerra de Secessão da Klan nos Estados Unidos do século XIX e a Guerra Civil Espanhola como potencializadora do governo de Franco no Espanha —, no Brasil, foi o processo revolucionário de 1930 que abriu caminho para a constituição de um movimento político brasileiro aos moldes do fascismo europeu: a Ação Integralista Brasileira.

No olhar fascista, a “revolução”, que em tese alteraria as questões sociais e econômicas, foi apropriada para uma forma de revolução pessoal com consequências políticas. A ideia alicerça-se no cenário em que: o indivíduo compreendendo sua posição de superioridade incorpora o ímpeto revolucionário para manter, ou retomar, a estrutura dominante. O ganho individual nessa “revolução” era a possibilidade catártica da revolta, agressividade e violência para com os ditos culpados. Em outras palavras, o fascismo seria uma “revolução da ordem”, um movimento típico conservador. Uma revolta para conservar. Por meio de uma violência contra grupos marginais as elites capitalistas mantêm a ordem de dominação e controlam o possível ímpeto revolucionário que levaria ao rompimento desse quadro, como as revoluções comunistas.

Hitler se apresentava como “o revolucionário mais conservador do mundo”. [...]. A igual aspiração obedecera Corradini ao saudar o fascismo italiano “uma revolução que se efetua no interior da ordem estabelecida”. [...]. Também Salazar, quando ainda ministro das finanças mal começara a implantar em Portugal a sua versão bisonha do fascismo, advertiu um jornalista de que “é necessário fazer neste país uma grande revolução na *ordem* para evitar a que outros finalmente fariam na *desordem*. [...] Vichy dizendo que “em vez de esperar que o povo impusesse sua revolução ao governo, era necessário que o governo se antecipasse e impusesse a *sua* revolução ao povo. [...] Eduard Limonov, chefe do fascismo radical russo, depois de afirmar que só o paradoxo é verdadeiro, anunciou: a nossa ideologia é paradoxal, combinando dentro de si o conservadorismo e a revolução (Bernardo, 2022, p 20).

Ou seja, a revolução entrava como um aspecto do discurso fascista na busca pela conformação da sociedade em manter o quadro das classes dominantes. Em um contexto em que a alteração da realidade, em face de um conflito, rompia horizontes preestabelecidos, a sublevação poderia ameaçar essas estruturas. Assim, o fascismo entrava como colaborador, mobilizando o ódio das massas para o polo oposto das classes dominantes: grupos étnicos marginalizados, pessoas fora da heteronormatividade e movimentos e partidos de esquerda; garantindo a hegemonia das classes capitalistas em um contexto difícil. O fascismo apropriou-se do termo “revolução” para forçar a quebra democrática e permitir, por meio do autoritarismo, a manutenção da política de classes.

A Revolução de 30 e a emergência do integralismo

No Brasil, o golpe de estado perpetrado por Getúlio e elites políticas regionais espalhadas pelo país estabeleceu uma alteração na dinâmica de poder e na forma como movimentavam-se setores políticos localizados. Assim como outros fascismos, o integralismo não emergiu elaborando novas temáticas ou discursando em assuntos inéditos. Equacionaram-se compreensões e sentimentos em uma ideologia que mesclava elementos discursivos já presentes naquela temporalidade. As raízes do integralismo, como ideologia nacionalista e

revolucionária, podem ser recuperadas no modernismo brasileiro que havia ocorrido na década anterior.

A construção republicana ensejou um movimento que elaborasse uma concepção de identidade nacional. O nacionalismo era um objetivo presente na formação da primeira experiência de república brasileira depois de décadas de um governo imperial estrangeiro. Assim, o modernismo propôs criar uma consciência patriótica nacional, em um contexto de demarcação dos nacionalismos em todo o globo, a partir da definição da identidade brasileira. Menotti Del Picchia², escritor e um dos participantes do modernismo, escreveu acerca dele:

A minha geração tomou conhecimento da revolução que se operava no mundo. O grupo da Semana deu-lhe a forma e o sentido nacional. Não foi uma escola, não impôs uma técnica, não formulou um código: formou uma consciência, um movimento libertador a integrar nosso pensamento e nossa arte na nossa paisagem e nosso espírito dentro da autêntica brasilidade (*apud* Camargos, 2022, p. 77).

A Semana de 22 ocorreu no mesmo ano que Mussolini assumiu o poder como primeiro-ministro na Itália. Nesse contexto internacional, as bandeiras da “revolução” e do “nacionalismo” surgiram como forma de arregimentação de militantes para movimentos políticos e culturais. O modernismo brasileiro ancorou-se na busca de uma identidade nacional por parte das elites políticas e econômicas que lutavam para manter a estrutura dominante. Camargos (2022) aponta que a população foi excluída do debate. Os artistas e participantes do movimento que conseguiram destaque nacional com suas teses identitárias pertenciam, em sua maioria, a burguesia política e econômica daquele contexto:

O desequilíbrio feminino-masculino provou que a vanguarda não conseguiu avançar nas questões de gênero, refletindo a sociedade patriarcal e misógina. [...]. Tais incongruências, acrescentaríamos a falta do ingrediente popular, que só começaria a integrar o leque de preocupações do grupo no decorrer daquela década. [...]. De maneira geral, porém, os modernistas que conseguiram projetar na sua produção artística a síntese entre a vanguarda cosmopolita e o pertencimento nacional, endossando as premissas da Antropofagia oswaldiana, fizeram-no pela perspectiva do estrangeiro (Camargos, 2022, p. 19)

Plínio Salgado esteve presente na Semana de 22 e atraiu alguns olhares para sua produção literária de cunho nacionalista. É importante percebermos que o modernismo brasileiro não foi um movimento monolítico e acolheu em seu interior diversas dissidências. Seus literatos entendiam de formas distintas tanto a identidade nacional, quanto os rumos que a nação deveria tomar. Embora possa parecer difícil colocar Oswald de Andrade e Plínio Salgado como participantes de um mesmo patamar, é mister reconhecer que ambos estiveram

² Intelectual do modernismo brasileiro, atuou como literato, jornalista, político e advogado. Participou do Modernismo Brasileiro como um dos líderes do movimento Verde-Amarelo, o segmento de cunho nacionalista e conservador.

dentro de um movimento modernista plural composto por correntes que pleiteavam a vanguarda do movimento.

O verde-amarelismo foi uma corrente intelectual do modernismo brasileiro que encapava a defesa de um nacionalismo exacerbado, do conservadorismo e de um olhar para os estrangeiros como componentes da fórmula da qual resultou o Brasil. Elegendo a anta como símbolo do movimento, um animal não carnívoro, desejava-se desenhar o brasileiro não como aquele que “come” o estrangeiro, mas que o apreendeu e o tornou elemento de nossa existência cultural. Entre seus líderes, Plínio Salgado, adjunto a Cassiano Ricardo³ e Menotti Del Picchia, exibia, no movimento, as bases de seu pensamento político: a defesa do nacionalismo e do conservadorismo; a religião como coluna vertebral da nação; e o estrangeiro como parte da genética nacional.

Plínio Salgado ganhou destaque dentro do movimento com a publicação do livro *O Estrangeiro* em 1926. Contando a trajetória de um jovem imigrante italiano bem-sucedido por sua vocação pelo trabalho e por economizar. Por outro lado, também retratou um jovem revolucionário russo, que entra em choque com suas convicções políticas. A obra inseriu-se em um debate sobre urbanização, colocando a verdadeira cultura brasileira no homem rural. O estrangeiro era visto como aquele que assimilava com o mestre narrador. Com o romance, Plínio Salgado apelava para o nacionalismo e o colocava no centro de suas convicções políticas, posteriormente mimetizadas no integralismo. Anos mais tarde, ele proferiu: “Meu primeiro manifesto político foi um romance” (Salgado *apud* Matos; Gonçalves, 2014, p. 491).

Naquela época, o intelectual paulista já havia tido contato com o fascismo a partir das comunidades italianas que existiam na capital paulista. Os imigrantes guardaram o sentimento nacionalista que relacionavam com uma afeição ao regime de Mussolini. A preservação da cultura italiana fascista encontrou espaço nessas comunidades, as quais Plínio Salgado manteve interações durante sua vida, como é relatado por João Fábio Bertonha (2001, p. 90): “Plínio Salgado conhecia a experiência fascista porque em São Paulo, onde morava, milhares de italianos guardaram a sua nacionalidade e são adeptos entusiastas de Mussolini”. Isso demarcou a formação de um tipo de ideologia fascista no interior da extrema-direita brasileira, que se dividia entre a promoção do fascismo italiano e a confecção de um “fascismo indígena”.

No fim da década de 1920, Plínio Salgado saiu em viagem pela Europa, a partir do convite de um amigo e financiador. Foi durante o passeio por diversos países que o intelectual

³ Intelectual brasileiro, atuou em diversas áreas como literato, jornalista e poeta. Participou da Semana de 22, e foi uma das maiores lideranças do movimento nacionalista Verde-Amarelismo. Manteve ligações íntimas com o integralismo durante a década de 1930.

paulista se encontrou com Mussolini e foi instado a construir no Brasil um movimento aos moldes do fascismo italiano. Os historiadores Odilon Caldeira Neto e Leandro P. Gonçalves (2020, p. 13) descrevem esse encontro:

O italiano recebeu a comitiva brasileira, que deixou explícito o grandioso espetáculo estruturado na Itália. Foi um momento de cumplicidade e apoio do *Duce*, que aconselhou o brasileiro a criar um movimento preliminar de ideias, pautando a sociedade em uma nova consciência, para, posteriormente, formar um partido político. [...]. O encontro promoveu um efeito profundo no brasileiro, que acreditou com veemência que era realmente a versão nacional daquele que tanto admirava na Itália, gerando assim um planejamento para atingir esse objetivo.

Naquele cenário, no Brasil, ocorria o golpe de estado que ficou conhecido por Revolução de 1930. O movimento revolucionário teve como pano de fundo as disputas coronelistas regionais e dominação do governo republicano por elites econômicas rurais de estados ricos. O rompimento republicano também simbolizou uma crise no sistema econômico liberal, motivado pela crise de 1929 e pelo controle das oligarquias regionais. A revolução de 1930 mobilizou os tenentes e alguns setores das elites políticas estaduais para retirar o presidente eleito Washington Luís e alçar o gaúcho Getúlio Vargas ao comando. Empreendido no mês de outubro de 1930, o movimento impôs um governo autoritário, anticomunista e antioligárquico, mas que era composto por grupos tão distintos que o historiador Antônio Costa Pinto (2021, pos. 2046) afirmou: “as forças políticas que chegaram ao poder com Getúlio Vargas em novembro de 1930 eram mais heterogêneas do que as de outros processos semelhantes na América Latina”.

Após o movimento, a disposição do poder foi alterada e novas forças começaram a disputar espaço no interior da política nacional. Segundo Carone (1978, p. 289): “A Revolução de 1930 permite maiores manifestações das classes médias e operárias. De segmentos das classes médias surgem às manifestações direitistas, todas elas ainda calcadas no modelo italiano”. Tais expressões alinharam-se a um fascismo que vinha sendo moldado, principalmente com o contato de intelectuais com imigrantes nacionalistas italianos, desde a década anterior.

Plínio Salgado organizou a Sociedades de Estudos Políticos (SEP) dentro de um cenário de recrudescimento das forças políticas da classe média e da associação dela aos setores extremistas da direita. Felipe Cazetta (2009, pos. 5868) demonstra que ali ocorreu a reunião de intelectuais de matizes e propostas políticas diferentes, inclusive setores que não adotaram o integralismo em sua criação. Na SEP houve a primeira sistematização de uma ideologia extremista que reunia demandas de várias esferas do espectro da direita daquele contexto.

A Sociedade de Estudos Políticos não ficou circunscrita aos limites da capital paulista. Conforme declarou Salgado: “(...) suas redes de adeptos estendiam-se por todo o país”. Seus tentáculos atingiram regiões do Nordeste ao sudeste do país. Estes contatos estabelecidos colocaram em diálogo movimentos de extrema-direita tais como o *Partido Nacional Sindicalista* de Olbiano de Melo (movimento em Minas Gerais), e a *Legião Cearense do Trabalho* chefiada por Jeovah Motta e Helder Câmara.

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi criada em uma dessas reuniões e a partir desse grupo de intelectuais foi que ocorreu a primeira formação do movimento que intencionava estabelecer um governo típico fascista em terras brasileiras. As operações em torno de um partido fascista nacional que datam do início da década de 1920, ganharam notável expressão no integralismo que se organizou nacionalmente. O panorama político, cultural e social que a Revolução de 1930 gerou permitiu que setores conservadores e extremistas fossem ainda influenciados pelo modernismo, mobilizados por um grupo de intelectuais extremistas que se reuniram em torno do integralismo.

Sua rápida expansão nos estados brasileiros daquela geografia demonstrou a adesão de elites políticas locais, influenciadas pelos eventos da revolução de 1930, ao movimento. Segundo dados de Juliana Leite (2017), em cinco anos todos os estados da federação possuíam um núcleo estadual integralista. Naquele mesmo ano foi publicado o *Manifesto de Outubro* (1932) que marcou a oficialização da Ação Integralista no país. Pouco tempo depois membros e estudantes da Faculdade de Direito de Recife assinaram o *Manifesto de Recife* em apoio aos fascistas. Este documento explicava a adoção dos assinantes ao integralismo, colocando-o como um movimento novo e culturalmente nacionalista. Entre as justificativas encontravam-se: o anticomunismo e o antiliberalismo do movimento do sigma; seu caráter contra democrático; e a defesa do conservadorismo como baluarte da cultura nacional. No documento apontava que os camisas-verdes⁴ lutavam pela “a reabilitação do princípio da autoridade”⁵ e que almejavam o soerguimento da nação brasileira: “Que esta se respeite e faça-se respeitar” (Guerra *et. al.*, 1932, p. 03).

A abertura do núcleo integralista de Pernambuco em 1932, poucos meses depois da oficialização do movimento em caráter nacional, demonstra que a recepção da ideologia já vinha sendo feita antes do *Manifesto*. A disposição política no estado foi “um terreno fértil para a produção de sentido e difusão do discurso integralista” (Leite, 2017, p.32). As elites políticas

⁴ O apelido de “camisas-verdes” foi utilizado por jornalistas e pensadores da época e posteriormente, em decorrência do uniforme que os integralistas utilizavam em suas ações públicas e durante as reuniões. Segundo parâmetros expressos em códigos de conduta e regras do movimento, o uniforme era visto como parte essencial da vivência do integralista, devendo mantê-lo especificamente para ações políticas oficiais do integralismo.

⁵ As fontes primárias foram corrigidas para as regras gramaticais atuais. Utilizaremos essa correção em toda a pesquisa.

do mandonismo local eram compostas principalmente por famílias tradicionais e o discurso católico/conservador dos camisas-verdes os agradava. “O integralismo surgiu como um defensor das tradições que se encontravam ameaçadas pelo avanço comunista e a crise liberal, dialogando assim com os interesses dessa elite” (Leite, 2017, p. 32).

Ainda que estando estratificada entre as elites políticas da capital a difusão dos núcleos municipais pernambucanos seguiu uma lógica fascista: a negociação. Robert Paxton (2023) aponta o conceito da “normalização”, na qual as redes de inspiração fascistas, durante seu enraizamento no sistema político, ou para manutenção do exercício do poder, precisam realizar “pactos do poder” entre setores diferentes. Muitas vezes esses pactos significam a perda de aspectos que foram substanciais para o sucesso político do partido.

Os partidos fascistas foram então atraídos a ingressar numa cumplicidade cada vez mais profunda com seus novos aliados, o que implicava o risco de dividir os pardos e alienar alguns de seus puristas. Esse processo de normalização, já evidente em outros estágios anteriores de enraizamento, foi então intensificado, porque o que estava agora em jogo era muito mais substancial, já que o acesso ao poder havia se tornado plausível. Ele fez o que Wolfgang Schieder chama de *Herrschaftskompromiss*, um “pacto de poder”, no qual as áreas de concordância são identificadas e os idealistas incômodos são deixados de lado (Paxton, 2023, pos. 3797)

Essa “normalização” pode ser entendida como a forma como os partidos fascistas adaptam-se às necessidades e a formas que as disputas políticas assumiram em cada localidade que eles adentraram. Esse processo simbolizou uma adequação a cada espacialidade para tornar-se uma alternativa efetiva para aquela população, abdicando, por vezes, de certos princípios, valores ou programas ideológicos, sem perder a matriz fascista presente na sua produção intelectual e política. No caso pernambucano, as facetas distintas das de elites locais — municipais, regionais e estaduais — demonstram o coronelismo e o mandonismo como característica estrutural daquela sociabilidade. Para um novo partido conseguir estabelecer-se como uma alternativa capaz de alcançar postos de comando e decisão, era preciso traçar essas negociações ideológicas. Também era necessário realizar acordos, acerca das práticas do partido, com os mandatários políticos de cada localidade. Esse dado é descrito na dissertação de Helisângela Ferreira (2016), onde aponta um *Prontuário Funcional* do Arquivo Público do Estado, em que um integralista pernambucano relatou:

No interior do Estado, as dificuldades para se instalar um núcleo eram bem maiores. Em grande parte das cidades, onde foram instalados núcleos integralistas, a quantidade de adeptos era pequena em relação aos núcleos da capital, porque muitos temiam envolver-se num projeto político que não tivesse o apoio do poder local, especialmente entre os economicamente dependentes (Prontuário Funcional nº 4938 *apud* Ferreira, 2016, p. 30)

Ou seja, para colocar-se como um partido que disputa poder nessas pequenas localidades o integralismo precisava da apreciação e autorização dos chefes políticos locais. Caso contrário, a população não aderiria ao projeto por pressão desse poder coronelista e o partido teria parca projeção. A pesquisadora Giselda Silva (1998) aponta que, em Pernambuco, a camada econômica que adotou o integralismo em um primeiro momento foram os filhos de grandes fazendeiros que estudavam na capital. Essa condição resultou em um processo de tensão entre grandes fazendeiros tradicionalistas e jovens estudantes que falavam em “revolução”. Como a historiadora demonstra no trecho:

Há, entretanto, casos de “caravanas” que obtinham pouco sucesso na expansão do Integralismo em áreas rurais, especialmente aquelas em que os pais de um estudante nem apoiavam o movimento, nem permitiam que seu filho permanecesse no integralismo. Segundo o Sr. Antônio de Melo, os fundadores dos núcleos no interior do estado de Pernambuco eram jovens estudantes que vinham estudar em Recife e aprendiam “novas ideias”, mas sua permanência no movimento era outra coisa, esta dependia da aprovação dos pais (Silva, 1998, p. 10).

A historiadora ainda aponta que houve casos que as caravanas integralistas⁶ ganharam repercussão midiática e grande impacto de militantes por causa da recepção de mandatários locais aos ideais e princípios integralistas. Quando encontravam resistência dessas elites políticas, os integralistas faziam adaptações de seu programa político com o objetivo de manter-se ativo ou expandir o raio de atuação para outros setores.

Nesses momentos de grandes dificuldades, os líderes da AIB-PE eram forçados a organizar o funcionamento de atividades com menos rigidez do que outros núcleos. Diante das dificuldades, relaxavam inclusive certas obrigações e deveres de membros considerados inaceitáveis para um movimento do tipo do integralismo. Para os líderes da AIB-PE, isto não significava que o movimento tivesse perdido seu sentido doutrinário de forma a nação integral acima das forças particulares. Alguns chefes integralistas diziam nas reuniões, que se tratava de “*ceder aqui para que o movimento cresça ali*” (Silva, 1998, p. 103-104) (*grifo do autor*).

Esse aspecto demonstra que o integralismo seguiu também tendências vistas em partidos fascistas europeus, nas quais durante o período do “enraizamento”, tornar-se um componente

⁶ Estratégia utilizada pelos integralistas para a expansão do movimento em todos os rincões da nação. Faziam viagens e excursões levando líderes do integralismo para locais afastados para introduzir ou recrudesce o movimento nessas localidades. Alguns camisas-verdes e pesquisadores referem-se a esse movimento como “bandeiras”, o que fazia referência aos desbravadores bandeirantes, do período colonial, que fizeram trilhas para capturas de indígenas no interior da nação, o que permitiu a expansão da urbanidade nacional.

efetivo da geopolítica local, e no período do “exercício de poder”, momento em que um líder ou partido fascista ocupa o cargo de comandante da nação, o movimento precisou alterar elementos de sua ideologia e ação, com a finalidade de ganhar apoio das estruturas de governos já existentes.

No estado da Paraíba, o percurso da Ação Integralista também esteve intimamente ligado ao quanto ela pode estabelecer contato com esses políticos tradicionais. Segundo o historiador Renato Souza (2015), o núcleo integralista do estado nasceu em julho de 1933 em João Pessoa. Encabeçado por um grupo de jornalistas e intelectuais da classe média. Ainda naquele ano, Plínio Salgado visitou o núcleo recém-criado em uma bandeira integralista que viajava por todo o território nacional. A passagem do *Chefe* “promoveu a posse formal do *triunvirato* paraibano e abriu espaço para a apresentação da doutrina que já vinha sendo feita por meio de publicações no jornal católico *A Imprensa*” (Souza, 2015, p. 32). A partir dessa bandeira o desejo de interiorização passou a fazer parte dos objetivos dos camisas-verdes paraibanos que seguiram juntos a comitiva de Plínio Salgado em direção a cidade de Campina Grande, onde haveria a abertura de um núcleo local.

Essa interiorização da ideologia integralista na Paraíba, também seguiu essa ideia de adaptação. Ainda que “os caravaneiros fossem homens de renomes, com obras conhecidas nacionalmente e com proposta de uma Cultura Política até certo ponto, bastante anuente aos interesses dos grupos conservadores locais”, o projeto enfrentou resistência de políticos tradicionais que se encontravam representados por outros movimentos conservadores. Esse quadro refletiu no número de adeptos; segundo Souza (2015), até o ano de 1935, a AIB-PB contava com pouco mais de cinquenta filiados. Os integralistas paraibanos acusavam o sistema de oligarquias, ainda presente na configuração política paraibana após a revolução, de boicotar o sucesso do movimento do sigma no estado. Isso porque, segundo eles, o integralismo trazia em seu núcleo a crítica direta ao sistema partidário. Ainda assim, Souza (2015) aponta que a essa condição permitia ao grupo realizar caravanas, reuniões e ações públicas sem serem incomodados por uma reação governamental ou patrocinada por essas elites. Como podemos perceber no trecho:

pois se por um lado a hegemonia dos partidos oligárquicos paraibanos era elemento decisivo na limitação do crescimento integralista, por outro lado, a falta desse crescimento gerava espaço para sua atuação sem maiores restrições, não sendo os integralistas incomodados pelo interventor Gratulando de Brito, nem tão pouco atacados pelos partidos dominantes locais, devido ao fato de que estes não encaravam no movimento uma ameaça a hegemonia partidária (Souza, 2015, p. 34)

Durante as eleições de 1934, o movimento integralista no estado refaz sua estratégia com o objetivo de conseguir alçar-se a um posto de disputa de cargos eletivos. A troca de interventores ensejou uma pauta acerca da possibilidade de manter relações próximas com o novo interventor, buscando projetar-se como um componente daquele cenário de disputas. A ligação entre o integralismo paraibano e o então novo interventor, Argemiro Figueiredo, manteve-se estável. Uma vez que as medidas adotadas pelo político eram apreciadas pelos camisas-verdes. A exemplo de seu combate ao comunismo no estado.

Esse quadro de admiração e até mesmo de bajulação se manteve pelos integralistas ao governador paraibano, o que entendemos ser explicado por dois motivos. O primeiro seria a perspicácia política do movimento integralista, que enxergou em Argemiro e no seu respectivo partido, adversários que não tinham menor chance de serem derrotados, e o segundo motivo seria mais prático, na medida em que o governo de Argemiro de Figueiredo até a ilegalidade da AIB-PB, não criou obstáculos para o desenvolvimento integralista, sendo bastante anuente aos interesses da doutrina da AIB-PB, com sua política de centralização administrativa e principalmente no combate ao comunismo (Souza, 2015, p. 39).

O interventor tornou-se um elo entre as oligarquias locais, que davam força ao seu nome como político, e o integralismo, que o apoiava como um governante que incorporava os princípios por eles defendidos. Argemiro “conciliou compromissos estabelecendo uma correlação entre antigos adversários, reorganizando as forças oligárquicas na Paraíba por intermédio de privilégios, promovendo a concretização de interesses dos profissionais liberais urbanos e dos coronéis da zona rural” (Souza, 2015, p. 39). Foi nessa recolocação que se pode estabelecer conexão entre políticos e foi possível uma expansão maior de núcleos. O processo de interiorização mais efetivo pode ser percebido com a abertura de núcleos municipais, nas cidades de Sousa e Catolé da Rocha. Outros resultados também demonstram o fortalecimento do integralismo no estado durante o governo de Figueiredo: como a criação de uma sede própria e a possibilidade de representação própria no II Congresso Nacional Integralista realizado em Petrópolis (RJ) em 1936.

No Ceará a adequação do integralismo à dinâmica de poder local ocupou um espaço essencial na construção do partido. O núcleo da Ação Integralista no estado organizou em confluência com outros movimentos políticos locais como a Liga Cearense do Trabalho e o ativismo católico. Atraiu principalmente um setor das elites locais que se sentia ameaçado pela introdução de novas camadas à disposição do poder local emergido após a Revolução de 1930.

Coronéis e grupos de uma elite econômica encontraram no integralismo a forma de conduzir uma pauta que elencou uma contrariedade aos resultados do golpe da Aliança Liberal. Ao mesmo tempo, prefigurou-se como exterior aos métodos da política tradicional. “A existência de um *ethos* integralista no Ceará que se expressava pela contradição entre o discurso doutrinário e as práticas políticas adotadas, estas iam de encontro aos principais elementos constitutivos do seu discurso” (Régis, 2008, p. 308)

Durante a adequação dos resultados da Revolução de 1930 no estado os coronéis não perderam completamente importância política, adaptando-se às novas correlações de forças surgidas. Como é demonstrado por um historiador cearense: “os grupos políticos locais souberam se amoldar aos imperativos políticos da época e garantiram, assim, mais que uma sobrevivência, garantiram longevidade” (Régis, 2008, p. 107-108). Com as disputas, muitas vezes armada, entre o projeto tenentista e as forças locais, “os antigos coronéis buscaram entre seus descendentes e aliados mais jovens – muitas vezes formados nos grandes centros urbanos – a renovação das forças políticas para dar continuidade ao poder da família e de seus correligionários” (Régis, 2008, p. 109).

A juventude que adentrou as primeiras fileiras do integralismo cearense, introduziu, como pano de fundo, a busca por reformulação de antigos políticos tradicionais no interior da nova atividade política. Assim, mesmo com “novos rostos”, mantinham a defesa pela conservação de velhas estruturas e perspectivas coronelistas. “Foi no contexto da crise do coronelismo clássico que os núcleos integralistas foram criados no interior do Ceará” (Régis, 2008, p. 111). Foi nesse cenário de crise e busca por espaço em um momento de transição política que o integralismo surgiu como um movimento político que sugeria uma cultura política e horizontes sociais que se filiavam às elites tradicionais alijadas pela Revolução de 1930.

Devemos considerar que essa euforia se fez sentir em todos os meios integralistas, inclusive entre os militantes dos núcleos no interior do Ceará, transformando o Integralismo numa força política considerável capaz de desenvolver naquelas localidades, grandes manifestações públicas, a exemplo do que vinha ocorrendo nos grandes centros urbanos (Régis, 2008, p. 129).

Como detalhado na tese de João Rameres Régis (2008) a AIB-CE atuou principalmente no esteio das elites políticas do coronelismo que estavam desprivilegiadas pelos rumos da Revolução pós-1930. Esses grupos políticos tradicionais locais foram determinantes para a formação do integralismo no estado, que produziram um *ethos* que unia os interesses das duas esferas (Régis, 2008, p. 308).

Assim, podemos entrelaçar os conceitos trazidos por João Bernardo (2022) no tópico anterior: o fascismo é um fruto da reflexão no local da crise política global que estava estabelecendo-se naquele cenário; E funcionou como colaborador das elites econômicas e políticas na forma de mobilizar massas para a defesa do *status quo* e a construção de inimigos naqueles grupos que estavam fora da hegemonia das classes dominantes.

O caso do integralismo pode ser visto a partir desse processo. A Revolução de 1930 alterou a hegemonia das oligarquias na disputa pelo poder, permitindo setores médios ou elites econômicas afastadas da política oligárquica pudessem começar disputar por espaço nos postos de governo. Nesse cenário, o integralismo atraiu essas esferas sociais defendendo um tradicionalismo religioso, conservadorismo e autoritarismo. Sendo uma ideologia política favorável aos grupos oligárquicos que ficaram desassistidos após os eventos revolucionários. Mesmo que a adesão fosse lógica, muitas vezes o integralismo precisou de remodelação para adequar-se aos objetivos dessas elites locais. Esse processo demonstra o quanto o integralismo precisou e foi mobilizado a partir do apoio das estruturas políticas tradicionais. Ainda que bradasse um discurso de “revolução”, ele sintetizava uma prática de conservação. O que nos lembra a ideia de “revolução da ordem”, promovida pelo intelectual português João Bernardo (2022).

Nesse sentido, o integralismo foi introduzido como um recurso por parte de grupos políticos oligárquicos influenciados pela dinâmica pós-revolução de 1930. Tal quadro demonstra que, em certas localidades, é a Revolução empreendida pela AL no início daquela década, que ensejou a expansão da ideologia e do número de militantes da Ação Integralista. E que essa faceta do fenômeno fascista daquele período esteve em consonância com outros espaços globais que aderiram a esse modo de fazer política como o apego capaz de resguardar as estruturas de poder tradicionais contra movimentos revolucionários contra conservadores.

Revolução de 1930 e a composição do Integralismo no Piauí

Para entender qual o impacto dos eventos de 1930 na política piauiense, precisamos escrutinar como o “coronelismo” vicejou durante a primeira república no Piauí e quais motivos levaram ao rompimento do sistema oligárquico no estado. Assim, poderemos apontar como a Revolução de 1930 relacionou-se com a composição e formação do integralismo piauiense. Victor Nunes Leal (2012) apresentou o conceito de coronelismo em sua obra durante a transição da ditadura do Estado Novo para um período democrático. Nesse texto, o jurista usa o termo para apontar o domínio político-eleitoral exercido por indivíduos poderosos em cidades interioranas. Segundo ele, a força desses “caciques políticos” locais advinha do período

imperial. Com a criação e a expansão da Guarda Nacional todas as províncias tinham o seu próprio regimento. Quando se abriam destacamentos nas localidades, era escolhido o líder da comuna: Tenente Coronel da Guarda Nacional, ou simplesmente: “Coronel”. De acordo com Leal (2012) a composição desse posto: “era, de ordinário, os mais opulentos fazendeiros ou os comerciantes e industriais mais abastados” (Magalhães *apud* Leal, 2012, p. 128).

Durante o império, os indivíduos que possuíam essa posição reforçaram seu poder local, arraigando-se no interior de um sistema representativo ao controlar os votantes das eleições. Esse “coronel” passou a ocupar um posto de comandante ou chefe político dentro da mentalidade política local. Controlando, indiretamente, a representação política nessas regiões o que reforçou ainda mais o seu papel como líder social e econômico. José Murilo de Carvalho (1997) nos provoca a entender o conceito de Leal (2012) relacionando-o a outros dois: o *mandonismo* e o *clientelismo*.

Embora o historiador aponte que a literatura acadêmica os trate como termos paralelamente isonômicos, esse não seria o caso. Segundo Carvalho (1997), interpretando a ideia do jurista, o “coronel”, ao menos durante a primeira república, não era dotado de um poder inquestionável e absoluto. Que denota um indivíduo dotado por um poder características do *mandonismo*. Nesse aspecto, esse último relataria um tipo de poder em que “ordem privada é lei”. A ausência do poder estatal durante o período imperial nas cidades interioranas havia reforçado a figura dos coronéis que compensaram essa falta com uma força privada da ordem econômica. Assim, seu poder estava fizado no domínio econômico e, por conseguinte, político, que se efetivou em uma determinada localidade onde o Estado não adentrava.

Ocorre que na passagem republicana o poder público expandiu-se. Conseguindo adentrar nesses recantos mais afastados do centro político montado na capital. O *mandonismo* local durante o período republicano perdeu força exatamente pelo fato do Estado, como poder político representativo, começar a colocar-se como um elemento desse cenário regional.

É evidente que encontramos na história do coronelismo coronéis que tinham aquela categoria, lembrando os antigos senhores de engenho do tempo da colônia que eram muitas vezes autoridades por si mesmos, desafiando a autoridade da Coroa. Mas isso, a meu ver, já não existia mais, *como sistema*, na Primeira República. O poder público se engrandecera, se reforçara e se tornara mais presente, mais capaz, portanto, de reprimir rebeldias dessa natureza (Leal, 1980, p. 13) (*grifo do autor*).

O *mandonismo* pode ser compreendido como a ação do poder privado dos coronéis ante ao absentismo dos representantes estatais. O que resultou, como um sistema, a categorização desses políticos, como “caciques” de certas regiões. As disputas oligárquicas davam-se a partir daqueles que conseguiam impor mais domínio econômico sobre determinado local. Esse

“sistema” começou a amainar durante a Primeira República, pois agentes públicos promoviam o poder estatal de forma mais hegemônica. Nesse sentido, o *mandonismo* relaciona-se com o coronelismo como conceito, mas não um elemento dele. “Essa ausência do poder público, que tem como consequência necessária a efetiva atuação do poder privado, está agora muito reduzida com os novos meios de transporte e comunicação, que se vão generalizando” (Leal, 2012, p. 33).

O outro conceito que Carvalho (1997) relaciona para compreender o *coronelismo* de Leal (2012) é o *clientelismo*. Esse fenômeno estaria se reforçando durante o período republicano pelo mesmo fato que o anterior perdia efeito: a chegada do poder público às localidades interioranas. Sua definição seria a forma como o poder estatal realizava acordos com poder privado, criando um sistema de trocas entre sujeitos detentores de poderes diversos: de lado o poder público cedia benefícios dentro das decisões governamentais, que auxiliavam os interesses das elites econômicas, enquanto essas colaboraram com quantias financeiras e apoio aos interesses dos agentes públicos. “De modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto” (Carvalho, 1997, n.p.).

O *clientelismo* foi uma espécie de troca de favores que ganhou força exatamente em um cenário onde os agentes públicos aumentaram sua atuação nessas localidades. Nesse contexto, era preciso a colaboração do poder privado que tradicionalmente controlava aqueles espaços para recrudescer a ação do poder público. Para entender essa dimensão, Carvalho (1997) faz um exercício imaginativo: duas curvas; uma começa a declinar no período republicano (*mandonismo*) e outra que alcança seu ápice nesse mesmo período (*clientelismo*); é nesse encontro que o *coronelismo* aparece como estrutura de experiência histórica.

Temos, assim, três conceitos relacionados, mas não sinônimos, guardando cada uma sua especificidade, além de representarem curvas diferentes de evolução. O coronelismo retrata-se com uma curva tipo sino: surge, atinge o apogeu e cai num período de tempo relativamente curto. O mandonismo segue uma curva sempre descendente. O clientelismo apresenta uma curva ascendente com oscilações e uma virada para baixo nos últimos anos (Carvalho, 1997, n.p.).

O conceito central pode ser caracterizado como um sistema de compromisso entre o poder privado local — os coronéis — e o poder estatal — governo estadual e federal — que se fomentavam mutuamente com a finalidade de manter-se no poder. “O que procurei examinar foi sobretudo o sistema. O coronel entrou na análise por ser parte do sistema, mas o que mais

me preocupava era o sistema, a estrutura e a maneira pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município" (Leal, 1980, p. 13).

Ou seja, o município é o espaço da escala utilizado por Leal (2012) para entender essa dinâmica de poder entre agentes distintos. Mas não se limitava a ele, era uma rede de conexões e intercâmbios entre sujeitos de hierarquias distintas da burocracia estatal e de agentes privados das mais diversas elites econômicas. Como é apontado por José Murilo de Carvalho (1997, n.p.): “o *coronelismo* é um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos”.

Esse sistema de compromisso, por si só, revela que ambos os lados da balança não possuíam poder absoluto sobre os votantes ou a massa popular, por isso era preciso estabelecer uma interação que permitisse mútuo fomento. Os coronéis tinham seu poder limitado às cercas de suas fazendas, e por ser da ordem econômica, estava suscetível aos dissabores de um mercado global desaquecido pelo período de guerras e conflitos. Processos de urbanização que estimulavam o êxodo rural também provocavam enfraquecimento do poder político dos coronéis. Para garantir o predomínio de sua força política frente àquele território, esse típico político precisava recorrer ao Estado, fazendo acordos e cedendo espaço para mínima manutenção de força.

O fortalecimento do poder público não tem sido, pois, acompanhado de correspondente enfraquecimento do “coronelismo”; tem, ao contrário, contribuído para consolidar o sistema, garantindo aos condutores da máquina oficial do Estado quinhão mais substancial na barganha que o configura. Os próprios instrumentos do poder constituído é que são utilizados, paradoxalmente, para rejuvenescer, segundo linhas partidárias, o poder privado residual dos “coronéis”, que assenta basicamente numa estrutura agrária em fase de notória decadência (Leal, 2012, p. 124).

Ou seja, ambos os polos desse sistema não estavam em situação de “desigualdade” ou “superioridade”, mas precisavam um do outro para retroalimentar suas forças políticas em um cenário modificado pelo republicanismo e um sistema de representação social. Cada localidade participa desse sistema de compromissos a sua maneira, contribuindo e fazendo acordos a partir da própria organização socioeconômica local. Contudo, não perdiam a matriz na qual assentava-se o sistema de compromisso entre o poder privado — do lado dos coronéis — e o Estado.

No Piauí esse sistema desfigurou os poderes públicos e privados e os interseccionou a ponto de confundirem ambas as esferas. Os postos de governo de cidades interioranas eram ocupados por grupos familiares poderosos que dominam economicamente a região. Essa força econômica permitiu o controle político dos cargos de governança. A condição de estado pouco urbanizado durante aquele período refletiu esse cenário na estrutura governamental da província. Para analistas desse período, como o historiador Antônio Melo (2021), o governo

estadual era disputado por grupos de associação política em torno de nomes que centralizavam oligarquias políticas. Em sua visão, havia a influência de quatro grupos durante o período republicano: *Pachequismo*, sob a liderança de Félix Pacheco; *Piferismo*, sob a liderança de Firmino Pires Ferreira; *Coelhado* de Coelho Rodrigues e *Freirismo* de Antonino Freire.

Esses grupos, que reuniam famílias tradicionais e poderosas por meio de uma associação política de interesses, alternavam-se no governo e emparelharam as forças do poder público em benesses próprias e para seus aliados. Na tabela abaixo podemos perceber como ocorreu a dinâmica de troca dessas esferas políticas piauiense:

**TABELA I - GOVERNADORES DO PIAUÍ E SEUS GRUPOS OLIGÁRQUICOS
(1891-1930)**

Nome	Filiação oligárquica
Gabriel Luís Ferreira	<i>pachequismo</i> (pai de Félix Pacheco)
Coriolano de Carvalho	<i>coelhado</i>
Raymundo Arthur de Vasconcellos	<i>piferismo</i>
Arlindo Nogueira	<i>piferismo</i>
Álvaro Mendes	<i>piferismo</i>
Anísio de Abreu	<i>freirismo</i>
Antonino Freire	<i>freirismo</i>
Miguel Rosa	<i>freirismo</i>
Eurípides Aguiar	<i>piferismo</i>
João Luís Ferreira	<i>pachequismo</i>
Matias Olímpio de Melo	<i>pachequismo</i>
João de Deus Pires Leal	<i>piferismo</i>

Fonte: Criado pelo autor, baseado em Melo, 2021.

A partir desse quadro podemos perceber que o associativismo político em torno de grupos familiares expressava a participação para além de membros sanguíneos dessas oligarquias. A associação dava-se entre aqueles que coadunavam com os interesses políticos mais emergenciais desse grupo. O destaque exercido por famílias poderosas não significa dizer, como Leal (2012) redarguiu, que o poder público estava subordinado a elas. Ao contrário, era um sistema complexo que denotava um “conflito” entre a predominância do Estado e a

reorganização de grupos políticos tradicionais. A *coelhada* foi um exemplo desse quadro. Segundo Clodoaldo Freitas, a influência do senador Coelho Rodrigues na política piauienses significou um:

Regime político em que o capricho substitui a lei; em que a vontade é o direito, o coelhado é o inimigo que urge bater por todos os meios e modos, porque ele é a compressão, a fraude, a violência, o esbanjamento, o roubo de direitos, a negação de tudo que a moral ensina e a justiça clareia (Freitas *apud* Damasceno, 2022, p. 109).

Todavia, ele só podia ocorrer pela demora do poder público em estabelecer uma estrutura governamental e representativa que esfriasse a ação desse fenômeno. A partir da construção republicana foi preciso realizar o que Melo (2021) nomeou de “congraçamento”: uma troca de acordos entre agentes públicos e privados para beneficiar os oligarcas. “Portanto os governos republicanos da Primeira República vão ser marcados por essas ações de congraçamento, acordos que prejudicavam a pureza do regime republicano” (Melo, 2021, p. 51).

Essa alternância entre os grupos políticos na cadeira de governador da província piauiense não era pacífica e sempre que ocorriam novas eleições era preciso ativar o sistema de compromissos coronelista, explorando as alianças políticas a fim de congregar a maior quantidade de votos. Essas alianças entre os grupos oligárquicos não eram tão rígidas exatamente pela limitação do *mandonismo* dentro daquele cenário no Piauí. A cada nova eleição as alianças eram refeitas e reconfiguradas procurando alçar um grupo que interessasse a maioria desses setores econômicos. O que demonstra a força das eleições, relativamente independentes, e o poder estatal como um elemento negociador dessa equação. Podemos perceber a partir de um trecho da entrevista de Pedro Freitas⁷, um ex-governador e membro de uma das famílias mais tradicionais do Piauí, que o Estado podia tomar decisões à revelia dos políticos locais, que precisavam fazer acordos com esse poder para implantarem medidas que os interessariam:

⁷ Nascido na cidade de Livramento — hoje José de Freitas em homenagem ao seu pai —, foi um político, comerciante e empresário piauiense importante durante o Estado Novo e a redemocratização dos anos 50. Foi governador do Piauí entre 1951 e 1955.

O interventor Leônidas Melo escolhera um prefeito para o município dos Freitas sem consultá-los. A família estava em oposição, mas nem o prefeito escolhido nem o Interventor ousariam desprestigiá-la. Quando o prefeito pretendeu que o município se tornasse sede de uma comarca judiciária, pediu ao *coronel* que intercedesse junto ao poderoso Interventor. Pedro Freitas relutou, julgando-se sem direito a pedir nada ao governo, mas cedeu à pressão. O Interventor atendeu imediatamente o *Coronel* e ainda lhe pediu que indicasse o juiz:

- *Só nomeio quem você indicar. Se você não indicar, vai ser prescrito*
- *Olha, eu só podia indicar Alberto Verás, que já é juiz municipal a contendo de todos, mas Alberto é gente minha, você deve nomear gente sua.*
- *Pois será o Alberto!*

E nomeou o Alberto, adversário dele e correligionário meu! (apud Domingos Neto 2010, p. 38).

Notemos que ao relatar um episódio de sua vida como participante de uma oligarquia interiorana, Pedro Freitas nos indica o funcionamento de um sistema de acordos tácitos entre poder governamental e políticos privados. Ambos, retroalimentando-se, para manter alianças e estruturas econômicas de maneira a assentarem-se em um momento eleitoral posterior. Essa rede de acordos não ficava restrita aos limites territoriais do Piauí e políticos locais compunham esse sistema de compromisso *coronelistas* até chegar à capital federal. Como é apontado pelo historiador Manuel Domingos Neto (2010, p. 101): “acompanhando a tendência das oligarquias estaduais de todo o Brasil, fazendeiros, negociantes e políticos piauienses entraram na disputa pelo recebimento de recursos do governo federal e por nomeações aos cargos públicos”.

No final da década de 1920 subiu ao cargo de governador do Piauí, João de Deus Pires (Joca Pires), membro do grupo liderado pelo Marechal Pires Ferreira. Durante seu governo, Joca Pires tentou “purificar” a máquina pública com apenas aderentes ao *piferismo*. Preferindo colocar parentes em cargos públicos chaves, o que significava aparelhar o poder público às ordens de uma oligarquia. Seu antecessor o acusou de fazer demissões em massa e buscar transformar o poder público como subordinado ao sistema oligárquico.

No primeiro mês de governo de meu sucessor foram lavradas 439 demissões de amigos e 630 foram feitas no trimestre seguinte à sua posse. Como um acinte, não era conservado um simples suplente de juiz ou de delegado de polícia. Todos reclamaram contra esses desmandos (Olimpio *apud* Melo, 2021, p. 66).

Joca Pires ignorou a tradição de manter boas relações com outros grupos políticos, tradição pautada pela necessidade de se fazer acordos posteriores para as eleições, para poder controlar o maquinário público de maneira isolada e reforçar o poder da Oligarquia dos Pires Ferreira no estado. O governador foi acusado de ser uma espécie de “marionete” dos interesses do Marechal Pires Ferreira, que controlava as medidas e ações governamentais nos bastidores. Pedro Freitas deu pistas acerca da recepção dos grupos alijados por suas ações: “Ele nos traiu! Nós concordamos com a eleição dele para governador e quando ele assumiu o governo demitiu

nosso pessoal *todinho* em José de Freitas e nomeou os nossos adversários” (Freitas *apud* Domingos Neto, 2010, p. 165).

Esse trecho alude a recepção de políticos tradicionais acerca da tentativa de aparelhamento da máquina pública por parte do político. Eles entendiam o rompimento com o sistema de oligarquias e compromissos como algo que o isolava da forma de fazer política vigente naquele contexto. O engenheiro Luís Mendes Ribeiro Gonçalves, que era funcionário público e passou pelo governo de Joca Pires, relatou em entrevista que: “Joca não foi um déspota, era amável, mas fazia o que queria e o que lhe mandava fazer o Marechal” (Gonçalves *apud* Domingos Neto, 2010, p. 411).

A fala de Ribeiro Gonçalves reforça essa visão na qual o governo de Joca Pires desalinhou o sistema de compromissos existente nas disputas eleitorais no Piauí. Em seu relato, Joca Pires é descrito como aquele que estava mais preocupado em atender os que faziam parte de seu círculo de amizade e compadrio do que em cuidar de assuntos referentes à população. O que resultou em um governo com baixos índices de obras e ganhos pouco efetivos. Como podemos perceber no excerto: “A administração de Joca Pires era mais inclinada à política que à ação construtiva do Estado. As finanças caíram, a renda minguou, houve queda de preços, faltou fiscalização. As finanças declinaram muito, fazia-se pagamentos com muita abertura” (Mendes *apud* Domingos Neto, 2010, p. 413).

Nesse panorama, surgia no país as reivindicações por parte da AL e as críticas ao governo central. Ao chegarem em território piauiense, as caravanas da aliancistas alinharam-se às críticas locais ao governo de Joca Pires e estimularam a adesão de grupos muito dissonantes ao programa da AL. Reunindo setores opositores e grupos muito distintos foi que o núcleo piauiense do movimento aliancista se formatou:

A Aliança Liberal no Piauí é constituída por indivíduos que até a eleição de João de Deus Pires Leal, faziam parte do esquema político no poder, portanto, o pouco tempo decorrido não permitiria uma reciclagem ideológica. A mudança para a Aliança demonstra, entre outras coisas, o oportunismo latente na “classe” política nacional e local (Nascimento 1994, p. 40-41).

Nesse sentido, os políticos piauienses que mobilizaram a formação da AL aproveitaram o momento em que o *coronelismo* esmorecia para alçar a disputa pelo poder. Além dessas elites tradicionalmente hegemônicas, outros setores viram na AL a oportunidade de começarem a disputar espaço e cargos dentro da máquina governamental. Esses grupos eram compostos por sujeitos da classe média, novas forças econômicas, e elites que não estavam na liderança dessas associações políticas, passaram a buscar disputar espaço formatando um grupo heterogêneo e com muitas demandas em seu interior.

Ao propugnarem pelo liberalismo, as oposições pretendiam tornar o sistema político mais representativo no nível da classe dominante, integrando à mesma as frações da elite não representadas na estrutura de poder, além dos segmentos médios urbanos que se desenvolveram em função da expansão econômica (Ferreira; Pinto, 2018, p. 321).

Assim, fica claro a noção de “revolução” que foi trabalhada pelo grupo. Ao se propor uma “revolução”, não se desejava a alteração das estruturas políticas de classe nas quais a sociedade piauiense estava alicerçada. Queria-se abrir o leque da política oligárquica resumida em poucas famílias poderosas, nas quais outros setores orbitavam. A partir de uma ideia de “revolução” que retirava o “popular” de sua equação, a Aliança Liberal no Piauí acolhia principalmente as oligarquias que foram afastadas durante o governo de Joca Pires e grupos que buscavam maior expressão na política.

Foi nessa coletividade heterogênea que se articulou os eventos da revolução de 1930 culminando na deposição do governador eleito e na tentativa de reconstrução de um sistema *coronelist* de alianças entre setor público e privado: quem estava no poder e quem saía dele. O historiador Francisco Alcides do Nascimento (1994) interpreta esse aspecto: “Quando uma estava no poder, a outra denominava-se de oposição, que obviamente não era realizada ao sistema político, mas na maioria das vezes aos próprios governantes. Quando o papel se invertia, a facção situacionista travestia-se de oposição” (Nascimento, 1994, p. 54).

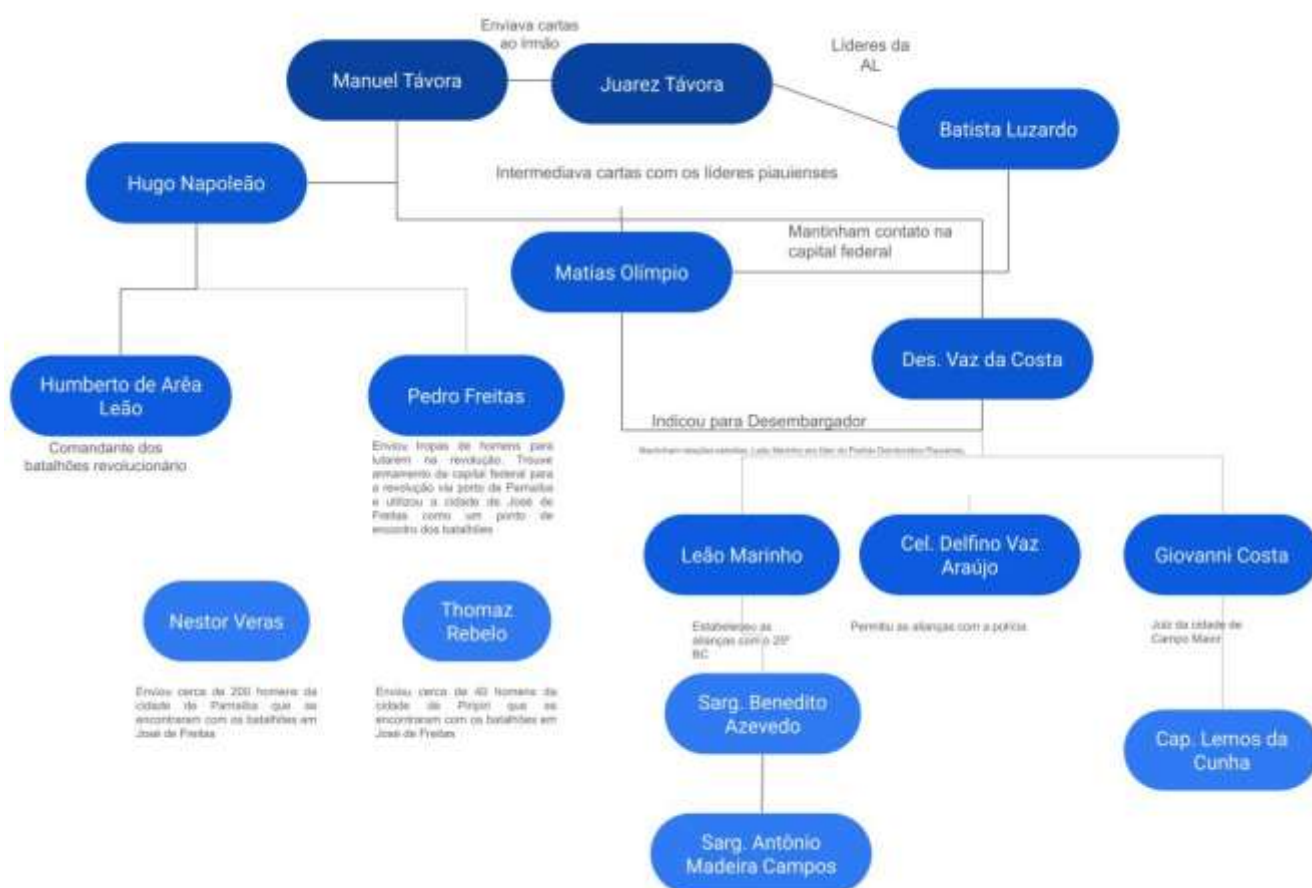
O governo de Joca Pires pode ser entendido como o momento de “rompimento” de uma tradição de alianças que funcionavam para manter vivo o domínio de algumas poderosas famílias com o reforço do poder estatal. Nesse sentido, a Revolução de 1930 no Piauí foi uma reação desses setores oligárquicos às medidas do governo. O uso de “revolução”, naquele cenário, não estava restrito apenas aos movimentos de esquerda, e grupos de diversos espectros, em especial o integralismo, pregavam o termo como forma de apresentar-se antissistema. Camargos (2022) encontra no modernismo da década de 1920 a imagem do “revolucionário” nos discursos políticos e autoritários:

Escolas pictóricas que refletiam as incertezas sociais, as novidades tecnológicas e as revoluções científicas, como a teoria da relatividade de Einstein [...]. O fraccionismo incessante desses “ismos” também espelhava a efervescência das ideias em luta contra a arte acadêmica ou puramente decorativa, típica da Belle Époque. Por meio da decomposição ou da compreensão das formas, tais expressões artísticas pretendiam salientar a ruptura de um mundo resolvido não só pela guerra, mas pela filosofia de Nietzsche, pela psicanálise freudiana e pelas instituições bergsonianas que substituíram o tempo físico-espacial por uma direção psíquico-sensível. Também remetia ao marxismo e ao binômio vanguardista-revolução sobretudo nos moldes bolcheviques (Camargos, 2022, pos. 248).

A “revolução” era um conceito multifacetado e explorado pelas oligarquias e setores médios da sociedade no objetivo de reconfigurar os postos de decisão na sociedade. Para isso, esses políticos articularam suas redes de contato internas e externas, estabelecendo estratégia e

pontos de combate para desestruturar o governo dos Pires, apoiado pelo governo federal. O infográfico abaixo apresenta, muito sumariamente, algumas ligações que foram ativadas para a concretização do golpe da AL no estado.

Tabela II - Alianças e conexões políticas para a Revolução de 1930



Fonte: Produzida a partir de informações contidas em: Melo, 2021; Nascimento, 1994; Domingos Neto, 2010.

Essa rede de articulações entre os políticos, intelectuais, oligarcas piauienses e os gerenciadores do golpe a nível nacional, adjunto ao isolamento político dos Pires Ferreira foram fortes o suficiente para retirar Joca Pires do poder sem muita resistência. Após os eventos, o vice-governador, Humberto de Arêa Leão, assumiu o posto de interventor. Essa decisão expressou uma rápida cisão entre as esferas sociais que compuseram a Aliança Liberal. Isso porque, nomes importantes dessa aliança política ficaram de fora da divisão dos espólios após o evento. Durante o período em que Arêa Leão esteve à frente da interventoria do estado, ele foi acusado de retomar as mesmas práticas que o político deposto. Nesse cenário, Des. Joaquim Vaz da Costa destacou-se por sua oposição à forma como o processo revolucionário estava sendo imposto. Em sua visão o interventor atuava com “clientelismo”, facilitando e governando em prol de seus interesses e dos amigos mais próximos, como seria o caso de Hugo Napoleão

e Matías Olímpio. Em uma carta enviada pelo desembargador para Juarez Távora, ele apontava para essas medidas políticas do interventor:

V. verá que dr. Mathias Olympio e o interventor, seu cunhado, nada cumpriram do que prometeram no entendimento de Parnaíba. Eles declararam francamente aos amigos que não vão sacrificar a sua situação política pela execução de um programa concebido apenas por meia dúzia de revolucionários idealistas e que a política do Piauí continuará a ser feita no Rio, como sempre foi. Está, portanto, nas mãos do Sr. General a sorte do Piauí, ou ele faz substituir o interventor oligárquico por um oficial de sua confiança que, indiferente às intrigas dos políticos, venha cumprir fielmente as suas determinações e executar integralmente o programa revolucionário, conforme lhe alvitrei em Parnaíba ou o Piauí continuará escravizado por uma oligarquia que difere da que derribamos, apenas em servir senão numerosos ainda em todo o Estado os parentes dos dois cunhados.

O rompimento de Vaz da Costa, e seus correligionários, ensejou um ambiente de denúncias e disputa pela memória do gerenciamento do processo revolucionário. O setor liderado pelo desembargador na fragmentação da AL foi composto principalmente por indivíduos das classes médias e trabalhadores livres, como médicos, professores e funcionários públicos que apoiaram a deposição dos Pires. Essa disputa entre setores da AL propiciou a derrubada de Arêa Leão pelas mãos de Vaz da Costa e seus adeptos. O novo golpe, dentro do golpe, gerou um dilema para um recente governo provisório. A disputa pela cadeira de interventor piauiense ganhou notabilidade na mídia geral e clarificou as dissensões em torno do projeto que moldou a Revolução de 1930.

O governo foi assumido pelo militar Lemos Cunha, que foi tachado de: “marionete do Vaz da Costa”, pelos políticos destituídos. Segundo Francisco Alcides do Nascimento (1994), durante o governo do tenente ele manteve as práticas que haviam levado a deposição dos anteriores, pois emparelhou a máquina pública com indivíduos ligados aos seus amigos mais próximos. Como podemos perceber no trecho: “[Lemos Cunha] assessora-se de indivíduos ligados a Vaz da Costa, preteridos na organização política do primeiro interventor, inclusive parentes seus, como desembargador Giovani Costa” (Nascimento, 1994, p. 74).

Ao caracterizar o governo de Lemos Cunha, Ribeiro Gonçalves relatou um olhar negativo ao capitão, o que representa o modo como os grupos, afetados pelo golpe de Vaz da Costa, definiam o governador: “Lemos Cunha tinha, como seu meio apropriado, não um quartel, em que exercia suas funções silenciosamente, mas um bordel, o deboche das meretrizes” (Gonçalves *apud* Domingos Neto, 2010, p. 419). Em outro momento, o engenheiro avaliou o governo de Cunha a partir da atuação do des. Giovanni Costa. Em suas palavras, Giovanni Costa, parente de Vaz da Costa, era o responsável pelas medidas adotadas por Lemos Cunha. Em sua lembrança era Giovanni a figura que mobilizava as ações autoritárias de um governante

inapto e passivo: “formou-se então uma verdadeira dupla de Cervantes. O Sancho Pança, no caso, era o interventor; o seu secretário, aparentando servir de escudeiro, é que era Dom Quixote. Nos arrancos, o doutor Giovani Costa agia como Dom Quixote paranoico” (Gonçalves *apud* Domingos Neto, 2010, p. 421).

O governo de Lemos Cunha não se sustentou com uma oposição mais organizada por parte das elites oligárquicas. A crise ganhou destaque na mídia nacional como a: “Questão do Piauí”. Isso porque, precisava-se encontrar um nome que agradasse os lados em disputa. A fragmentação da Aliança Liberal gerou duas forças contrárias: de um lado um grupo que era encabeçado por Vaz da Costa e Giovanni Costa encontrando respaldo no Partido Republicano Piauiense e do outro o grupo que assumiu a interventoria no primeiro momento pós-Revolução liderado por Matias Olímpio, Hugo Napoleão e Arêa Leão. Getúlio Vargas, assessorado por Juarez Távora, indicou o militar cearense Landry Sales⁸ para assumir o posto de Interventor no fim do ano de 1931. Segundo o historiador Idelmar Cavalcante Júnior (2004) o governo de Landry Sales foi marcado por um retorno das propostas políticas do tenentismo e ataque direto ao sistema de oligarquias que havia mobilizada a AL:

Landri Sales, apesar dos recuos que aconteceram ao longo de seu governo, quando se aproximou de antigas lideranças piauienses, foi o primeiro interventor revolucionário do Piauí, isto é, o primeiro que realmente se identifica e se comprometeu com os ideais da revolução de 30, e não por acaso, ele era um dos “moços de 22 e 24” como diz Hélio Silva (Cavalcante Júnior, 2004, p. 73).

É dentro desse contexto de “crise das elites piauienses” que o integralismo, como filosofia, chegou ao Piauí pela cidade de Parnaíba, no litoral do estado. As caravanas integralistas eram uma ferramenta de expansão utilizada pela Ação Integralista, e funcionavam como uma espécie de viagens dos líderes às regiões mais interioranas objetivando abrir um núcleo integralista ou recrudesce um movimento já existente. Por sua característica de expansão nos rincões nacionais foram apelidadas de “bandeiras integralistas”. No segundo semestre de 1933, Gustavo Barroso, Plínio Salgado, Miguel Reale, Herbert Dutra, Mário Brasil e Loureiro Júnior viajaram as capitais nordestinas por vias marítimas.

A adoção do navio como instrumento de viagem é explicada por João Ricardo Caldeira (1999), que aponta a ausência de uma malha rodoviária proeminente que ligasse o nordeste e sul do país. Já que a maioria dos estados costeiros tinham sua capital no litoral, com exceção do Piauí, fazia sentido uma viagem marítima. Gustavo Barroso escreveu algumas de suas conferências nesses locais e publicou em um livro nomeado *Integralismo de Norte a Sul*.

⁸ A grafia do nome muda a depender da fonte e do autor utilizado. Em alguns documentos é escrito como “Landri Sales”, em outros “Landry Sales”. Encontramos também jornais que são escritos com dois “s” o sobrenome.

Dedicado aos companheiros da bandeira, ele também expôs um mapa do seu itinerário e cidades pelas quais passou.

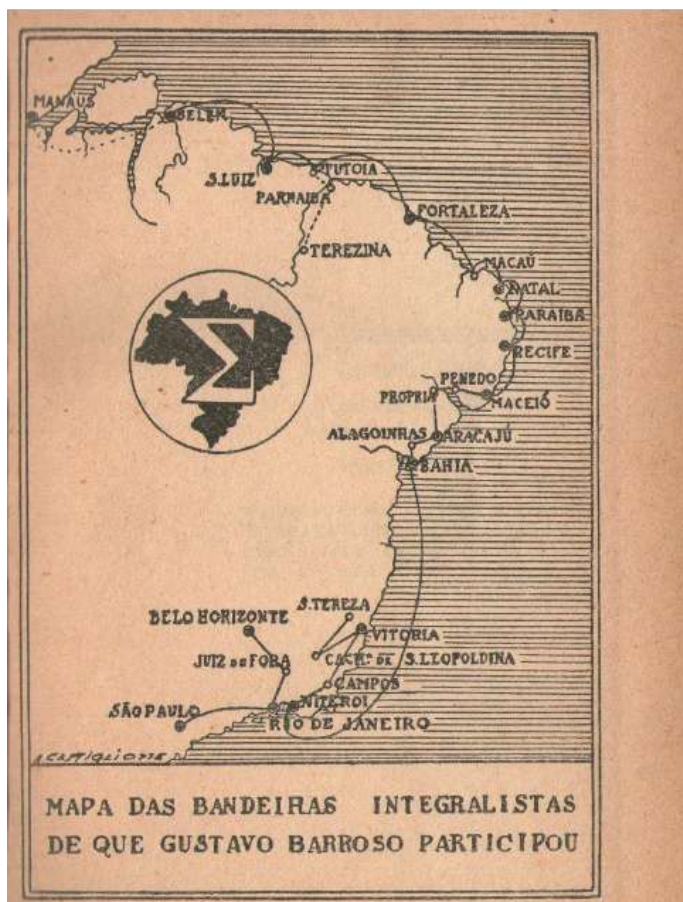
A caravana chegou à Fortaleza em dezembro. Na edição de 08 de dezembro de 1933 do impresso *O Jornal* era publicado: “Corre como verdadeira a notícia de que teremos para breve a visita ao nosso Estado do ilustre conterrâneo do Dr. Gustavo Barroso”. No decorrer do texto, o autor associa o integralismo ao nazismo alemão, reconhecendo Barroso como braço direito de Plínio Salgado: “Gustavo Barroso, como Goering para o sr. Adolf Hitler, na Alemanha, é o braço direito da nova política nacionalista que empolga o mundo inteiro” (*O Jornal*, 1933, p. 3). O que inferi ser um jornal antifascista da região. Em outro periódico cearense, *O Legionário*, era citada a presença do escritor em Fortaleza no dia 17 de dezembro de 1933. A publicação de 23 de dezembro de 1933 deu a entender que os caravanistas ainda estavam no território cearense na data daquela publicação. “O dr. Gustavo Barroso e seus companheiros deixarão, dentro em pouco, o Ceará, mas o eco, das suas palavras inspiradoras retumbaram, agora e sempre, no imo das nossas almas” (*O Ceará recebe...*, 1933, p. 1).

Em São Luís a caravana aportou dias depois. Na edição de 23 de dezembro de 1933 do impresso *O Combate*, o intelectual cearense era saudado após sua passagem:

Passou ontem por esta capital a bordo do “Pará” com destino a Belém do Pará o nosso ilustre confrade Gustavo Barroso [...]. O ilustre viajante que vem percorrendo os estados brasileiros com a propaganda integralista foi recebido nesta capital pelos seus amigos e correligionários que lhe prestaram condigna homenagem (Gustavo Barroso, 1933, p. 4).

João Caldeira (1999, p. 33) cita outros periódicos que referenciam a passagem do intelectual cearense na data de 28 de dezembro. Não encontramos citações nos impressos piauienses da passagem da caravana integralista no estado. Contudo, com base no mapa apresentado, o fato de Parnaíba, cidade litorânea piauiense, estar no caminho marítimo entre Fortaleza e São Luís, calculamos que a bandeira integralista aportou no estado entre os dias de 23/12/1933 e 28/12/1933. Durante esse intervalo de cinco dias, os líderes da bandeira visitaram três cidades: Parnaíba, Teresina e Tutóia (MA). Foi a partir da cidade de Parnaíba que o integralismo chegou ao Piauí e o encontrou em um estado de disputas oligárquicas em torno dos espólios da Revolução de 1930. No Anexo II encontra-se o roteiro de viagem de Plínio Salgado, possivelmente utilizado durante a bandeira nacional.

Imagem I - Mapa das Bandeiras Integralista de Gustavo Barroso



Fonte: Barroso, 1934, p. 5

O grupo formado por Vaz da Costa após a divisão da AL encontrou no fascismo da Ação Integralista um espaço para defender a ideia de “revolução” ao mesmo tempo que não pregava uma desagregação da sociedade capitalista e reivindicava a luta contra o comunismo. Nesse sentido, podiam disputar a memória da Revolução de 1930, como revolucionários que foram os realizadores daquele movimento, sem comprometer-se com o governo provisório. Em um cenário de retorno das medidas previstas na agenda do tenentismo.

É no seio dessa fragmentação da AL que os primeiros adeptos ao integralismo no estado do Piauí ganharam espaço. Giovanni Costa se projetou como presidente no núcleo piauiense fundado oficialmente em abril de 1934. No Anexo VI disponibilizamos o folheto que cita sua nomeação como presidente do núcleo. Vaz da Costa atuou como membro da *Câmara dos Quatrocentos*⁹ e dos integralistas mais engajados. No Anexo III disponibilizamos parte da lista de participantes do órgão onde constam os nomes de alguns piauienses identificados. Outros

⁹ Órgão integralista que reunia os principais nomes do integralismo a nível nacional. Encontramos cerca de quatro piauienses que faziam parte do grupo.

nomes que reuniram nas fileiras do integralismo piauiense eram principalmente funcionários públicos e profissionais liberais, como professores, médicos e advogados. Diante disso, foi a ideia de “revolução”, colocada como adjetivo substancial ao integralismo, atraiu os políticos piauienses que o utilizaram como forma de combater a organização política empreendida pela fragmentação da Aliança Liberal após os eventos de 1930.

O integralismo piauiense como “revolução”: entre a memória de 1930 e a revolução da ordem

Quentin Skinner (2005) nos ensina que para entendermos um texto histórico precisamos localizá-lo em um quadro social e político linguístico. Esse quadro é essencial para a compreensão de um texto, pois todo autor, de qualquer natureza que seja sua obra, quer ser assimilado na sua contemporaneidade. Quer ser lido por seus companheiros de temporalidade. Todo conteúdo e intenções presentes em uma obra intelectual estão alicerçadas no contexto que ela foi criada. “A questão com que nós devemos confrontar no estudo desses textos é saber o que é que os seus autores — escrevendo na sua época e para uma audiência específica que eles tinham em mente — podiam na prática ter procurado comunicar através do seu discurso” (Skinner, 2005, p. 123).

Ao assumir o *A Liberdade*, o grupo liderado por Vaz da Costa almejava instituir uma disputa acerca da memória da Revolução de 1930 refletindo um cenário onde os grupos dissidentes da AL procuravam estabelecer liderança ao movimento. Como Landry Sales implementava medidas em aderência ao programa que havia estimulado as primeiras movimentações revolucionárias em fins da década de 1920, os grupos que formataram a AL no Piauí e haviam sido retirados do poder precisavam apresentar-se como os responsáveis pela concretização da Revolução no estado. O jornal *A Liberdade* foi o porta-voz do grupo de Vaz da Costa. Passando a iconizar sua imagem de revolucionário. Em umas das primeiras edições em 1932 ele publicava:

Não sou candidato a juiz federal, a advocacia do Banco do Brasil e nem a nenhum cargo como recompensa de serviços prestados à Revolução. Como prêmio fico com a certeza absoluta de que, sendo de todos conhecidos os meus serviços, jamais me atingirão a perfídia, a infâmia e as explorações torpes dos macumbeiros do “mathiismo” (Costa, 1932a, p. 4).

Nesse excerto podemos encontrar o ambiente de disputas entre os dois campos rivais da AL logo após a estruturação do movimento. Em outra passagem de um texto publicado no jornal naquele ano, ele demonstrava, ainda mais, o clima de oposição entre os dois grupos: “Toda vez que os Chinós do “Estado do Piauí” se vêem encantoados, sem meios de defesa, voltam a

bater na velha tecla do governo Lemos Cunha, procurando apontar erros e descobrir desonestidades” (Costa, 1932b, p. 1). O grupo liderado por Matias Olímpio e Hugo Napoleão também fazia acusações ao setor de Vaz da Costa competindo pelo ideal revolucionário. Esses excertos demonstram as intenções por trás da construção de um discurso memorialístico da Revolução. O que se queria era defender um passado em que Vaz da Costa e seu grupo despontavam como líderes da revolução e, portanto, aqueles que defendiam mudanças no sistema oligárquico/liberal que açoitava as promessas republicanas.

Para o desembargador, a Revolução de 1930 deixou o estado em uma condição delicada; à beira de um abismo; a cair a qualquer momento. Nessa tese, o Piauí estava em condições inferiores às aquelas que vivenciava anteriormente a revolução. “Só não permanecemos em pleno regime da República Velha, porque descemos muito mais ainda, penetrando pelas portas largas da anarquia com uma audácia que toca as raízes da inconsciência e da irresponsabilidade” (Costa, 1932c, p. 1). Vaz da Costa incorpora essa disputa como sua causa política, sua atuação era voltada essencialmente a se colocar como a figura militar revolucionária. Um exemplo foi escolhido pela redação para compor uma matéria sobre sua absolvição em um caso de desacato. Nela, Vaz da Costa foi apresentado em vestes militares, como se estivesse pronto para uma guerra ou uma batalha. Ostenta uma baleira no peito e um olhar sério e firme para câmera. Com uma postura ereta e um enquadramento centralizado que toma todo o plano. O que se intencionava era expor o desembargador como um homem militar firme e direto, corajoso e guerreiro

Imagem II - Fotografia do desembargador. Joaquim Vaz da Costa



Fonte: A Liberdade, 1934

Essa disputa da revolução ganhava as folhas dos principais periódicos políticos do Piauí, que apresentavam críticas e interpretações sobre a Revolução de 1930 e traziam para si o que criam como verdadeiro para seus interesses. Pollak (1989) debate a ideia de *memória em disputa*. Para ele, o processo de soerguimento das “memórias subterrâneas” como material para as pesquisas históricas alterou o quadro da “memória oficial”, jogando luz a grupos silenciados pelo processo histórico. Não debateremos exaustivamente esse conceito, mas o usaremos para demonstrar que a “memória” é um construto político e social, disputado por diversas versões do fato.

Javier Lifschitz (2014) debate a “memória política” como um campo. Ele a conceitua como uma forma de “ação estratégica” de certos grupos que disputam a narrativa do passado como forma de mobilização política. A “memória política” é uma ação intencional de “agentes da memória” na esfera pública, tentando inocular, no então presente, uma ideia de passado construído por suas mãos. Os “agentes” seriam aqueles que produzem a saída dessa memória do âmbito particular para disputar o espaço político, e não precisam ser historiadores, instituições ou aparelhos representativos; indivíduos particulares podem agir como agenciadores de uma *memória política*.

A memória política instala o passado no presente, produz uma disjunção, uma anacronia radical, que faz com que tudo o que parece ser oposto ao presente político, como a ausência, o que já passou, o inatual, se torne contemporâneo. E assim, ao instalar o passado no presente, ela faz com que a política se submeta a um voltar que sempre coloca o porvir na direção do passado. É essa disjunção da memória que impede a política de continuar a sua marcha para o futuro. Ainda mais, torna perceptível para a política que a oportunidade de um porvir depende da memória (Lifschitz, 2014, p. 156).

A “Revolução de 1930”, como evento no Piauí, entrou como uma *memória política* agenciada de maneira multivocal. Como vários setores da anterior AL reivindicavam a liderança do movimento, eles recuperaram a memória do evento como herança de suas biografias no seu mundo contemporâneo. Vindos de todos os lados a crítica ao movimento ocorria como suporte àqueles que não foram agraciados com seus frutos. O periódico *A Imprensa*, ligado ao Partido Republicano Piauiense, que mantinha estreitos laços com Vaz da Costa, expunha visões sobre o evento: “por certo após a vitória do movimento armado de outubro de 30, o problema brasileiro complicou-se notavelmente. O Brasil era um doente em estado melindroso; o abalo causado pela Revolução levou-o ao estado desesperador” (Na mesma senda, 1933, p. 2).

Essa noção crítica à revolução vinha sendo traçada desde a subida de Landry Sales ao governo. E a reprovação não era à Revolução de 1930 como causa, não se condenava o que

levou a produção de um revolucionário ou a necessidade dele, pois esses setores tinham participado ativamente do movimento. Assim, era necessário condenar o evento como “resultado” e não como “efetivo”. Nessa noção, a degradação havia ocorrido após a retirada desse grupo do projeto revolucionário que supostamente foi deturpado pelo outro. Como podemos perceber no trecho de um artigo publicado pelo desembargador no *A Liberdade*: “a Aliança Liberal, em um programa pomposo, prometera elevar-nos aos paroxismos da felicidade. O que, porém, na realidade, fez a revolução de 1930 foi agravar assombrosamente todos os nossos males” (Costa, 1934e, p. 1).

Esse agenciamento da *memória política* da Revolução de 1930 no Piauí por parte de Vaz da Costa manifestava também seus próprios interesses eleitorais em um contexto de pleito da constituinte. Em sua concepção era preciso admoestar a sociedade quanto aos supostos propósitos escusos do setor aliancista liderado por Mathias Olímpio e Hugo Napoleão. O desembargador os criticava: “É que o estadista do Estanhado é realmente um grande defensor e salvador, mas dos seus interesses e conveniências pessoais, ainda que com sacrifício dos bríos e da dignidade, como no caso da tentativa de negociata com a política perrepista de S. Paulo!...” (Costa, 1934c, p. 1)¹⁰.

Na construção teórica de Vaz da Costa, a Revolução de 1930 havia sido um movimento ímpar de defesa do Piauí. Ele mesmo se projetava como um ardoroso combatente, capaz de sacrificar sua própria vida em prol do estado. Segundo ele próprio, uma de suas falas durante o cerco revolucionário havia sido: “o que lhe posso garantir é que, no dia designado para a revolução se ele [Joca Pires] não estiver deposto, mande procurar que encontrará o meu cadáver em frente ao palácio do Karnak” (Costa, 1934d, p. 1). O desembargador não negava sua participação no evento e muito menos o diminuía como força de defesa da piauiensidade em combate ao que declarou de “sistema oligárquico”. Ocorre, em sua visão, que os interesses pessoais do “matismo” haviam transformado o projeto revolucionário após sucesso e colocado o Piauí em um sistema mais imoral que o anterior. Ele dizia:

Cresceram e multiplicaram-se desmedidamente as ambições e interesses pessoais, a ausência de ordem e de disciplina, as dívidas e os impostos, os descréditos e as desconfianças, as dissensões e os levantes, as conspirações e a compressão, as intrigas, as delações e finalmente a falta de justiça, de lealdade, de respeito, de cerimônia, de garantia e segurança de direitos individuais (Costa, 1934e, p. 1).

Essa imoralização da política piauiense realizada após o movimento de 1930, revelou-se um discurso de maculação do adversário no cenário eleitoral. A disputa pela memória política

¹⁰ O “estadista do estanhado” é um apelido à Hugo Napoleão. Estanhado faz referência ao primeiro nome da cidade União, cerca de 60km da capital Teresina, que foi local de nascimento do político.

da revolução se transveste em choque partidário como foco eleitoral. Em sua tese o quadro assombroso de destruição da moralidade e dos princípios revolucionários haviam imposto ao Piauí uma condição de “anarquia política”: “de tudo isto resultaram a confusão, a balbúrdia, a desinteligência e a anarquia política, social e moral, em que já não se entendem nem mesmos os que dentro dele permanecem” (Costa, 1934e, p. 1). Essa “anarquia” que o Piauí havia sido “afundado”, permitiria que forças internacionais entrassem no estado e buscassem controlar o Piauí.

Entre essas forças encontrava-se o comunismo, que em sua teoria, era um produto da Revolução de 1930. Em sua acusação, a pretensa desestruturação das instituições e o caos causado por aqueles que macularam o projeto revolucionário piauiense, congregava-se em permitir o avanço da filosofia comunista no estado.

Mais cedo ou mais tarde, a ação destruidora e anárquica do movimento de outubro, terá como consequência a tentativa de uma revolução comunista. As forças vivas da Nação, têm, pois, o dever imperioso de preparar-se para, desde logo, combaterem e reprimirem a ação comunista” (Costa, 1934e, p. 1).

Segundo os pesquisadores Ramsés Sousa e José Maurício Santos (2014) foi dentro desse cenário, mais precisamente a partir de 1932, que o núcleo do Partido Comunista do Brasil foi criado no estado do Piauí. O que demonstra articulações do movimento comunista na capital e a introdução dessa mobilização pela tese de Vaz da Costa. Nesse sentido, o comunismo foi associado aos eventos de 1930 ambicionando ligar seus oponentes ao movimento de esquerda como forma de projeção pessoal como defensor do conservadorismo.

O anticomunismo comum a linguística integralista foi articulada por Vaz da Costa como produto da Revolução. Para ele, o comunismo tornou-se uma ameaça por causa da revolução de outubro; seus efeitos produziram a possibilidade do comunismo no país. Daí surgiria um fenômeno social que buscava somatizar as forças nacionais em oposição a esse movimento: o integralismo. A bandeira do integralismo era entendida como a bandeira daqueles que priorizavam a nação e o Piauí; das “forças vivas” na defesa da ordem e civilidade nacional destruídas pela revolução que ambicionava o avanço do comunismo: “O integralismo é a organização que está congregando todas essas forças vivas [...]. É um fenômeno social e político determinado pela necessidade de defesa integral do organismo nacional ameaçado de destruição pela desordem, pelas conspirações e pela anarquia” (Costa, 1934e, p. 1).

Segundo o jurista, adentrar as fileiras do integralismo era dever de todo patriótico, para lutar contra o avanço do “mal vermelho” sob o país. Restaurando e “ressuscitando” a gloriosa nação. Categorias como “recuperação”, “ressurreição” e “salvação”, ajudavam um discurso de

propaganda integralista alicerçada em um “anticomunismo” predicado socialmente. Ao mesmo tempo que indicavam o movimento do sigma como aquele capaz de realizar esses procedimentos de soerguimento nacional. Em sua tese, o integralismo era uma “obra de cultura, de educação, de ordem, de civismo, de levantamento moral, de soerguimento social e de ressurreição política, nenhum brasileiro de ação e de caráter, que preze a sua Pátria e ame a sua gente poderá negar-lhe o seu apoio, as suas energias e a sua própria vida” (Costa, 1934e, p. 4). Aqui podemos ver o que Skinner (2017) nomeia de *Atos Linguísticos*, que são caracterizados pela ação que se busca ao emitir o discurso político. “Para além de tentar descortinar o significado do que eles disseram, devemos ao mesmo tempo procurar compreender o que é que eles queriam dar a entender com aquilo que estavam a afirmar” (Skinner, 2005, p. 117). Isso porque, “um discurso, além de ter um significado, é também uma ação” (*apud* Pallares-Burke, 2017, p. 370). Vaz da Costa mobiliza seu discurso no objetivo de mobilizar militantes para o integralista a partir da ideia de “defesa do Piauí” contra esses males.

A construção de uma tese integralista que justificasse o sentido do movimento em cenário estadual, seguia o diagnóstico de desmonte da moralização política pela revolução. O integralismo era pensado não apenas como um movimento político, mas uma reação “civilizacional” de indivíduos supostamente dotados de um patriotismo superior. Para Vaz da Costa (1932) a formação de um núcleo integralista no estado era inspirada pela defesa da verdadeira revolução. Não uma revolução que alterasse o sistema de classes ou brandasse o materialismo marxista. Mas uma revolução contemplada pelo conservadorismo e o nacionalismo. Para o piauiense a revolução integralista era, além de tudo, uma revolução da “ordem”. De recuperar o Piauí do caos que estava afundado pela maculação da revolução de 1930. Demonstrando que a constituição de uma filosofia integralista em cenário piauiense trazia elementos presentes no arcabouço discurso do integralismo nacional — é flagrante a composição polifônica dos textos do desembargador, com ideias presentes em obras de Plínio Salgado e Gustavo Barroso — como também componentes advindos da própria sociabilidade e cultura política local.

Não apenas Vaz da Costa fomentou o aspecto “revolucionário” do integralismo em seu discurso. Essa ideia na qual o movimento dos camisas verdes surgia para “salvar” a nação da degradação moral estabelecida pelos resultados do movimento de outubro de 1930 era compartilhado por outros integralistas piauienses, demonstrando que foi um fator preponderante da institucionalização do núcleo no estado. O estudante de direito Custódio de Santo Sé (1934) escreveu um artigo ao jornal integralista do Piauí intitulado *Sertanejos*

*Anauê!*¹¹. No texto, o camisa verde convocava os piauienses ao alistamento nas fileiras integralistas apelando para uma ideia de “luta coletiva”: “Para um Brasil forte e unido. Alistarvos na Ação Integralista Brasileira com um só pensamento - Deus, Pátria e Família” (Sé, 1934, p. 3).

O jovem estudante adotou a mesma noção que era atravessada no discurso de Vaz da Costa e seus correligionários, avaliando a situação brasileira a partir de uma condição de destruição da sociedade pela “velha política” que se manteve após o projeto revolucionário.

Combatamos a politicalha sem freio, que divide o Brasil em grupos facciosos, nos quais se observa o choque de interesses, concomitantes aos individuais, num incentivo à burguesia avassaladora, que sorri desdenhosa das lágrimas vertidas pela miséria do pobre. Destronam esses chefes... (Sé, 1934, p. 3).

A república liberal foi colocada como objeto de crítica a partir dos interesses pessoais que “usurpam” os interesses coletivos. Essa condição demarcaria um contexto em que a unidade nacional estaria comprometida por esses grupos degradadores. Essa construção faz parte do panorama político piauiense em que estavam inseridos, uma vez que a Ação Integralista do Piauí era composta por setores que não faziam parte das oligarquias tradicionais, atraindo principalmente profissionais liberais, mas também antigos militantes da AL que permaneciam em um discurso que salvaguardava a Revolução de Outubro como algo positivo. Era preciso ligar os dois discursos: um antirrepublicanismo que justificasse a necessidade do movimento de 1930 e uma propaganda do integralismo como movimento congregador daqueles que queriam salvar a nação do “caos anárquico” que os deturpadores executavam no estado e no país.

Na tese desse camisa verde o integralismo seria uma “união” daqueles que defenderiam verdadeiramente sua nacionalidade. O integralismo é visto como o movimento agregador e de resistência revolucionária às “velhas formas” políticas: “ser integralista, enfim, é encarar singularmente as nossas realidades desprezando a vida pela felicidade do Brasil. Não vos deixais iludir” (Sé, 1934, p. 3). Emanando um sacrifício, tal qual Vaz da Costa teria recorrido no levante de outubro de 1930, Custódio Santo Sé (1934) apresentava o integralismo como fruto de uma reação nacionalista às destruições empreendidas após a Revolução de 1930.

Enquanto Vaz da Costa apontava para a Revolução de 1930 como aquela que permitiu a entrada do comunismo no país e o integralismo como resistência nacional, Santo Sé fazia essa linkagem, caracterizando o integralismo como um “unificador” da luta contra a destruição da

¹¹ “Anauê” era uma expressão indígena utilizada pelos integralistas como saudação e significa algo como: “você é meu irmão!”. A saudação era uma das características essenciais da vivência dos camisas verdes, e quantidade de *anauês* recebidas ao saudar alguém definia a posição hierárquica do indivíduo na estrutura integralista.

nação. O líder do integralismo em Parnaíba, José de Souza Brandão, apostava em uma categorização parecida, mas que continha a ideia patriótica como único processo de formação da Ação Integralista. Ele entendia o movimento como algo divino e quase natural, que surgia para responder a pretensa “desmoralização” da política. Interpretava o integralismo:

No começo um simples “olho d'água” a efervesce entre as areias resistentes, tentando abrir o seu leito, que afinal inicia para se tornar um regato de águas cantantes na sua pureza cristalina. E o regato evoluindo na erosão da argila dura, vai-se avolumando sempre, para, fixando-se na sua calha definitiva, transformar-se em rio caudaloso, em avalanche ciclópica (Brandão, 1934a, p. 16).

Sua metáfora fazia uma crítica semelhante à dos outros integralistas apresentados, mas brandia-se especialmente contra o sistema partidário. Na analogia, a Ação Integralista é compreendida como pequeno fragmento de água que surge para incomodar as areias resistentes. Assim como um “olho d'água” estaria emergindo em terras áridas, o integralismo disputava espaço entre partidos corruptos e de uma “política velha” voltada para seus próprios interesses. Todavia, o que seria um pequeno objeto de água a se mover transforma-se em um regato maior que corrói as velhas estruturas da argila. Ou seja, o integralismo seria solução nacional — e piauiense — contra uma forma de fazer política acusada de reconceber o período republicano. Brandão (1934a) alegava assim que o integralismo poderia tornar um rio caudaloso e impactante que revolucionária a sociedade.

Em sua tese, a “revolução” não elencaria uma reforma na sociedade e em suas estruturas, porque esta já vinha sendo empreendida por aqueles que defendiam seus interesses pessoais após o projeto da AL. A revolução integralista, nas palavras de José Brandão (1934), traria em seu encaixo a “reconstrução” da sociedade brasileira desmoralizada pelo movimento de outubro e atacada pela “perniciosa” cultura comunista. Novamente impondo o integralismo como uma “revolução da ordem”. Uma contrarrevolução reconstrutora do projeto que levou ao movimento de 1930. “Num dinamismo de gigante, uma formidável carga de patriotismo reconstrutor da Pátria esfacelada pelos partidos políticos. Ao Integralismo que quer a Pátria grande, forte e respeitada” (Brandão, 1934a, p. 16).

É importante salientar essa associação realizada pelo integralista parnaibano: a Ação Integralista pregava uma “revolução da ordem” para reconstruir uma sociedade degradada pelos partidos que tomaram a Revolução da AL. “A revolução de 30 não satisfaz as aspirações do Brasil, que continua gemendo sob o pesadelo infame da politicagem liberal-democrata, cujos partidos fraccionando as forças do país disputam o poder, recorrendo a todos os expedientes” (Brandão, 1934b, p. 1). Tensionando a noção de “unidade nacional”, trabalhada por Santo Sé (1934), Brandão (1934) criticava o sistema partidário e apontava o integralismo — que a época

trazia essa crítica em seu programa, alterada posteriormente — como uma reação patriótica a eles. “A situação do Brasil é gravíssima. Só muito patriotismo caracterizado pela renúncia do sacrifício dos seus filhos, poderá salvá-lo” (Brandão, 1934b, p. 1).

Dessa forma, o Brasil havia despertado na organização do movimento integralista que seria líder da revolução da moral e do civismo, retornando o país para o trilho correto da história em rumo a promessas revolucionárias. “Despertou o Brasil, nascendo com o seu despertar de gigante este movimento, que não podia deixar de ser gigantesco, que é a Ação Integralista Brasileira, cujo toque de união, para a revolução do espírito e da cultura” (Brandão, 1934b, p. 1). Aqui, nós podemos perceber que os autores integralistas piauienses compartilhavam de uma avaliação conjunta formatada no objetivo de integrar o cenário de disputas em torno da Revolução de 1930. A construção dessas ideias segue de perto uma “polifonia”, onde encontramos em uma única mensagem as vozes de outros colaboradores.

A partir do exposto, podemos apontar que o integralismo adentra o estado do Piauí em um momento de fragmentação da Aliança Liberal e na qual era marcada pela disputa da memória política da Revolução de 1930. A filosofia integralista serviu de motor para a promoção de uma noção de “revolução” que alternava entre a defesa da revolução como movimento imprescindível para o país e a busca por uma “reconstrução” nacional após os resultados do movimento. Nesse sentido, defendemos que o integralismo no Piauí foi postulado como uma “revolução da ordem”, na busca de frear o avanço de núcleos comunista e reconfigurar a espaço de poder por parte de elites alijadas pelo movimento de outubro.

O INTELLECTUAL NA DISSEMINAÇÃO DO INTEGRALISMO NO PIAUÍ

Fascismos globais e a intelectualidade

A transição dos séculos XIX para o XX, no campo da intelectualidade, significou a participação política mais efetiva daqueles que eram adjetivados como “intelectuais”. Paul Johnson (1990, p.11) argumenta que durante alguns séculos o “intelectual” era visto como alguém que vivia isolado da sociedade; superior; um mentor para a nação. A virada do século era um contexto de avanços científicos. Houve uma politização desse intelectual, que passou a fazer parte da dinâmica de disputas políticas partidárias. Enzo Traverso (2013, pos. 89) defende que mudança se aplicou até na semântica do termo: “a transformação do adjetivo “intelectual” em substantivo se opera no fim dos séculos XIX”.

Essa alteração era inspirada por um panorama de avanços científicos, mas também acompanhada por mudanças na forma de organização social: a agudização da sociedade de massas, proliferação da imprensa em localidades interioranas, modernização de cidades e outros movimentos políticos levaram o intelectual a tornar-se uma “categoria” da política social. Emitindo opiniões e elaborando teses que objetivavam influenciar os rumos políticos das nações.

Seu status social mudou com o advento da modernidade: as sociedades europeias conheceram a industrialização e a urbanização, e testemunharam o surgimento de um espaço público no sentido moderno da expressão. Em suma, assistiram ao nascimento da sociedade de massas, o que significa também o aparecimento da imprensa, da mídia, da edição (Traverso, 2013, p. 116).

Nesse contexto, Gramsci (1982) sustentou uma concepção do intelectual como um “especialista” na produção de argumentos para justificar a hegemonia dos grupos dominantes para com os dominados. Para ele, todos os humanos são intelectuais no sentido biológico, pois exercem ações baseadas no exercício mental prévio à ação corporal. Até a mais braçal das atividades laborais necessitam de alguma atividade intelectual para sua execução. Como ele determina: não se pode distinguir o *homo labor* do *homo sapiens*. Ainda assim: “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (Gramsci, 1982, p. 7).

Em Gramsci (1982) a figura do “intelectual” assume contornos relacionais. É a partir das relações sociais estabelecidas em cada camada social que a “especialidade” assume o posto de “intelectual”. Isso porque, sua figura torna-se um mediador, para além, um condutor entre a autoridade dominadora das classes — o intelectual produz os argumentos para a justificação

dessa dominação — e as classes dominadas. Sua função ocupa o território do imaginário: criando teses e mediando a estruturação hegemônica naquele setor da sociedade.

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é "mediatizada", em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os "funcionários" (Gramsci, 1982, p. 10).

Ou seja, cada setor social constrói a posição do “intelectual” a partir de seu contexto mais aproximado. É a relação com outras conformações estruturais que definirão a forma que o intelectual ocupa em cada um dos locais nos quais as classes dominantes precisam recorrer a eles. O intelectual não seria uma posição ou uma ocupação pré-estabelecida, mas uma “função” relacional ao momento e espaço em que se organize. “Esta colocação do problema traz, como resultado, uma ampliação muito grande do conceito de intelectual, mas somente assim torna-se possível alcançar uma aproximação concreta à realidade” (Gramsci, 1982, p. 11).

Como apontamos no capítulo anterior, a formação do fascismo no período do entreguerras, dependeu de um conflito gerador de uma crise política que alterou a identificação representativa entre os indivíduos e as elites políticas. Em um cenário que essa crise enseja o reforço a movimentos nuclearmente de esquerda, o fascismo surgiu como uma reação da extrema direita apoiada por essas elites capitalistas. Nesse quadro, os intelectuais funcionaram como mobilizadores de uma propaganda positiva ao fascismo e da culpabilização de certos grupos pelo contexto devastado. Assim, sua posição mediadora entre uma elite política em decaimento e massas inflamadas, catalisando esse ódio para grupos marginais. A partir dessa mediação, os políticos justificavam a violência como método político de vazão de sentimentos sem recorrer ao rompimento com a ordem estratificada. Paxton (2023) demonstra que a leitura que certos intelectuais fizeram de obras literárias e filosóficas foram recursos para a mobilização de violência a setores de esquerda:

Em um mundo onde Deus está morto, o Cristianismo era fraco, e a Ciência fraca, falsa, apenas um “super-homem” espiritualmente livre seria capaz de se desembaraçar das convenções para lutar e viver segundo seus próprios e autênticos valores. [...] seus escritos continham uma boa quantidade de matéria-prima para as pessoas inclinadas a se inquietar com a decadência da sociedade moderna, com o heroico esforço de vontade necessário para reverter essa decadência. [...] Sua prosa incandescente exerceu uma poderosa influência intelectual e estética em todo o espectro político, sobre os nacionalistas ativistas como Mussolini e Maurice Barrès e não conformistas como Stefan George e André Gide, sobre nazistas e neonazistas, e sobre várias gerações de iconoclastas franceses, de Sartre a Foucault (Paxton, 2023, pos. 1364).

Os fascistas publicizaram essas concepções e construíram nestes intérpretes os “intelectuais” que estariam na vanguarda de seu movimento. Esses “intelectuais” construíram

uma visão, sustentada no “descontentamento social” que seria suplantado pela superação do sistema liberal e dos projetos materialistas, por meio de uma “revolução” que não significava o rompimento com a estrutura de classes. Os intelectuais precisaram mediar a homogeneização das massas, prevista pelo fascismo, e para isso usavam a ideia de revolução e a recolocação da própria intelectualidade como algo superior. Sua propaganda enquadrava os intelectuais como sujeitos ímpares e afastados de qualquer sentimento imoral.

Ângelo D’Orsi (2013) defende que a função do intelectual no projeto fascista era a produção da política cultural que encaixasse os valores do partido no sentimento nacionalista italiano. Intencionava-se criar um “consenso” social em cima do projeto revolucionário fascista. Nasceu daí o *Manifesto dos Intelectuais Italianos aos Intelectuais* que caracterizavam o objetivo do fascio de maneira positiva, buscando o apoio das camadas da sociedade por uma identificação superior. Já que eram intelectuais e buscavam encontrar outros intelectuais, igualavam o emissor e o receptor da mensagem; o partido e as massas.

Em nome do “terceiro império romano” (Mussolini prometia séculos ou até mesmo milênios de poder fascista), pedia-se aos homens de cultura a contribuição que cada um era capaz de fornecer à máquina do consenso. Em troca, o regime ofereceria, além do reconhecimento ideal, tangíveis sinais do novo interesse do Estado pelos “trabalhadores da mente”: ocasiões de trabalho, instituições para organizar (e controlar) as diversas categorias, solicitações de obras públicas para os arquitetos e urbanistas, possibilidade de publicar, para os estudiosos, novos lugares de exposição para os artistas, enfim, iniciativas de todo tipo e relevância para todos. Cada categoria, rapidamente, é “enquadrada” não no âmbito do partido, mas nas novas estruturas sindicais das categorias intelectuais (D’Orsi, 2013, p. 2).

Diversos grupos e associações surgiram como forma de implementar essa “busca pela intelectualidade”, que significava a busca pela identificação do partido fascista como um movimento que reuniria as composições mais letradas da sociedade. Esses grupos que autodefiniam como movimentos intelectuais, serviram de encontro para estudantes, professores e outros profissionais debaterem o fascismo como um movimento que reuniria as mentes “superiores” daquela sociedade. Entre essas associações e grupos podemos citar: os Grupos de Universitários Fascistas, Scuola di Storia moderna e contemporânea, Istituto di Studi sulla Política Internazionale, o Istituto per la Storia del Risorgimento Italiano, Istituto nazionale della Nutrizione, Istituto nazionale di alta matematica (Indam), Istituto di Studi Romani, Giunta Centrale degli Studi Storici, Centro Studi Manzoni. Algumas instituições vinculadas às classes artísticas: a Triennale di Milano, o Istituto Luce, a Opera Nazionale, o Eiar, Cinecittà, a Biennale di Venezia, Dopolavoro, os Littoriali, a Quadriennale di Roma, entre outros.

Tudo isso contribuiu para a padronização do trabalho cultural, enquanto criava ou aperfeiçoava novas profissões intelectuais, às quais as estruturas sindicais funcionavam como sustentáculo, desempenhando o papel de centros de colocação de “mão-de-obra intelectual”. Os sindicatos de artistas, arquitetos, músicos, escritores, engenheiros foram uma espécie de agência de emprego para seus membros, mas, ao mesmo tempo instrumento de organização consenso, entre seus membros, e junto a isso, de construção do consenso de um público cada vez mais amplo, de classes médias e também populares (D’Orsi, 2013, p. 5).

Essas instituições tornaram-se “produtoras” de uma “intelectualidade” fascista no período. Por meio dessas associações, grupos e sindicatos, os fascistas produziam um duplo funcionamento: de lado definiam aqueles indivíduos que despontariam como mentores públicos do movimento fascista e do outro usavam esses “intelectuais” como forma de empreender consenso em torno da ideologia diretamente no setor a que pertencia. Para buscar esse consenso social por intermédio da intelectualidade foi que o partido fascista italiano atacou a universidade nas primeiras medidas de seu governo. Perseguindo professores opositores ao regime e obrigando o restante a assinar manifestos aderindo ao programa.

O que se denota desse quadro era o desejo do fascismo de conferir-se como um movimento de intelectuais, dando a esses a função de realizar um consenso no pensamento social que favorecesse a constituição de um cotidiano fascista mais proeminente. A ideia não era viver em um sistema fascista, era ser fascista. Por isso ações como a mudança do nome do *Intituto Nazionale Fascista di Cultura* para *Istituto Nazionale di Cultura Fascita*; promovendo uma “cultura fascista”; um modo de viver e entender a sociedade.

Ao lado de uma “cultura do fascismo”, ou seja, no seu interior, e além de diversas culturas do fascismo, se começava a delinear o desenho de uma “cultura fascista”, aliás, “integralmente fascista”, como se lia com frequência na imprensa do regime, embora, depois, ninguém soubesse dizer exatamente quais eram os traços da cultura fascista (D’Orsi, 2023, p. 3).

Dentro dessa formação intelectual das fileiras do movimento fascista, houve o desejo de internacionalização do movimento, por meio de uma ação organizada. Diversos movimentos, grupos e partidos foram inspirados no regime de Mussolini e mantinham ligações afetivas com o fascismo italiano. A Falange Espanhola de Primo de Rivera durante a década de 1930 foi um laboratório da influência italiana na estrutura política europeia. O próprio ditador espanhol enxergava em Mussolini a egéria de suas aspirações políticas.

A partir desse contato surgiu o desejo de expandir a influência na América Latina almejando encontrar uma forma de impor ingerência sob aquelas sociedades. O ditador italiano acreditava que a Espanha possuía uma ligação de domínio sobre as nações hispanófonas, o que o fez verbalizar a intenção de estabelecer acordos entre os dois países a fim de realizarem um influxo na dinâmica política latina. Para promover isso, adjunto a Portugal, patrocinaram

diversos institutos e intelectuais para estabelecer uma integração entre esses sujeitos nacionais distintos. Carla Brandalise (2020) aponta os mecanismos de influência via institutos. A produção de obras literárias, pesquisas acadêmicas e livros sobre os países latino-americanos escritos por intelectuais italianos, reconstituíam importância histórica ímpar a nomes ligados a *italianità* — como Cristóvão Colombo e Américo Vespúcio:

Numerosas obras são publicadas, como monografias ilustradas, de caráter geopolítico e econômico, sobre os países ibero-americanos, escritas fundamentalmente por intelectuais italianos. Ênfase e financiamento ocorrem quanto ao lançamento de uma coleção de obras acerca de países da América Latina. Concretizaram-se estudos gerais de cada país para propagar e fornecer subsídios das características específicas de regência dessas nações (Brandalise, 2020, p. 38).

Como apontado por Gramsci (1982) o intelectual nesse sentido não era uma posição notadamente estabelecida, mas construída socialmente, a partir das relações que o fascismo visava integrar em determinada sociedade. Para a expansão internacional, como ideologia, os políticos fascistas precisavam inocular nas sociedades latinas a compreensão — e até um certo sentimento de orgulho — de que eram ligados à cultura italiana — cultura fascista —, portanto erguiam-se intelectuais para mediar esse entendimento e produzir um consenso em torno do projeto fascista.

A cartografia dos pontos fascistas no mapa latino-americano demonstra que em quase todos os estados hispanófonos o relacionamento com os países da família fascista e a presença de intelectuais europeus impactaram a atuação e formação de regimes nesses locais. É preciso colocar nessa equação a presença maciça das comunidades de imigrantes, mormente italianas, alemãs e espanholas, que passaram a difundir suas culturas políticas em entrelaçamento com as culturas locais. Por meio da interação entre os intelectuais latinos e os institutos e associações de cultura fascista, como também por meio das comunidades de imigrantes, a ideologia fascista passou a circular em território latino confluindo em uma rede intelectual de exposição do projeto aos *filofascistas*. Devés-Valdés (2007) aponta que os contatos entre membros de movimentos fascistas europeus e intelectuais afeiçoados à ideologia foram de diversas naturezas e se mantiveram constantes. Não obstante, é preciso considerar, também, que esses processos de migrações internacionais no período do entreguerras muitas vezes foram motivados por desacordo com o regime político ou a própria perseguição política desses regimes autoritários locais. Dessa forma, em muitas experiências nacionais o “antifascismo” teve forte contato e presença com comunidades de imigrantes.

A constituição do intelectual fascista na América Latina seguiu próxima aos grupos e elites políticas que deram o tom de sua participação nos países. Enquanto a Itália fascista buscou

nos professores universitários e aparelhos letrados um conjunto de coesão intelectual no projeto, ao mesmo tempo em que o verbalizava o fascismo como um partido de mentes superiores, na Latinoamérica são os políticos ou indivíduos no interior da dinâmica política que mobilizaram o campo fascista nos países. Antônio Pinto (2021) defende que no território os fascistas produziram uma espécie de “intelectuais-políticos”. “Os intelectuais que participavam da elaboração institucional destes regimes como membros formais ou informais da elite decisória (p.e., como assessores, deputados, membros do governo ou líderes do partido” (Pinto, 2021, pos. 230).

Esses “intelectuais-políticos” faziam a intersecção entre as redes de transposição de ideias transnacionais do ímpeto fascista, contudo construíam a metodologia de aplicação dessas ideias — no caso uma contaminação ideológica — na atuação direta e explícita no centro de poder. Essa concepção ainda foi capaz de dimensionar os líderes do fascismo latino-americano como condutores militantes; guias da ação revolucionária que participavam como figuras burocráticas no estado, intercambiando a ideologia às instituições liberais.

O regime argentino de Urriburu é visto por Antônio Pinto (2021) como exemplar para esse conceito. Os intelectuais-políticos promoveram uma atuação direta na órbita de decisões do governo e influenciaram a dinâmica social. “Apesar de poucos terem desempenhado papéis políticos formais, alguns, incluindo Leopoldo Lugones, Carlos Ibarguren, Juan Carulla e os irmãos Irazusta, haviam feito parte do círculo de Urriburu desde os finais dos anos 1920” (Pinto, 2021, pos. 1236). E por fazer parte desse espaço de confiança com o governante eles “foram autores de várias propostas de reformas políticas e constitucionais durante sua breve ditadura. A sua influência cultural e política viria a ser decisiva para as alternativas fascistas e autoritárias propostas na Argentina na década de 1930” (pos. 1236). No Chile, Pinto (2021) aponta a entrada de teses, como o corporativismo fascista, no seio da militância juvenil. Especialmente àqueles ligados à Falange Nacional e aos intelectuais católicos influentes daquele momento. A atuação de José de la Riva-Agüero, no Peru, é citada como uma importante ação intelectual-política que difundiu uma proposta fascista no país e organizou iniciativas dessa alcunha. Nas palavras de Pinto (2021, pos. 1587):

conhecido historiador e político que em finais da década de 1920, depois de uma estada prolongada na Europa, abandonou o liberalismo para se tornar um proeminente simpatizante da Action Française e manteve ligações próximas com a Ação espanhola. Esta via Mussolini como um novo “Richelieu” de Itália, filtrado pelo catolicismo tradicionalista e pelo elitismo. [...] O aristocrata Riva-Agüero tentou institucionalizar o corporativismo a partir de cima e apoiando a UR e a sua milícia de camisas-negras.

No Brasil a participação de intelectuais-políticos também pode ser verificada dentro da Ação Integralista Brasileira. É no seio dessa vertente que Plínio Salgado formata suas primeiras noções fascistas e passa a olhar para a realidade brasileira sob lentes de decadência, revolução e extermínio. Categorias da ótica fascista. As ligações entre os intelectuais e o integralismo são intensas, tendo o projeto de Estado Integral reservado um espaço único para os intelectuais, assim como seu congênere italiano e as facetas do fascismo latino-americano.

O Integralismo e a formação de intelectuais

Os integralistas impulsionaram um movimento que se proclamava “intelectual”. Com raízes perpassando o multifacetado modernismo brasileiro, o integralismo alçou o espaço público congregando políticos e homens das letras para debates intelectuais em torno das Sociedades de Estudos Políticos (SEP): organizações que atuaram como fomento da filosofia do sigma em diversas localidades. Para atrair o setor mais letrado e construir seus próprios intelectuais na busca por espaço na dinâmica de poder, o integralismo operacionalizou a literatura e a imprensa como formas de inserção nos espaços interioranos afastados do centro sul-sudeste. Em sua tese, o historiador Alexandre Ramos (2013) defende que o integralismo adotou uma espécie de “cultura livresca” na produção de redes de interação e contato entre indivíduos das diversas regiões do país. “O livro era tanto “produto” da rede de bens culturais quanto “produtor” dos outros elementos que a formavam. [...] limitar o foco sobre sua presença constante – verificada pelo grande número de livros entre 1933 e 1937 – como instrumentos de transmissão do Integralismo” (Ramos, 2013, p. 33).

Além do *Manifesto de Outubro* que fundou “oficialmente” a Ação Integralista Brasileira nos últimos meses de 1932, Plínio Salgado lançou ao grande público no ano de 1933 livros que almejavam “educar” a sociedade acerca do projeto fascista. Uma de suas obras inaugurais — dentro de sua produção como integralista — foi o livro *O que é o Integralismo?* Em sua introdução o autor deixa claro o objetivo da obra e qual a audiência galgada: “Escrevo para o meu povo, numa hora de confusão e de dúvidas, tanto nacionais como universais, e todo o meu desejo é tornar acessível aos simples o pensamento que já penetrou as classes ilustradas do País” (Salgado, 1956, p. 10).

Entre as teses e demarcações pretendidas no livro, Plínio Salgado (1956) expunha a avaliação, compartilhada por muitos dos integralistas, de que o país estaria afundado em uma decadência que o levava às sombras e perigos do comunismo. Na visão apresentada, a liberal-democracia aparecia como ineficiente para resolver as problemáticas que afetavam o Brasil e que apenas por meio de uma “Revolução espiritual”, na sociedade, empreendida pelos camisas verdes, que o país poderia ser salvo. Interseccionava ainda no interior do texto uma crítica ao materialismo histórico e uma visão deturpada do comunismo. Assim, como um livro do “público geral”, identificava nessa categoria o apelo ao anticomunismo, depositando no integralismo o único polo a ser aderido pelos que pretendiam a defesa da nação. “Integralismo e comunismo seriam opostos, e todo aquele que não fosse integralista, estaria auxiliando direta ou indiretamente o comunismo” (Oliveira, 2009, p. 234).

Logo após esse livro, Plínio Salgado publicou outra obra de doutrinação dos princípios integralistas nomeada *Psicologia da Educação*. A audiência pretendida ganharia um recorte mais ousado: os grupos intelectuais. No prefácio ele apontava: “Este livro não é um livro para o povo, mas para os que pretendem influir nos destinos do povo. Aos políticos e aos intelectuais é que me dirijo nestas páginas” (Salgado, 1953, p. 10). A partir desse excerto, podemos perceber a noção descrita por Antônio Pinto (2021) sobre os fascismos na América Latina: são intelectuais-políticos que encabeçaram a introdução do integralismo nas regiões do país. Salgado (1953) tenta explorar a camada de políticos profissionais, de diversas localidades do país, como forma de postulá-los como os intelectuais do movimento, levando e mediando a ideologia integralista na região.

No primeiro capítulo do livro, intitulado *permanência do fenômeno revolucionário*, Salgado (1953) defendeu o ideal de revolução como um signo transformador da história. Em sua narrativa, “o progresso do Espírito Humano realiza-se ao ritmo das revoluções. Esta afirmativa não exclui a concepção finalista da Sociedade e do Estado: toma, entretanto, as civilizações como fisionomias em perpétua mobilidade” (Salgado, 1953, p. 13). Desta forma, as revoluções estariam inscritas na própria natureza de transformações do mundo, e, por isso, elas sempre são verificáveis na história humana. O que faz com que a humanidade esteja em constante mudança por processos revolucionários. Esse quadro recorta o uso do tema “revolução” no espectro da direita brasileira.

Nessa leitura, a revolução não era uma forma materialista de ler o mundo, mas como algo inerente à condição humana. A revolução teria sido deturpada pela esquerda: “os dois planos da História - A Humanidade caminha segundo êsses dois planos: o primeiro coletivo, global, movimento de massa, rumos inconscientes de povos; o segundo individual, singular,

atitude isolada do Homem, desferindo impulsos modificadores” (Salgado, 1953, p. 16). Trabalhando uma concepção demarcada pelo posicionamento do intelectual como líder da revolução aspirada. No trecho caracteriza o marxismo como um movimento de massas sem consciência daquilo que desejam erguer. Em oposição à revolução integralista que seria seguida primeiramente da mudança individual do sujeito político-intelectual. Seria na mudança no “espírito” o primeiro papel de uma proposta de salvação nacional.

Essa transformação no âmago do indivíduo só poderia ser impelida em fato histórico — ou seja, em uma ação contundente na reforma social — caso fosse mobilizada por uma “ideia força”. “As Revoluções se operam segundo os impositivos do pensamento, é este que processa sua evolução segundo seu plano próprio, e seu próprio ritmo, enquanto aparentemente se revista de formas estruturadas pelas características de um período considerado” (Salgado, 1953, p. 19). Em sua teoria, toda revolução, para fazer-se eficaz, necessitaria de um “pensamento guia”. Aqueles que norteariam o ímpeto da ação e dariam forma ao processo de execução do projeto revolucionário. “Não há, entretanto, nenhuma revolução que não se subordine, direta ou indiretamente, ao desenvolvimento subjetivo de idéias e sentimentos, de ordem especulativa e relacionados com modificações de processos de vida” (Salgado, 1953, p. 34).

O intelectual ocupa o espaço de construtor da “ideia força” que levaria à Revolução do Estado Integral. Ele apelava para as “elites políticas”, como forma de colocar sob essas a função de “intelectual”. Nesse cenário, ele procurava impulsionar as elites regionais para a adoção do integralismo, imputando a elas a força da mudança social. Como agentes “intelectuais”, as elites políticas ficariam responsáveis por: “traçar um rumo político nitidamente definido. Em vez de reformar, transformar. Transformar no sentido da valorização do Espírito. Essa é a Revolução Integralista” (Salgado, 1953, p. 148). A busca por uma unidade do pensamento reuniria as elites políticas como “intelectuais” de um movimento revolucionário de “salvação” nacional. Como apontamos, a categoria de “intelectuais-políticos” é verossímil ao que Salgado (1953) expunha em seu livro doutrinador. São as elites políticas que ocupam a função intelectual: mediadores do projeto integralistas entre os ideólogos e as massas. Sua atribuição muito específica assenta na mobilização e educação das massas por meio de uma rede de trocas intelectuais entre políticos de diversas localidades.

Mobilizar as forças intelectuais e morais da Sociedade. E dar unidade ao Pensamento. Só então poderemos impor unidade moral, unidade econômica e unidade política ao grupo humano a que pertencemos, o qual sofre os mesmos males das sociedades de todos os países fatigados pelas hipóteses científicas. Esse papel incumbe às elites intelectuais (Salgado, 1953, p. 147-148).

Alexandre Ramos (2013) identifica essas redes como formas de transmissão da ideologia a partir da interação de intelectuais e políticos de diversas espacialidades. Essas redes conseguem inocular a ideologia dentro das cidades e regiões mais distantes do país, a partir do contato de intelectuais-políticos locais com conteúdo diversos como livros e imprensa especializada, além da interação com intelectuais de outras regiões. Essas redes intelectuais podiam estabelecer contato a partir dos bens de consumo: livros, imprensa, revistas e objetos de cunho integralista que chegavam aos rincões do Brasil.

o caráter referencial do livro pode emergir com maior clareza desta cadeia no contexto das sessões ordinárias/doutrinárias realizadas por membros da intelectualidade, que não se ocupavam com a produção intelectual em um sentido mais “criativo”, operando de modo a reproduzir ou simplificar as ideias integralistas (Ramos, 2013, p. 154).

Todavia a aposta em uma produção cultural a partir dos bens de consumo e ferramentas letradas simplificava o acesso da filosofia às camadas mais elitizadas da sociedade brasileira daquele contexto. Dados evocados por José Carlos Batista (2016) apresentam que cerca de 60% da população brasileira daquela década era analfabeta. O que indica que uma expressiva parte da população geral não tinha acesso aos produtos e ferramentas letradas do integralismo. Também podemos inferir um desejo de manter, ao menos em primeiro momento, a Ação Integralista dentro das esferas economicamente superiores do país.

As *bandeiras integralistas*, citadas anteriormente, também ajudavam na promoção do integralismo ao levar líderes de outros locais para estabelecer contato com as primeiras organizações do integralismo em certos municípios. A partir de centros de difusão intelectuais no interior de uma sociedade local, onde o acesso à educação ainda era restrito, que o integralismo pode contar com as primeiras adoções da intelectualidade regional ao programa. Um exemplo foi a Faculdade de Direito de Recife, o primeiro centro de acesso à doutrina do sigma dentro do Nordeste. Graduando os filhos de uma elite econômica que desejavam manter os jovens próximos, sem enviá-los ao exterior, a instituição foi “um reduto político que apresenta indivíduos simpáticos a movimentos de Direita” (Ferreira, 2016, p. 28). Por meio da instituição a elite política local pode ter os primeiros contatos com as propostas. Como revela Giselda Silva (1998, p. 10): “Os fundadores dos núcleos no interior do estado de Pernambuco eram jovens estudantes que vinham estudar no Recife e aprendiam as “novas ideias”.

Essas caravanas funcionaram como uma espécie de rede de interação intelectual entre diversos sujeitos de diversos estados e municípios do país. A natureza dessas conexões poderia ser distinta e representavam contatos de diferentes formas entre os núcleos mais pulverizados do país. Devés-Valdés (2007, p. 32) conceitua as redes de transmissão intelectual a partir de diferentes formas de contato:

1- Cara a cara; 2 - Correspondência; 3 - Participação nos mesmos congressos, sociedades e grupos; 4 - Leitura, comentário e apresentação de livros; 5 0 Publicações em mesmos meios; 6 - Participação nas mesmas campanhas e iniciativas; 7 - Diálogos, polémicas; 8 - Citações recíprocas; 9 - Outros possíveis¹². (*tradução nossa*).

Outra forma de contato entre os intelectuais-políticos que estiveram à frente do integralismo foi o uso da imprensa. A imprensa tornou-se um instrumento fundamental para o integralismo não apenas comunicar ao público geral as atividades do núcleo provincial, como também uma ferramenta de doutrinação de acesso mais rápido às elites locais. Isso porque os jornais locais eram integrados ao departamento de imprensa da Ação Integralista. A maioria deles além de abrir espaços para intelectuais integralistas demonstrarem suas interpretações e a lógica de institucionalização do núcleo integralista na localidade, também compartilhavam em suas páginas textos e mensagens diretas de Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso, entre outros nomes nacionais.

Rodrigo Oliveira (2009) defende que o integralismo utilizou a imprensa como fator de expansão e introdução da ideologia nas regiões, moldando uma forma específica de produção de periódicos: uma imprensa integralista. Entre seus apontamentos ele defende que a imprensa integralista ocupou um espaço seminal na construção dos núcleos regionais, estando intimamente ligada às formações intelectuais locais:

Acreditamos que exista uma relação dialética entre o integralismo enquanto organização política e a sua imprensa. [...] o primeiro jornal integralista propriamente dito vai ser publicado cerca de um mês depois da fundação da AIB. Outro dado interessante é o fato de que em todos os Estados sobre os quais tivemos acesso aos jornais das secretarias provinciais, a fundação do primeiro periódico nunca ultrapassou quarenta dias após a organização do primeiro núcleo de comando regional. O que nos leva a crer que uma das primeiras ações de cada chefia provincial é a fundação de um periódico para difundir a ideologia dos camisas-verdes. (OLIVEIRA, 2009, p. 137)

A imprensa integralista passou a ter função política dentro do movimento, formando uma rede de transmissão de ideias políticas fascistas entre intelectuais-políticos de diversos

¹² Texto original: “1. Cara a cara; 2. Correspondencia; 3. Participación en los mismos congresos, sociedades, agrupaciones; 4. Prolongación, comentario o presentación de libros; 5. Publicación en los mismos medios; 6. Participación en las mismas campañas as iniciativas; 7. Diálogos, polémicas; 8. Citaciones recíprocas; 9. Otras posibles”

matizes e oriundos de diversos espaços. Essa rede de contato tornou-se tão importante que em 1936 houve a regularização do departamento de imprensa da Ação Integralista. A partir desse departamento os líderes do movimento podiam controlar a forma como o movimento do sigma estava sendo representado e quais as leituras estavam sendo feitas acerca dele, tanto nos jornais da imprensa integralista, quanto naqueles que eram mais afetos ao movimento.

Não apenas apontar para a confecção de periódicos, como também para a fiscalização de textos publicados sobre o movimento em outras folhas. Além disso, passa a ter um setor de censura, cujo objetivo primordial era controlar os jornais do movimento. Deve-se levar em conta que, na época, o integralismo já estava estruturado em todos os Estados do país e que o número de periódicos ligados oficialmente ao movimento ultrapassa sessenta folhas (OLIVEIRA, 2009, p. 272)

Assim, a imprensa integralista também realizava uma rede de transmissão de ideias, adjunto a rede de bens de consumo — como livros e revistas — e as redes intelectuais, criadas pelas bandeiras integralistas. E serviam como forma de constituir intelectuais-políticos para a mediação e posterior criação do núcleo local. A maioria desses intelectuais-políticos que fizeram parte das redes de transmissão de ideias integralistas representam, posteriormente, as primeiras organizações do núcleo integralista. Os *triumviratos* eram a primeira forma de organização dos núcleos integralistas provinciais — quando iniciavam as atividades sem oficialização eram chamados de núcleo em coordenação — e consistiam na liderança de três intelectuais-políticos locais na mobilização do integralismo do estado. Para além disso, essas redes intelectuais cooptaram a construção de um discurso imagético do integralismo como a reunião de intelectuais na vanguarda de uma revolução de salvação nacional. Além de um movimento que se apregoava revolucionário, o integralismo colocava-se como um movimento de congregação de intelectuais-políticos que almejavam influir no destino da nação.

Intelectualidade e imprensa no Piauí do primeiro terço do século XX

O alvorecer do século XX no Piauí foi acompanhado por um sentimento de modernização dos espaços urbanos. A capital vivenciou uma série de alterações arquitetônicas, como a construção de passeios públicos, praças, cafés, prédios, empreendimentos em geral que visavam copiar o modo de vida europeu. O aparecimento de inovações tecnológicas também alterou a rotina dos piauienses: como a chegada do telefone, telégrafo e o cinematógrafo. Exemplos de inovações que chegaram à cidade nas primeiras décadas do Século XX (Albuquerque; Rêgo, 2016).

No início do período republicano piauiense, houve algumas medidas que alavancaram a importância dos intelectuais no cenário político. Daniel Ciarlini (2019) aponta que nesse

período diversas instituições educacionais e culturais foram criadas e contavam com a composição maciça de “intelectuais” oriundos das diversas facções. Como definido, esses intelectuais não eram apenas produtores de ideias ou mediadores, mas políticos, que participavam das disputas eleitorais a partir dos grupos ao qual estavam aliados. Ao analisar a composição dos quadros de jornais, agências culturais, espaços educacionais, Ciarlini (2019) verifica as ligações familiares e a conexão com agentes participantes da estrutura de poder.

Um dos fortes índices, característico desse circuito, é a Academia Piauiense de Letras. Dos dez fundadores, seis eram parentes: Higino Cunha e Edison Cunha, pai e filho; Clodoaldo Freitas e Lucídio Freitas, pai e filho; Celso Pinheiro e João Pinheiro, irmãos; Jônatas Batista, neto de Davi Moreira Caldas (um dos mais importantes jornalistas piauienses do século XIX), era genro de Higino Cunha, casado com Durcila Cunha, desde 1907; mais tarde, o poeta Zito Batista, irmão mais novo de Jônatas Batista, entraria para o time dos acadêmicos, ocupando a cadeira de número 16. Algo parecido ocorre com Alarico da Cunha, proveniente do circuito literário parnaibano, que também ingressa na Academia: era ele primo de Edison Cunha e sobrinho de Higino Cunha. Com a morte do primeiro ocupante da cadeira 8, Antônio Chaves, quem assume é Breno Pinheiro, irmão dos fundadores João e Celso Pinheiro (Ciarlini, 2019, p. 96).

Os homens das letras eram membros das classes dominantes e por isso alternavam-se entre a atividade intelectual — produção de livros, imprensa e revistas — e a disputa eleitoral. Entre o final da década de 1920 e o início dos anos de 1930 retornaram ao Piauí um contingente de advogados, médicos, engenheiros e diversos profissionais liberais. Também datava daquele contexto a fundação do curso de direito e medicina em Teresina. Ao adentrar nas dinâmicas de disputas partidárias, esses “homens das letras” participavam de disputas de poder. Assim, mesmos aqueles que não estavam inseridos em famílias coronelistas eram cooptados pelas disputas com o patrocínio midiático dos grandes oligarcas. O desempenho político desses intelectuais dava-se principalmente nos periódicos, que repassavam suas ideias e conseguiam dar destaque para esses sujeitos no cenário de disputas ideológicas. Maria do Socorro Reis Magalhães defende que a imprensa “ainda que não satisfatória do ponto de vista financeiro, atraía os jovens intelectuais, principalmente bacharéis recém-formados, em razão do prestígio e reconhecimento social que conferia a seus militantes” (*apud* Albuquerque; Rêgo, 2016, p. 04).

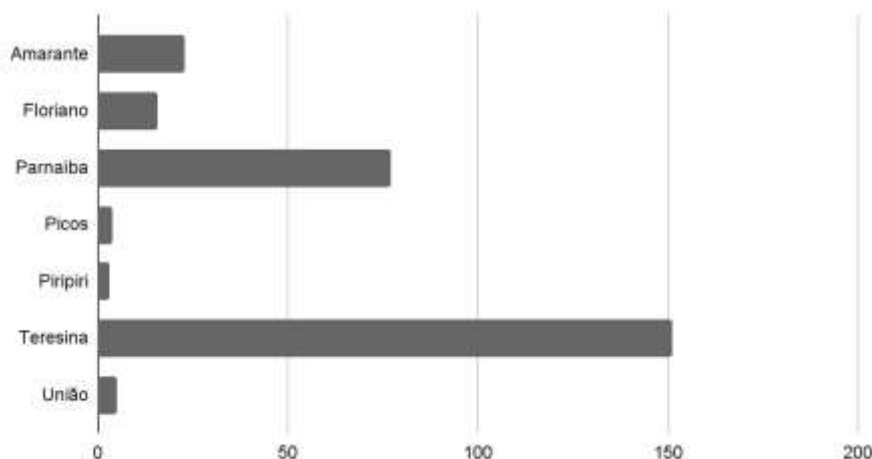
Os jornais foram alçados a um campo de disputas entre intelectuais-políticos oriundos das mais diversas facetas do coronelismo local. “Em Teresina, os intelectuais que pertenciam a esse campo, como se tem demonstrado, se incorporaram às estruturas de poder e nela e por ela se digladiavam nos jornais em nome da democracia” (Ciarlini, 2019, p. 140). Isso pode ser verificado no aumento do número de periódicos dentro do estado no decorrer das décadas. Uma vez que a república obrigava os coronéis a disputa política, esses necessitavam de destaque ante

o público. Para a manutenção de sua figura como líder local, patrocinavam grupos intelectuais que fabricavam novos jornais com intenção de manter viva a sua atuação como mediador de ideias, ao mesmo tempo que propagandeava o político benfeitor. Os periódicos tornaram-se espaços para disputas oligárquicas entre as associações políticas que concorriam ao governo estadual. Na tabela abaixo podemos perceber o aumento na produção de jornais políticos no período republicano.

Tabela III - Quantidade de periódicos criados no Piauí no período de 1860-1930	
Período	Quantidade
1860-1870	30
1870-1880	33
1880-1890	69
1890-1900	54
1900-1910	85
1910-1920	116
1920-1930	105

Fonte: Montada pelo autor com base nos dados apresentados por Daniel Ciarlini (2019, p. 300)

Ao analisar a tabela, podemos notar que a quantidade de jornais nos primeiros trinta anos do século XX quase dobrou em relação às décadas finais do século XIX. As localidades desses impressos vinham de diferentes regiões do estado. Entre esse número, Ciarlini (2019) encontra o nascimento dos jornais principalmente nas cidades de Teresina, Parnaíba, Amarante e Floriano. No gráfico abaixo demonstramos a relação de produção de jornais em recorte com as cidades de nascedouro.



Fonte: Montada pelo autor com base nos dados apresentados por Daniel Ciarlini (2019, p. 304-323)

O aumento exponencial da quantidade de periódicos nas realidades municipais preludiou a força que os intelectuais-políticos formados nas academias de direito passariam a ter naquelas sociabilidades. Os periódicos eram a forma mais eficiente de atuar politicamente frente a população; angariando adeptos a suas ideias e eleitores em potencial. Daniel Ciarlini (2019, p. 81) defende que o desenvolvimento do aparato sociocultural do estado, era fundamentado a partir de quatro pilares: a) o desempenho dos jornais; b) o aumento de instituições educacionais; c) o aumento da produção literária; d) o aparelho tipográfico. Isso significou a constituição de um sistema intelectual que retroalimenta a produção de ideias políticas na promoção de grupos políticos específicos.

Ciarlini (2019) argumenta que no período foi produzido um “círculo intelectual” no Piauí, caracterizado pela produção de ideias políticas por um número de intelectuais ligados às elites políticas. Essa produção intelectual ficava restrita à camada econômica mais alta que possuía acesso à educação e à alfabetização. Isso porque o Piauí tinha a menor taxa de alfabetização do país. Dados elencados pelo pesquisador apontam que apenas 12% da população piauiense era alfabetizada, o que significava uma restrição da produção intelectual aos próprios círculos políticos-intelectuais. Ciarlini (2019) define esse círculo como um “autopúblico”, os próprios produtores eram a audiência esperada. “O que ocorreu no espaço piauiense, portanto, foi o mesmo que ocorrera em Minas Gerais no século XVIII, onde “se criou uma espécie de autopúblico”, em que os mesmos criadores eram os leitores” (Ciarlini, 2019, p. 90).

Nesse cenário, a caravana integralista chegou ao estado e encontrou na fração de intelectuais-políticos liderados por Vaz da Costa os principais nomes que adotaram a filosofia no estado. Nessa época, Vaz da Costa utilizava o jornal *A Liberdade* como forma de defender sua posição política e angariar adeptos à sua causa. O primeiro número do periódico circulou

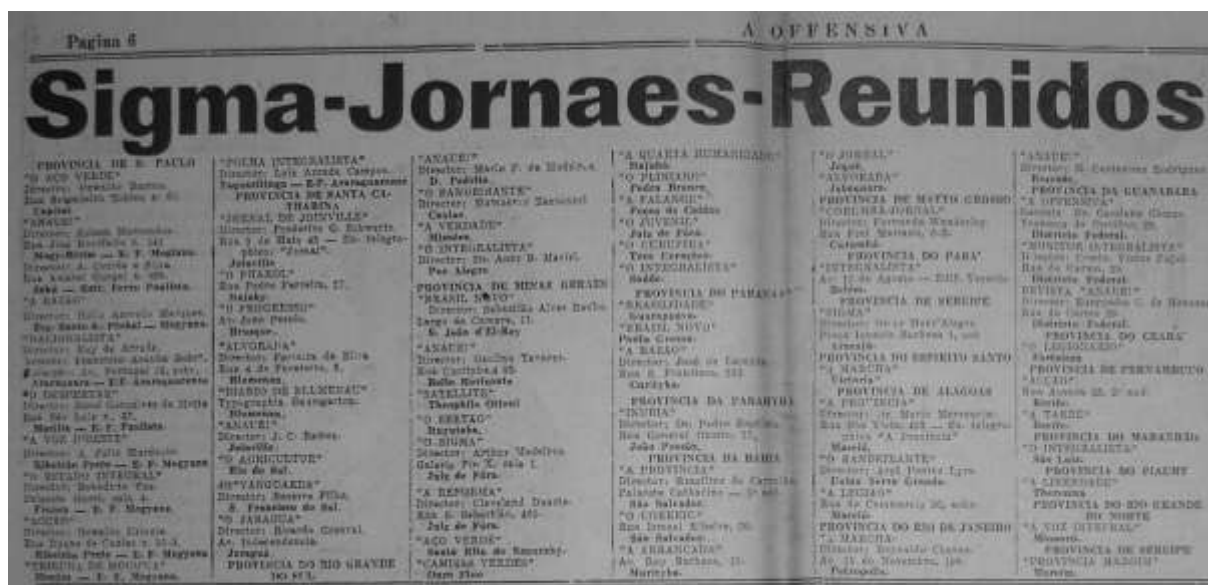
na capital do Piauí na data de 01/05/1928, fundado pelo jornalista, guarda livros e escritor Antônio Lemos, sob a direção de Padre Cirilo Chaves e tinha Higino Cunha como membro do corpo de redatores. Antônio Lemos era uma figura notável do quadro intelectual da sociedade piauiense, irmão de Benedito Lemos, conhecido por B. Lemos, um importante jornalista e escritor. Ele colaborou com diversos jornais que nasceram e circularam naquelas primeiras décadas do século XX, além de ter escrito diversos livros literários.

Durante o governo de Joca Pires, o *A Liberdade* assumiu o polo principal de crítica ao movimento. Vinculado ao Partido Democrático Piauiense (PDP), um pequeno partido sem muita expressão eleitoral que reunia profissionais liberais e outros grupos marginais ao sistema oligárquico. A partir de 1932 o jornal foi assumido por Vaz da Costa, e seu parente Giovanni Piauiense da Costa. Desde que ficou no comando do impresso, Vaz da Costa utilizou a folha como forma de atacar seus adversários políticos e promover seu partido a União Liberal Regeneradora (ULR), fundada em 1933 para as eleições para a Assembleia Constituinte. A ULR uniu-se ao PDP para fazer oposição ao Partido Nacional Socialista do Piauí (PNSP), formado pelo então interventor Landri Salles e apoiador de Getúlio Vargas.

O *A Liberdade* tornou-se a principal referência midiática do núcleo integralista piauiense. Como os líderes do movimento já estavam na organização do periódico antes da formação do núcleo, utilizaram a folha como forma de expressar o surgimento do integralismo no estado e expor as ideias do partido. O jornal passou a ocupar o posto de imprensa integralista oficial do Piauí, anunciando reuniões e atividades do núcleo integralista, expondo aspectos da ideologia e interpretações ideológicas dos camisas verdes piauienses e compartilhando artigos e textos de líderes integralistas de outras folhas. São encontrados na folha textos de Plínio Salgado e Gustavo Barroso retirados do *A Offensiva* — impresso oficial do integralismo de circulação nacional. O jornal foi descrito como representante oficial do Piauí no consórcio *Sigma Jornaes Reunidos*.

fundado em 1935 para garantir “unidade e padrão desejado” para a Imprensa Integralista. Reuniu mais de cento e trinta jornais em circulação nacional, submetidos à Secretaria Nacional de Imprensa (SNI), órgão encarregado de censurar e selecionar as matérias (Caldeira Neto; Gonçalves, 2020, p. 43).

IMAGEM III - Sigma Jornaes Reunidos



Fonte: OLIVEIRA, 2009, p. 205. (grifo nosso)

Essa associação é uma informação fundamental, pois a entrada no consórcio era voluntária e partia de as próprias empresas regionais associarem a imagem de seus jornais ao integralismo. Como demonstra o art. 33º do Regulamento da Secretaria Nacional de Imprensa da AIB:

Art. 33º - Cada jornal integralista que queira se filiar ao consórcio “Sigma-jornais-reunidos”, deverá apresentar um pedido por escrito ao secretário nacional de Imprensa, instruído de informações sobre as condições de vida e funcionamento, para que essa autoridade conceda a sua matrícula na forma regulamentar (Enciclopédia do Integralismo X, s/d, p. 133).

O que demonstra que os líderes piauienses organizaram no *A Liberdade* a principal forma de propaganda do núcleo integralista. O que nos leva a inferir que a introdução da filosofia ficou restrita aos setores economicamente superiores, pois eram eles que tinham condições de assinar um periódico ou eram alfabetizados.

Isso corrobora a crítica posta do Rodolfo Fiorucci (2017) acerca do que nomeou de “periodismo verde”. Para ele, a operacionalização da imprensa como vetor de propaganda e expansão do integralismo a outras regiões, foi uma ferramenta restrita e que colaborou pouco para o sucesso do movimento. Em sua visão: “é possível entender o periodismo verde como núcleo fragmentado de elucubrações teóricas, políticas e doutrinárias de confecção e consumo mais centralizado nas elites intelectuais e nas lideranças políticas da AIB” (Fiorucci, 2016, p. 153). Ou seja, a confecção de uma rede nacional de imprensa, controlando e compartilhando ideias políticas e formas de caracterização do integralismo, permaneceu circunscrita às elites políticas regionais. Em suma, ele aponta que essa tentativa de expansão por meio dos jornais foi um “projeto integralista que não se concretizou satisfatoriamente” (Fiorucci, 2016, p. 153).

O *A Liberdade*, embora fosse um jornal de periodicidade considerável — possuía duas edições por semana —, era lido e incorporado como fator de doutrinação apenas as camadas letradas. Esse fato leva ao recrudescimento de um discurso de movimento “intelectualizado” para caracterizar o núcleo integralista no Piauí. Como a audiência esperada era composta por elites políticas e profissionais liberais que possuíam alfabetização, intencionava-se atrair esses grupos por meio de uma convocação das “grandes mentes”. Esse discurso precisaria mobilizar uma camada de intelectuais-políticos marginais às oligarquias que desejavam disputar cargos públicos e adentrar as estruturas de poder. O integralismo piauiense cativou principalmente funcionários públicos e profissionais que haviam se associado à corrente de Vaz da Costa, como forma de ganhar destaque naquele contexto político. Na tabela abaixo discriminamos os nomes dos integralistas piauienses identificados por meio de diversas fontes, suas profissões e função dentro do movimento:

TABELA V - COMPOSIÇÃO DA AÇÃO INTEGRALISTA NO PIAUÍ			
NOME	PROFISSÃO	FUNÇÃO	FONTE
Acad. João Soares	universitário	secretário geral	<i>A Liberdade</i>
Antônio Pereira Vieira	engenheiro civil	câmara dos quatrocentos	Citado na relação de membros da Câmara dos quatrocentos - APHRC (Anexo III)
Custódio F. Santo Sé	universitário	Membro do núcleo integralista da capital	<i>A Liberdade</i>
Deoclecio Moraes Brito	comerciante	Secretário Provincial de Finanças	<i>A Liberdade</i>
Eugelino Boson	contador	membro do núcleo municipal de Floriano	<i>A Liberdade</i>
Gerson Figueiredo	não encontrado	Conselheiro provincial	<i>A Liberdade</i>

Giovanni Costa	advogado/desembargador/ professor	Chefe provincial da AIB-PI	<i>A Liberdade; Monitor Integralista; A Offensiva</i>
João de Carvalho Aragão	engenheiro civil	membro do núcleo integralista municipal de Parnaíba	<i>A Liberdade</i>
João Soares da Silva	não encontrado	Secretário provincial de Organização Política	<i>A Liberdade</i>
Joaquim Vaz da Costa	advogado/desembargador/ professor	Câmara dos quatrocentos / Secretário Provincial de Propaganda	<i>A Liberdade;</i> Citado na relação de membros da câmara dos quatrocentos - APHRC (Anexo III)
José Catunda	não encontrado	Membro do núcleo integralista de Parnaíba	<i>Monitor Integralista</i>
José de Souza Brandão	professor	Chefe do núcleo integralista municipal de Parnaíba	<i>A Liberdade A Razão (CE)</i>
José Epifânio de Carvalho	médico	Secretário Provincial de Doutrina	<i>A Liberdade</i>
José Francisco Dutra	comerciante	Membro do núcleo integralista municipal de Floriano	<i>A Liberdade</i>
Júlio César Fontenele	professor	Conselheiro provincial	<i>A Liberdade</i>
Júlio Martins Vieira	professor	Conselheiro provincial	<i>A Liberdade</i>
Luiz Lopes	professor	Conselheiro provincial	<i>A Liberdade</i>
Martins Napoleão	professor	não encontrado	Citado em

			entrevista por Pedro Freitas em entrevista a Manuel Domingos Neto (2010).
Osmar Mendes	não encontrado	Membro do núcleo integralista municipal de Floriano	<i>A Liberdade</i>
Raymundo Moura Rego	professor	Conselheiro provincial	<i>A Liberdade</i>
Ruy Americo de Carvalho	Tenente	Secretário Provincial de Milícia	<i>A Liberdade</i>
Sílvio Rego	não encontrado	Membro do integralismo no Piauí - não encontrado qual núcleo	Citado pelo <i>A Offensiva</i> como representante do estado no primeiro congresso integralista
Thomaz Catunda	poeta	Membro do núcleo integralista de Parnaíba	<i>A Liberdade</i>

Notemos que a maioria dos indivíduos identificados eram professores, funcionários públicos ou advogados. Esse quadro demonstra que a composição integralista no estado esteve circunscrita aos grupos definidos por “intelectuais”, dentro de um “círculo intelectual” que vinha se formatando durante as décadas anteriores. Esse círculo definia a função de “intelectual” para profissionais letrados que atuavam na imprensa e participavam das disputas eleitorais associando-se a um grupo de poder. Em sua maioria, além de atuarem profissionalmente esses “intelectuais” tinham uma vida literária e política. Publicando livros e contribuindo em jornais. A constituição desse círculo intelectual no Piauí durante o primeiro terço do século passado foi confluyente às redes intelectuais integralistas que chegavam ao estado poucos anos após os eventos de 1930. Essas duas redes intelectuais entraram em contato e contornaram a primeira composição do integralismo no estado.

Todavia, sabemos que as informações de nomes contidas no quadro refletem apenas ao setor de liderança do movimento. Geralmente são os nomes de líderes e membros de destaque

que são citados nas páginas de mídias do estado e de outras localidades. O *Monitor Integralista*, era um impresso integralista de circulação nacional que funcionava como uma espécie de diário oficial do movimento. Nele eram depositadas as informações de organização, medidas assinadas pelo Chefe, ações de propaganda oficiais e o avanço de núcleos regionais (Oliveira, 2009, p. 150). Segundo dados que estão incluídos na edição de 1937 o Piauí ostentava uma cifra considerável para a população da época:

O monitor integralista, único órgão oficial do movimento do sigma, publicou no seu último número 22, a estatística do desenvolvimento do integralismo nos cinco primeiros anos de sua propaganda, assim:

Acre.....1450 Integralistas

[...]

Piauí.....2500

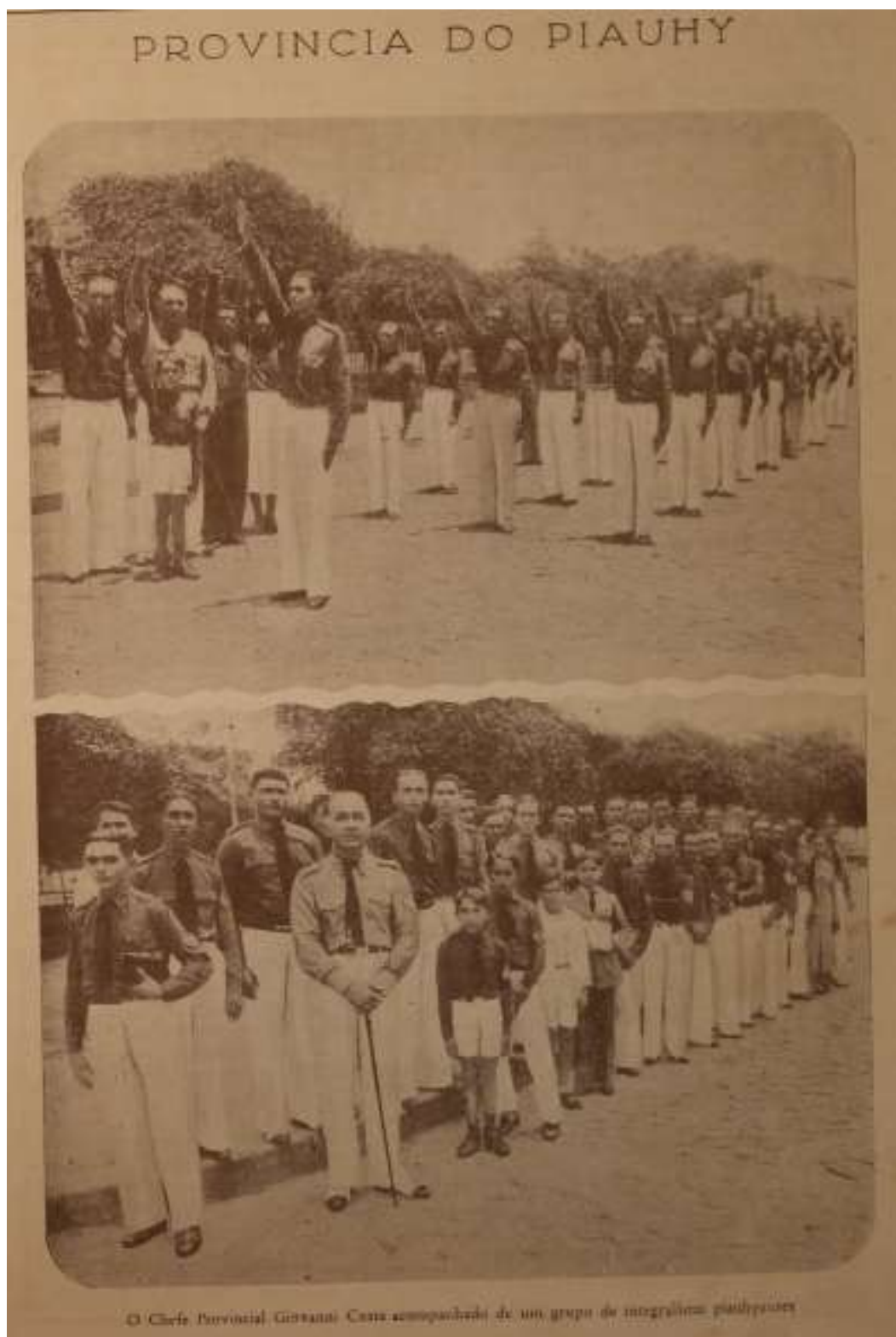
[...]

Goiás.....2400

Total de Inscrições: 1.352.000 (Desenvolvimento..., 1937, p. 3). (*grifo nosso*).

Esse número era expressivo em relação ao quadro populacional do Piauí naquele contexto, e representaria uma adesão significativa da sociedade ao movimento. Ainda assim, é preciso salientar que historiadores que pesquisam o tema apontam que muitas vezes os dados eram inflados pelos líderes do integralismo nacional. Encontramos na revista *Anauê*, um periódico voltado para um público mais amplo, e que continha informações gerais acerca do integralismo, uma imagem do núcleo integralista no Piauí:

IMAGEM IV - Fotografia do Núcleo Integralista do Piauí



Fonte: Revista Anauê, 1935, p. 21

Na imagem contabilizamos cerca de 35 pessoas. Identificamos Giovanni Costa — presidente do núcleo integralista do Piauí — centralizado no canto esquerdo da segunda fotografia. Outros aspectos a destacar é a presença de uma mulher na imagem, ao fundo do

canto direito da imagem. O que pode designar a presença, mesmo que pouca, de mulheres no movimento. E crianças com fardas do integralismo denotando a formação de um grupo de plinianos — expressão usada para apontar grupos de crianças e adolescentes adeptos ao integralismo.

O integralismo no Piauí foi composto, principalmente, por um grupo de homens letrados advindos de faculdades fora do estado e que ao retornarem à terra natal tentavam influir politicamente por meio de uma participação na mídia impressa. Esse processo confluiu na constituição de um círculo intelectual de produção e compartilhamento de ideias políticas no estado. O integralismo utilizou esse círculo intelectual como pano de fundo para arregimentar militantes, confeccionando um discurso que adjetivava o integralismo como um modelo de “movimento das ideias” e de um partido que reunia as hostes intelectuais que estariam na vanguarda da salvação nacional.

O discurso do integralismo como movimento de intelectuais no Piauí

No mês seguinte a oficialidade do núcleo piauiense, Celso Albuquerque¹³, assinava um artigo que trazia um diálogo com um texto de um integralista maranhense. Nele, o escritor piauiense usava uma comparação entre o “tamanduá-bandeira” e os políticos da então nomeada de República Velha: “eram como tamanduás-bichos, às vezes inteligentes e sempre melífluos e traiçoeiros” (Albuquerque, 1934a, p. 1). Para ele, esse tipo de político promoveu governos que oprimiam a expansão do pensamento humano pelo domínio de uma política centrada na individualidade, pois “não existiam, para eles, as coletividades” (Albuquerque, 1934a, p. 1). Essa ação resultaria em um país onde os “vencedores” dominavam as pessoas por meio de uma perseguição a opositores. Assim, restringiam o poder ao seu anseio individual:

Os chefes de tais partidos eram sempre indivíduos com mais profundos conhecimentos dos caricatos processos de maquiavelismo político. Eram sempre aqueles com melhores provas de habilidade na arte repelente de ludibriar a alheia Boa fé, com promessas falazes (Albuquerque, 1934a, p. 1).

Em sua tese, esses tipos de políticos permaneciam vivos e intencionavam reerguer suas estruturas no estado. Todavia, já estava organizando-se uma reação que seria pluralizada como uma: “nova ideia”. Na ótica do integralista, essa “nova ideia” estava surgindo no Piauí e já se

¹³ Não temos muitos dados acerca de Celso de Albuquerque. Sabemos que ele era predador do *A Liberdade*, mas não encontramos citação a sua posição dentro do movimento, nem filiação oficial. Ele assinou alguns artigos elogiosos e de cunho integralista no jornal. Como sua participação de redator e a posição do impresso como mídia oficial do movimento no Piauí, acreditamos que ele era filiado à AIB-PI. E por isso que o citaremos como integralista.

encontrava vitoriosa na resistência de forças ameaçadoras da pátria. A característica dessa ideia era aquilatar o homem a partir de seus valores e princípios e não da influência dele. Ele afirmava que “vai se generalizar a crença de que o homem não vale pela posição que ocupe, eventualmente, e sim pelos princípios que encarne, em verdade. E só pelos princípios que encarne, em verdade - é bom repetir” (Albuquerque, 1934a, p. 1).

A busca por coletividades — a tese do “bem maior” — encontrava-se respaldada no texto de Celso de Albuquerque (1934a) a partir da reunião de “elites intelectuais” que buscam resistir à imposição da individualidade. O “coletivo” é descrito como uma reunião de nacionalistas e sujeitos patriotas. Uma “elite intelectual” que estaria na vanguarda da organização dessas massas para a luta pela salvação nacional. Essa “marcha” das massas sob a liderança de uma elite intelectual salvaria o país de “qualquer influência daquela espécie de indivíduos a que nos referimos primeiro” (Albuquerque, 1934a, p. 1).

A “marcha” do povo em frente a ordem e a civilização por meio de uma intelectualidade dirigente, transformaria o homem, que passaria a encarnar a moralidade e contribuir intelectualmente para a modificação do mundo. “Virá logo o tempo de não se pode chamar de “chefe”, a não ser aquele que cujo nome valha por uma bandeira com a inscrição de um grande lema, como, na Alemanha o de Hitler, o de Mussolini na Itália e o de Lenine na Rússia - essa é que se propõe um modelo de civilização” (Albuquerque, 1934a, p. 1).

Em outras palavras, para Albuquerque (1934a) o “intelectual” seria aquele que promove a bandeira do pensamento novo fascista que se espalhava pelo mundo no entreguerras, atacando a liberal-democracia e expondo os horrores do comunismo. Seria ele que conduziria a marcha para um novo mundo, onde as velhas formas de política não teriam espaço e seus próceres seriam marginalizados ao sistema. Nessa tese, o integralismo caracteriza-se como o movimento que daria “unidade ao pensamento revolucionário” — como vimos no capítulo anterior — ao mesmo tempo que congregava os elementos do “novo pensamento” de vanguarda da marcha das civilizações.

Essa concepção de “novo pensamento” seria um afastamento do sistema tradicional. O camisa verde piauiense — em interação com noções desenvolvidas por Plínio Salgado e Gustavo Barroso — ambicionava expor para a sociedade local a Ação Integralista como um partido separado das práticas políticas tradicionais, ao mesmo tempo que o resumia a um movimento das “elites intelectuais” que estariam na liderança da “salvação nacional”.

Em outro texto intitulado *Signal de Combate* [sic], Celso de Albuquerque (1934b) recupera o alarde de que forças políticas escusas avançavam sobre o governo do estado almejando controlar e macular a nacionalismo do povo brasileiro. Como percebemos no trecho:

“é bom não esquecer que há em cada Estado uma ronda sinistra que espera galgar o poder, novamente, pelo voto, ou, melhor diríamos, pela fraude ou expedientes que a ela venham a equivaler. E o Piauí também tem a sua ronda sinistra” (Albuquerque, 1934b, p. 1). Assim, ele apontava especificamente para o estado, colocando-o como alvo dessas “forças” e sua necessária defesa. Esse período transmutou-se em um discurso que fazia apologia a uma espécie de “guerra cultural”, entre aqueles que queriam reformar a velha política e aqueles que traziam o novo pensamento.

É por isso, sobretudo, que estaremos com nosso estado em qualquer conjuntura. Contra os utilitaristas. Contra os defensores da política de amparo ao interesse pessoal. Contra os politiquinhos. Contra os negociadores de cargos eletivos. Contra os nulos. Contra os parvos. Contra os maus piauienses, que são aqueles que em tempo algum procuraram ter prestígio radicado na consciência pública. (Albuquerque, 1934b, p. 1).

A Ação Integralista interagiu como uma forma de construção de uma nova elite intelectual na defesa do Piauí dentro de uma suposta “guerra cultural”. Acreditavam que por meio dos intelectuais-políticos formados pelos princípios integralistas que a defesa do estado piauiense seria possível. Somente congregando os batalhões do “pensamento novo”, poderiam ter alguma reação contra as oligarquias que tentavam reerguer a velha política individualista. “Para os combatentes, descoberto a tribuna da imprensa que foi sempre um campo raso. E é deste setor de guerra que havemos de metralhar a guarda ameaçadora, ou vá ela tentar resistir através dos seus mais fortes redutos” (Albuquerque, 1934b, p. 1). Com esse discurso, o integralismo do Piauí focava seus esforços em ser apreendido inicialmente por esse setor mais “intelectualizado” da sociedade, para posteriormente alcançar os estratos mais populares.

Um exemplo desse desejo foi o modo como a *bandeira integralista* chefiada por Paulo Eleutherio — presidente do núcleo integralista do Pará — foi representada nas páginas do jornal integralista piauiense. Eleutherio foi apresentado como um homem culto; um intelectual brilhante; e uma figura ilibada da sociedade brasileira. “O Dr. Paulo Eleutherio é um intelectual de valor nas lides jornalísticas e literárias brasileiras” (DR. PAULO ELEUTHEIRO, 1934, p. 1), afirmava a edição do jornal do núcleo integralista do Piauí. A *bandeira* chegou ao Piauí poucos meses após a oficialização do núcleo e objetivava recrudescer o movimento no estado, como se pode notar no excerto: “[trouxe] a palavra do Brasil Integral ao povo piauiense, conclamando-o a formar na vanguarda do movimento integralista, que ora empolga o país de sul a norte, numa revolução de ideias modernas e práticas, dentro das verdadeiras realidades da raça e da nação” (DR. PAULO ELEUTHEIRO, 1934, p. 1). O movimento integralista foi descrito para sociedade piauiense como uma “revolução de ideias”; um movimento intelectual. Colocando o discurso de arregimentação de militantes no ímpeto “intelectual”.

A retórica usada era que a Ação Integralista do Piauí convocava os setores que pertencessem às “elites intelectuais” — assim como Paulo Eleutherio. Não é ilógico supor que uma propaganda dessa natureza ganharia efetividade na sociedade piauiense da década de 1930. Uma sociedade que vivencia um processo de retorno de homens formados em outros espaços, indivíduos estes que almejavam serem vistos com a alcunha de “intelectuais” para ganharem destaque social e disputarem politicamente. Na conferência do integralista paraense estariam sendo homenageadas as “classes cultas”:

Dedicou a sua memória às classes cultas do Piauí, que estavam representadas no Cinema Olympia por membros da Academia Piauiense, do Centro Médico, dos Institutos Históricos e de Advogados, por membros do Superior Tribunal de Justiça, professores e estudantes da Faculdade de Direito, do Liceu Piauiense e da Escola Normal, elementos da imprensa e de todas as demais classes da sociedade (NA SEARA DAS IDEIAS, 1934, p. 1)

O que dá a entender uma recepção calorosa das entidades civis piauienses à presença do integralista na capital e seu discurso fascista. Salientamos que é possível que essas representações podiam referir-se aos próprios camisas verdes do núcleo integralista do Piauí. Júlio Martins Vieira era professor do Liceu Piauiense e da Escola Normal. Vaz da Costa também era professor do curso de direito da faculdade de Teresina. Epifânio de Carvalho era médico e membro do Centro Médico. Ou seja, não necessariamente houve uma representação “oficial” por parte dessas instituições.

Durante sua fala denominada “itinerário do integralismo”, Paulo Eleutherio fez alusão às ideias de “revolução integralista”. Temática seminal naquele contexto de formação do integralismo e que foi trabalhada no livro *Psicologia da Revolução*, publicado no ano anterior. Durante sua fala: “expôs a atual situação brasileira mostrando as boas e más consequências das revoluções sem ideias, que têm sido funestas a tranquilidade e a confiança dos brasileiros” (NA SEARA DAS IDEIAS, 1934, p. 4). Aproximando-se da leitura realizada por Plínio Salgado em sua proposta de revolução integralista. Após sua presença na capital piauiense, Paulo Eleutherio, adjunto a Giovanni Costa, seguiu em direção ao núcleo integralista do Maranhão, à época comandado pelo médico Cássio Miranda.

Outra caravana integralista que passou pela capital piauiense foi a liderada pelo maranhense Helvídio Martins. Padre e Secretário de Organização Política do Núcleo Integralista do Maranhão, a forma como Martins foi descrito nas páginas do *A Liberdade* elencava a característica intelectual do integralismo e reforçava a composição da “revolução integralista” como um movimento de ideias antes de armado. O núcleo transcreve em um editorial uma parte da fala:

A história ensina que a ação das metralhadoras é efêmera. Elas esmagam, mas não convencem. A verdadeira construção se baseia em ideias sábias. A Nação, cansada de tantas promessas incumpridas, aprendeu a falar. Agitou-se e lançou o primeiro brado de protesto. E lá na legendária terra bandeirante uma voz de fez ouvir (PALAVRAS DE FÉ, 1934, p. 3).

Segundo o *A Liberdade*, a vinda de Helvídio Martins foi motivada para a realização de um “conclave” entre três províncias: Piauí, Maranhão e Pará. Esse “conclave” significaria uma ação de propaganda unificada entre os chefes dos três núcleos. Em fala a um jornal integralista do Pará, reproduzida no *A Liberdade*, Helvídio Martins definia o objetivo do conclave: “trata-se da homogeneidade do nosso trabalho de propaganda de intercâmbio de nossas publicações e da realização, a 7 de setembro próximo de paradas regionais em Manaus, Belém, S. Luís e Teresina, por cujas praças e avenidas desfilarão as organizações provinciais” (De sua excursão, 1934, p. 3). É possível que esse conclave tenha produzido material de propaganda unívoca que circularia nessas províncias. Um o exemplo de um panfleto nomeado *ABC do Integralismo* que foi produzido pela Ação Integralista do Piauí, mas assinado por Paulo Eleutherio, segue a capa:



Esse título foi usado novamente por Miguel Reale em 1937. No livro ele focalizava ao público geral expondo alguns conceitos básicos sobre a ideologia e o movimento do sigma (Oliveira, 2009, p. 264). Não sabemos ao certo se Reale foi inspirado por essa cartilha do núcleo integralista do Piauí e de Paulo Eleutherio, uma vez que o texto da cartilha foi primeiramente escrito para o jornal *Folha do Norte* em dezembro de 1933, como é apontado no trabalho de Magaiver Rodrigues (2009, p. 19). Na cartilha o historiador paraense cria um acróstico das letras do alfabeto, expondo a partir delas alguns conceitos ou princípios seguidos pelo movimento integralista. Colocamos a íntegra da cartilha em anexo a esse trabalho para consulta do leitor (Anexo V).

A partir do exposto podemos apontar que o integralismo foi propagandeado como um movimento de reunião dos grupos intelectuais da sociedade piauiense, como forma de atrair os setores letrados de profissionais como professores, literatos e advogados. Esses indivíduos não galgaram apenas a posição de “intelectuais”; mentores da piauiensidade. Contudo, desejavam influir politicamente introduzindo-se na dinâmica de poder e nas disputas eleitorais por parte do integralismo. Francisco Alcides do Nascimento (1988, p.20) aponta que houve candidatura do núcleo integralista às eleições municipais em 1935. O que demonstra que a constituição da posição de “intelectual” na retórica da Ação Integralista do Piauí apontava para grupos marginais as disputas oligárquicas, mas que desejavam adentrar a cena política local.

No seio de uma conformação de círculo intelectual autocomentador que o integralismo foi apresentado. Para jovens marginalizados do sistema político oligárquico e que desejavam atuar com mais efetividade dentro das disputas políticas locais, a participação de um movimento que publicamente definia-se como agregador de um “pensamento novo” e das elites intelectuais da sociedade, aderir às suas imagens um sinal de destacamento frente ao eleitorado. A constituição de um discurso que explicava o integralismo como o símbolo de elites intelectuais e potencialmente possuidores de uma inteligência superior apresentava um ganho simbólico efetivo aos jovens que chegavam e tentavam postar-se como um elemento daquelas disputas políticas.

O aspecto intelectual do integralismo no Piauí o consolidava como um movimento preenchido essencialmente por membros de uma classe média urbana como profissionais liberais tais como advogados, médicos e funcionários públicos, que faziam parte de um novo cenário mais complexo de disputas políticas. O recrudescimento da imprensa política no estado e atuação jornalística desses homens reforçava a expansão dessa categoria que nomeava “intelectual”. E atraiu militantes para as fileiras do movimento fascista no estado, que se empenhava em redarguir suas características antissistêmicas. Assim, para além de um

movimento revolucionário de cunho conservador interiorizado numa disputa pela memória da revolução de 1930, o integralismo no Piauí era definido por seus traços “intelectualistas”. Realocando sua propaganda em termos sociais como um movimento composto por aqueles que desejavam influir no direcionamento da sociedade piauiense em direção a salvação revolucionária conservadora.

O CATOLICISMO E O INTEGRALISMO NO PIAUÍ

A militância católica e integralista no Brasil dos anos 1930

A relação contínua entre fascismo e catolicismo é verificada como aspecto significativo para amplitude do fenômeno nos anos de 1930. O pesquisador João Bernardo (2022) aponta que o fascismo conseguiu sucesso ao articular quatro eixos em suas formações nacionais, entre esses eixos: a Igreja. Na sua interpretação, cada vertente dos fascismos equacionavam uma relação diferente com instituições para manter ou alçar-se ao poder. Essas instituições, definidas como eixos, apontavam para as reformulações que cada localidade tinha que realizar na ideologia fascista para organizar um partido aos seus moldes. Em suma, “a especificidade de cada fascismo consistiu no caráter que imprimiu às instituições endógenas e a forma como se ligou às instituições exógenas” (Bernardo, 2022, p. 86).

Essa relação entre o movimento e as instituições endógenas/exógenas gerou a divisão entre os fascismos radicais e os fascismos conservadores por Bernardo (2022). O eixo formado por instituições endógenas: Partidos e Milícias; denotam organizações de cunho interno e agem em cada país a depender do governo de ocasião e como cada movimento precisou relacionar-se com elas. Já as instituições exógenas, são organizações exteriores, como o Exército e a Igreja que atuavam à revelia de governos e grupos no comando.

O eixo constituído pelo partido, as milícias e os sindicatos representaram a revolta, o eixo das igrejas e do exército representou a coesão social, tendendo os fascismos mais radicais a aproximar-se do primeiro, enquanto o segundo atraiu os fascismos mais conservadores (Bernardo, 2022, p. 87).

Ou seja, fascismos que não desejavam romper com a ordem vigente e tinham como objetivo a manutenção do *status quo* de classes dominantes, operaram articulando aproximações entre a Igreja e seus partidos. Por isso, que “o fascismo instaurado ‘a partir de baixo’ correspondeu à hegemonia do eixo endógeno, e o eixo exógeno teve preponderância nos casos em que o fascismo foi implantado ‘a partir de cima’” (Bernardo, 2022, p. 87).

No caso desses fascismos conservadores, ao utilizar a Igreja como forma de fundamentar os seus partidos os líderes expuseram ao público uma convergência de interesses entre fascismo e catolicismo nas regiões em que eles se apresentavam. Desde o início do século XX, a Ação Católica objetivava aumentar a influência da Igreja sobre a sociedade, organizando o laicato em movimentos políticos de defesa da cristandade e do catolicismo como fundamento da nacionalidade. Nesse contexto, a mobilização de um discurso marcado pelo anticomunismo, antisemitismo e a crítica à democracia recrudescer movimentos políticos católicos de extrema-

direita. “Assim, antes ainda de terem começado a delinear-se os primeiros esboços do fascismo, já a Igreja Católica efetuara remodelações institucionais que no futuro a tornaram apta a aceitar a colaboração dos partidos, das milícias, e sindicatos fascistas” (Bernardo, 2022, p. 110)

A Ação Católica, “a menina dos meus olhos”, como afirmava o Papa Pio XI (*apud* Pace, 2025, p. 24), estimulou a militância política de clérigos e leigos e deu o tom para as afinidades entre governos autoritários e movimentos católicos ao redor do globo. Na Itália fascista a assinatura do Tratado de Latrão¹⁴ representou uma nova forma de auxílio ideológico entre Estado e Religião, ou entre fascistas e católicos. Um militante fascista da época escreveu em um jornal: “o meu coração de nacionalista e católico exultou por ver realizada através da reconciliação entre a Santa Sé e a Itália, uma mais larga comunhão entre o ideal cristão e o fascista” (Rebelo *apud* Cazetta, 2019, pos; 2922). O que nos revela, de certo modo, uma recepção positiva dessa ideologia nas comunidades católicas que viram nela uma colaboradora Igreja.

George Bataille (2021) interpreta o caráter psicológico do fascismo a partir de sua capacidade de unir a *homogeneidade* e a *heterogeneidade* social em um campo de soluções práticas para as angústias políticas engendradas pelo contexto. O conceito de *homogeneidade*, para Bataille (2021), aponta para o conjunto de regras que controlam a existência da humanidade em uma sociedade. A *heterogeneidade* define aquilo que é rejeitado, excluído e considerado como infração, mas também é aquilo que é transcendental, extraordinário, aquilo que tem natureza divina. O que não é humano e comum. É importante destacar que tanto *homogeneidade*, quanto *heterogeneidade*, não são conceitos dados por si e são formulados pelas classes dominantes que o estruturam por elementos que a reduzir a experiência humana na sua capacidade de produção em um sistema capitalista.

Entretanto, essa *homogeneidade* não é pacificada e possui em seu interior dissidências. Para preservar a coesão social a partir daquilo que define a *homogeneidade*, o Estado age como um garantidor imperativo contra aqueles que a ameaçam. O problema ocorre quando essas “contra forças inassimiláveis” (Bataille, 2021, p. 240) encontram respaldo num número significativo de indivíduos, que deixam de encontrar na coesão *homogênea* sentido de sua existência. Caracterizando um estado caótico entre conservação e destruição das regras que permeiam o tecido social.

¹⁴ Acordo entre a Santa Sé, liderada pelo Papa Pio XI, e o regime fascista de Mussolini em 1929, que reconhecia a soberania territorial do Vaticano e o catolicismo como religião oficial do Estado.

Como vimos nos capítulos anteriores no período do entreguerras, a maioria dos países enfrentavam duras condições econômicas e políticas advindas da Grande Guerra e da Crise de 1929. Assim, a maior parte das sociedades nacionais responsabilizava o sistema de democracia liberal pelas condições que vivenciavam. O fascismo surgiu com uma solução para catalisar esse sentimento: a violência contra aqueles tidos como “responsáveis”. “O fascismo italiano, desse modo, irrompeu na história por meio de um ato de violência contra o socialismo e a legalidade burguesa, em nome de um pretenso bem nacional maior” (Paxton, 2023, pos. 320, *ebook kindle*). Esse modo de violência, ela como razão de existir, caracteriza a *heterogeneidade* dos movimentos fascistas: “pois o fato de que a legalidade seja quebrada nada mais é do que o signo mais evidente da natureza transcendente, *heterogênea*, da ação fascista” (Bataille, 2021, p. 245).

Na visão de Bataille, a violência fascista era estabelecida como a relação de um “chefe militar” e seus comandados. Uma relação que é fundamentada na sanguinolência e carnificina (Araújo, 2021, p. 18). As elites políticas necessitavam evitar a quebra da *homogeneidade* social que mantinha a estrutura econômica de classes para perpetuar seu poder. Contudo, as formas imperativas que o Estado usava para esse empreendimento restavam-se sem legitimidade. Para isso, encontraram na *heterogeneidade* fascista o recurso mais válido. O fascismo funcionou como um recurso do *heterogêneo* para salvaguardar a *homogeneidade*.

Todavia, não é apenas com a posição psicologicamente militar que um movimento político ganha a projeção social que os fascistas obtiveram. Era preciso uma atração transcendental que demonstrasse um “caráter” *outsider* para o movimento que desejava tornar-se uma alternativa entre liberais e comunistas, assim, além de recurso militar, os fascistas empenharam-se em estabelecer a religiosidade de seus partidos e ideologias. “E quando este [chefe] quer utilizar a força de que dispõe para dominar a sociedade, deve ainda adquirir os elementos de uma atração externa (de uma atração religiosa válida para a população inteira)” (Bataille, 2021, p. 256).

A busca por essa atração exterior ao sistema político local, é justificada, em sua visão, pois não é da imagem militar que emana uma autoridade social e sim da figura religiosa. Os fascismos apelam para ideias moralmente estabelecidas como superiores pela religiosidade popular. Ao falar em “Deus”, “família”, “tradição” ou “nacionalidade” ele equaciona valores que não são redutíveis a materialidade produtiva, mas funcionam como algo etéreo, divino, transcendental. Assim, os fascismos que expuseram facetas mais conservadoras foram aqueles que se aproximaram politicamente da Igreja e para além, utilizaram o catolicismo como um recurso discursivo de identificação nas sociedades em que se propunham.

O fascismo foi um movimento nacionalista que, ao firmar a paz com a Igreja Católica, imaginou a possibilidade de construir socialmente uma nação católica (não um Estado Católico). Inicialmente, o projeto era aparentemente outro: incutir na mente e no coração dos italianos o orgulho de sê-lo, afazer da Itália uma totalidade de sentimentos e comportamentos, reduzindo a complexidade social à unidade. [...]. A partir daqui, surge a escolha inteiramente política do regime fascista de se reconciliar com a Igreja: para fortalecer o projeto de uma sociedade de massa disciplinada, que age como tal não apenas porque se curva às regras do regime, mas porque extrair das duas esferas (agora reconciliadas) da política e da religião, os recursos do sentido compartilhado (Pace, 2025, p. 26).

No Brasil dos anos 1930, após décadas do regime do padroado e da construção de uma república secular, o governo de Getúlio Vargas manteve proximidade com a Igreja, que estava imbuída pela Ação Católica. Exemplos dessa aproximação foram: o aumento do espaço do ensino religioso nos currículos escolares, o financiamento público de instituições educacionais e hospitais mantidos pela Igreja, a valorização do casamento religioso para fins civis e a proibição do divórcio.

Vargas buscou essa aproximação com o catolicismo para garantir contato com diversos setores da sociedade, em meio a um debate acerca da concepção de nação brasileira, o que de certa maneira fustigou o campo intelectual brasileiro ao debruçar-se sobre a temática. Como Boris Fausto afirma, essa relação era marcada pela conveniência de ambos os lados.

Getúlio percebe a importância da igreja como garantia simbólica da ordem e como instituição capaz de atrair setores que não estavam sob a sua influência; A igreja, por sua vez, percebeu também que, apoiando o governo, poderia alcançar, ao menos em parte, os objetivos de sua missão pastoral (Fausto, 2006, p. 56)

Assim, dentro desse campo, os intelectuais de diferentes espectros da política irão associar-se ao projeto de defesa da “identidade brasileira”, entre eles os católicos. A Ação Católica brasileira realçou uma *intelligentsia* católica com viés autoritário que defendia, entre outros aspectos, a identidade brasileira fundamentada no cristianismo. “A Igreja se fortalece frente à sociedade e reforça seu papel de organizadora, disciplinadora e condutora do sentido da história; [...] Os intelectuais católicos irão agir em ambas as frentes, estabelecendo uma mediação entre os dois poderes e com a sociedade” (Mueller, 2015, p. 268).

Esse quadro demonstra a influência que a atividade intelectual católica impõe sobre o contexto intelectual da década de 1930 no Brasil. Ao gerenciar a atuação política de leigos por meio de uma mediação dos intelectuais, vinculados a centros e institutos com essa proposta, a Igreja consolidou-se como um campo importante para as disputas políticas tanto nacionais quanto regionais. Institutos como o Centro Dom Vital — fundado no Rio de

Janeiro ainda na década de 1920 —, e a Liga Eleitoral Católica, estiveram na vanguarda dos movimentos de combate ao anticlericalismo e à secularização. A partir da ligação com esses institutos, diversos intelectuais católicos circularam como importantes figuras do laicato católico, dentre os quais: Jackson de Figueiredo.

Fundador do Centro Dom Vital, Figueiredo era um “católico ardoroso, contrarrevolucionário e combatente, defensor intransigente da ordem e da autoridade e nacionalista radical, Jackson encarna, sobretudo, o espírito do catolicismo ultramontano” (Trindade, 1979, p. 33). Uma modalidade de catolicismo que pregava a negação da modernidade, encapava uma crítica ao liberalismo e a perseguição ao comunismo, enquanto defendia a participação efetiva de militantes católicos na política. Figueiredo entendia que o catolicismo estava perdendo espaço na política nacional e era preciso rearticular a nacionalidade católica nos quadros governistas da época.

Esses intelectuais católicos estabeleceram contato direto com intelectuais e membros do integralismo. De certa maneira, o movimento fascista brasileiro alinhava-se à avaliação de Figueiredo e pregava uma regeneração social do país por meio da religiosidade e, algumas teses, reafirmavam o mundo medieval, onde o catolicismo predominava, o período de maior ápice da unidade humana. Assim, “a associação religiosa e política com a imagem de uma concepção nacionalista para o Brasil foi o elemento central para a formação do integralismo” (Gonçalves, 2018, p. 86). Jackson Figueiredo faleceu antes do surgimento da AIB, mas coube a seu substituto na frente do Centro Dom Vital, Alceu Amoroso Lima, o contato mais direto entre os dois movimentos. Tanto no fascismo italiano, quanto no integralismo brasileiro, estabeleceram diálogo profícuo e intercâmbio ideológico constante a partir dos interesses políticos mais convenientes.

Em artigo, a historiadora Helena Mueller (2015) afirma que a alta cúpula da Igreja Católica na década de 1930, via com maus olhos a filiação partidária direta dos intelectuais católicos e leigos ativos da Ação Católica, pois em casos de derrotas eleitorais a Igreja sairia enfraquecida. Assim, intelectuais como Amoroso Lima¹⁵ usavam o palanque político católico para congregar os fiéis a aderirem ou apoiar movimentos que representassem suas pretensões políticas. O integralismo esteve presente nessas indicações, como se vê em trecho de um artigo: “...se há realmente vocação política, confesso que não vejo outro partido que possa, como a Ação Integralista Brasileira, satisfazer tão completamente as exigências de uma consciência católica, que se tenha libertado dos preconceitos liberais” (Ataíde *apud* Salgado, 1950, p. 31).

¹⁵ Ele publicava alguns de seus textos sob o pseudônimo de Tristão de Ataíde.

Esse tipo de manifestação revela o quadro de conexão entre os movimentos. O catolicismo fornecia base popular para integralismo, a partir da legitimação da ideologia do movimento aos moldes da Ação Católica. Os militantes católicos descreviam o integralismo como um movimento que convergia com os interesses da Igreja: “pretende em boa hora, restaurar o sentido frouxo da autoridade, dar à unidade nacional o posto básico que lhe compete em toda a sociologia política do Brasil, defender as bases morais e jurídicas da família brasileira” (Ataíde *apud* Salgado, 1950, p. 31). Esse desejo de apoio não se expressava apenas na convocação de militantes, mas em apoio eleitoral. O patrimônio eleitoral dos católicos no Brasil era algo que não podia ser deixado de lado. Era importante que figuras políticas fossem vistas como defensores imaculados da cristandade católica. “O único entre os de todos os partidos políticos, que leva em conta, sinceramente, os elementos fundamentais da nacionalidade” (Ataíde *apud* Salgado, 1950, p. 31). Enquanto recebia esse apoio, o integralismo abria espaço para membros católicos nas fileiras do movimento, e muitos padres atuaram ativamente como membros do movimento do sigma, segundo Leandro Gonçalves e Odilon Caldeira Neto (2020, p. 20) eles eram nomeados de “batinas verdes”.

Além do Centro Dom Vital, outros movimentos que participaram da militância católica no país estabeleceram trocas ideológicas com o movimento fascista brasileiro. Entre eles está a Liga Eleitoral Católica (LEC). Esse grupo não se definia como um partido político, mas desejava gerenciar a opção eleitoral da comunidade católica, apontando quais políticos e partidos estavam aderentes aos princípios e interesses da Igreja. O movimento que se expandiu na maioria dos estados brasileiros dos anos de 1930, realizava uma espécie de acordo com políticos e partidos que atendiam as demandas da Ação Católica, em contrapartida receberiam o apoio da Liga, o que era um patrimônio eleitoral significativo naquele contexto.

A atuação da LEC era bem-vinda a cúpula eclesiástica, pois não comprometeria os membros da Igreja diretamente com nenhum partido, vide um contexto com siglas partidárias pulverizadas. Ao mesmo tempo, conseguia pressionar os candidatos e partidos a aceitarem as demandas políticas do catolicismo. Em sua tese, o pesquisador Guilherme Arduini (2014) aponta que a conduta da LEC não tinha como objetivo moralizar o quadro político ou direcionar votos em candidatos virtuosos, mas conseguir avançar com políticas benéficas à Igreja Católica por meio da eleição de candidatos comprometidos com as reivindicações da Igreja. “Sua finalidade não era criar um grupo de políticos extremamente virtuosos ou altamente qualificados, mas se antepor às disputas regionais que eram uma ameaça real no Brasil deste período” (Arduini, 2014, p. 167).

A atividade desses movimentos de defesa da cristandade católica e de militância política de intelectuais católicos ensejou uma efetiva atração do público regional ao integralismo. Casos com o núcleo integralista baiano e o cearense ganharam muitos adeptos em decorrência de uma articulação publicizada entre Ação Católica e Integralismo, não apenas do ponto de vista estratégico como ideológico. O corporativismo fascista, que era defendido pelo integralismo, estava presente nas interpretações políticas da LEC, como demonstra Arduini (2014, p. 168): “de que a relação entre os grupos sociais deveria ocorrer de forma orgânica e hierarquizada, na qual cada grupo fosse atado ao seu lugar de origem e sem anseios de acrescentar direitos para si em detrimento dos direitos dos outros grupos”.

No início da década de 1930, o Papa Pio XI publicou a encíclica *Quadragesimo Anno*, que reafirmava a defesa da propriedade privada, estimulava a ideia corporativista empenhada pelos fascistas italianos e reforçava a validade política da Ação Católica, também estava imbuída de um anticomunismo e antidemocracia que criava uma aderência com a prática dos movimentos fascistas daquele contexto. Além disso, a encíclica trazia a temática do operariado como algo central no quadro político daquela época. Em sua visão, os operários estavam sendo iludidos e degradados ao aderir causas e partidos socialistas, comunistas ou de esquerda radical, como ele aponta no excerto:

Os operários assim maltratados apresentaram-se os chamados “intelectuais”, contrapondo a uma lei falsa um não menos falso princípio moral: “os frutos e rendimentos, descontado apenas o que baste a amortizar e reconstituir o capital, pertencem todos de direito aos operários”. Erro mais capcioso que o de alguns socialistas, para os quais tudo o que é produtivo deve passar a ser propriedade do Estado ou “socializar-se”; mas por isso mesmo erro muito mais perigoso e próprio a embair os incautos: veneno suave que tragaram avidamente muitos, a quem o socialismo sem rebuço não pudera enganar (Pio XI, 1931, n.p.).

Todavia, a Igreja não abandonaria aqueles operários católicos que haviam adentrado aos movimentos socialistas, ao contrário, no texto o Papa conclamava o retorno desses fiéis à fé cristã como um retorno do filho pródigo ao pai.

Porém nem a injúria Nos ofende, nem a magna desalenta o Nosso coração paterno a ponto de repelirmos para longe de Nós estes filhos tristemente enganados e saídos do caminho da verdade e da salvação; ao contrário com toda a possível solicitude os convidamos, a que voltem ao seio da Santa Madre Igreja” (Pio XI, 1931, n.p.).

Essa estratégia reforçava a necessidade de atuação de militantes ligados à Ação Católica em diálogo mais profícuo com os operários. O catolicismo lutava para reivindicar a direção de uma parcela da sociedade que estava na audiência essencial da luta socialista dos anos de 1930. O Papa Pio XI já aludia a movimentos juvenis e operários cristãos que estavam restabelecendo o intercâmbio entre essa classe e a Igreja nos mais variados espaços globais.

No Brasil, a atuação de congregações políticas católicas ante os operários serviu porta de entrada para lideranças do integralismo local aos setores trabalhistas da sociedade. No estado da Bahia, por exemplo, a historiadora Laís Ferreira (2014, p. 121) cita diversas iniciativas de centros assistencialistas católicos na tentativa de aproximar os sindicatos locais: “tendo inicialmente sido fundada por iniciativa dos próprios trabalhadores, sindicatos e depois pelos próprios patrões. Havia, ainda, a atuação de instituições católicas de caráter assistencialista criadas sob inspiração da nova doutrina social da Igreja”. Foi por meio da filiação católica do integralismo e seu contato com essas iniciativas assistencialistas aos operários, que o movimento do sigma baiano conseguiu adentrar as camadas mais populares da sociedade.

Na Paraíba, o núcleo integralista nasceu de uma articulação interna da União dos Moços Católicos. Para Renato Souza (2015) foi a defesa da nacionalidade católica e das demandas da militância político desses que o integralismo ganhou força nas camadas intelectualizadas da sociedade, uma vez que:

Em caráter geral, os discursos entre integralistas paraibanos e católicos convergiam, onde a proposta de Deus e da fé cristã, mais explicitamente, o catolicismo, eram partes substanciais da Cultura Política Integralista, o contexto político paraibano facilitava ainda mais essa aliança (Souza, 2015, p. 105).

Assim, a articulação regional do movimento católico e integralista reforçou a expansão de ambos os movimentos em torno de um ideal “catequético” comum. O integralismo usou o maquinário político da Ação Católica na Paraíba, como o jornal *A Imprensa*, para iniciar seu processo de difusão e institucionalização no estado. Podemos apontar que a confluência dos movimentos em solo brasileiro foi tão imbricada que em certas localidades elas se confundiam.

O caso emblemático dessa aproximação entre Igreja e integralismo no Brasil é no Ceará, onde o movimento do sigma contou com a militância política de nomes importantes como Helder Câmara¹⁶. Os políticos locais compreendiam o movimento como um bastião do conservadorismo em oposição ao quadro revolucionário que se mostrava prejudicial aos interesses das elites políticas. Assim, instituições como a Igreja Católica que historicamente estão na defesa das estruturas de classe da sociedade reconheciam no movimento um local condizente para postularem suas demandas.

¹⁶ Arcebispo de Recife, Dom Helder Câmara foi um dos principais nomes na defesa da Teologia da Libertação no Brasil. Fundador da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) e grande estimulador das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Destacado trabalho na promoção de assistência a pessoas pobres e na crítica às ditaduras militares na América Latina. Foi perseguido durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). Durante sua juventude aproximou-se da Ação Integralista e compôs as fileiras do movimento fascista brasileiro em apoio às articulações com a Liga Cearense do Trabalho.

No estado, os membros da militância católica e até parte do clero ocupavam significativamente as fileiras do movimento integralista e estavam na defesa dessa do fascismo brasileiro como um movimento que congregava os valores cristão e políticos pertencentes aos desejos da Igreja. “A anuência da Igreja Católica às atividades integralistas, bem como a participação de alguns clérigos nas hostes do movimento, influenciou para que muitos populares aderissem ao credo verde” (Régis, 2008, p. 105). O que determinou um sucesso importante para o movimento na região, isso porque, movimentos vinculados à Ação Católica no Ceará, como a LEC-CE e a Liga Cearense do Trabalho — que associava as aspirações do Centro Dom Vital, estiveram intensamente associados ao núcleo integralista do Ceará, como afirma o historiador Rameres Régis (2008).

A LCT esteve presente junto ao operariado aglutinando suas demandas em torno da ideologia da Ação Católica. Seu trabalho combinado com a AIB-CE renderam uma trajetória de apoio estratégico, “enquanto a Legião se aproximava mais de uma base dita operária, mesmo sua cúpula compondo-se de elementos da classe intermediária da sociedade; a AIB dirigia-se a um público mais abrangente e heterogêneo” (Regis, 2008, p. 121). Algo que afluía com os mecanismos de atuação presentes na encíclica papal que direcionava a Igreja naquele momento histórico.

No tocante a LEC, a ação partidária destacava ainda mais essa aproximação. Enquanto em um panorama nacional os dois partidos mantinham relações a partir de interesses em comuns, no Ceará era além de um mero jogo de interesses, mas existencial, muitos dos participantes da LEC eram filiados ao núcleo integralista do Estado e aderiram ideologicamente ao partido do sigma. A Liga representava não apenas o direcionamento de um laicato durante as eleições, mas uma reunião de agremiações distintas vindas das camadas mais abastadas da sociedade cearense que se contrapunham aos movimentos revolucionários de 1930, o que ajudava a aderência ao movimento integralista que era marcado pela defesa do conservadorismo.

Pelo interior do estado essa relação representava, em muitos municípios, muito mais do que uma simples aliança, pois organizações que se confundiam, os candidatos da AIB eram ao mesmo tempo candidatos da LEC, embora nem todo lecionista pertencesse ao movimento integralista, pois a LEC englobava também outras agremiações (Regis, 2008, p. 214).

O que percebemos, a partir do exposto, é que assim como o fascismo como um fenômeno global, o integralismo utilizou da religiosidade popular para propagandar o movimento o colocando como defensor de valores cristão superiores e estabeleceu contatos profícuos com a Igreja buscando legitimidade frente à sociedade. O que explora os argumentos

desenvolvidos tanto por Bernardo (2022), quanto Bataille (2021) acima citados. Do ponto de vista político, os integralistas nas variadas facetas regionais não precisaram somente do discurso religioso como forma de justificação, mas ceder espaços em suas cadeiras para membros da Igreja, assim como houve um entrelaçamento intenso entre a militância católica e o movimento integralista em algumas.

Foi no âmbito da Igreja católica que o fascismo encontrou uma participação conservadora mais ativa, a tal que ponto que podem mencionar-se três casos de um verdadeiro fascismo clerical: o de Salazar em Portugal, o de Dollfuss na Áustria e o do doutor em teologia monsenhor Jozef Tiso na Eslováquia (Bernardo, 2022, p. 110)

Esse quadro de “fascismos clericais”, revela que, assim como no Brasil, em muitas vertentes do fascismo global a Igreja católica foi o sustentáculo mais efetivo para a mobilização de massas dos partidos fascistas.

No tocante ao discurso político, em especial ao seu caráter psicológico, podemos encontrar aquilo que George Bataille (2021) redarguiu: o fascismo apela a valores comumente associados a superiores para justificar ações consideradas *heterogêneas* à sociedade. Ao promover um discurso marcado pelo lema: “Deus, Pátria e Família”, os integralistas autodefiniam—se como defensores de princípios aceitos pela maioria da sociedade, inclusive as classes proletárias, teatrando uma extraordinariedade em relação aos movimentos políticos tradicionais. Assim, as elites políticas locais, ameaçadas em sua estrutura de classes, — quer seja pelas consequências da revolução de 1930, a depender da localidade, quer seja pelo avanço de partidos e iniciativas da agenda socialista — aderem ao integralismo como forma de resguardar a defesa de sua posição social, enquanto exploravam a “transcendentalidade” do movimento de forma teatral. “Após recorrerem à heterogeneidade fascista, esses interesses de um conjunto [dos capitalistas] são opostos, desde o período da crise, aos das empresas particulares” (Bataille, 2021, p. 262).

O contexto de militância católica no Piauí republicano

Nos primeiros anos do século passado, criou-se a Diocese do Piauí após uma movimentação política dos católicos piauienses em prol de uma independência religiosa do bispado do Maranhão. A separação da diocese piauiense esteve interligada a processos globais e nacionais que queriam fomentar a atuação institucional da Igreja Católica frente à sociedade. No caso do Piauí, despontava de tempos imperiais a carência de padres e da atuação mais institucionalizada da Igreja, como relata o historiador Pedro Vilarinho Castelo Branco e Elisângela Barbosa Cardoso (2020).

A Diocese de Teresina nasceu a partir de uma militância católica que objetivava angariar mais representatividade política em seu contexto, e para isso, precisava manter-se próxima aos fiéis. Embora apresentasse um discurso aparentemente apartidário, o contexto era de intenso partidarismo na política, e a Igreja não se furtou de participar ativamente do debate. O que se desejava era conduzir o laicato católico, à semelhança da Ação Católica que realizava essa atividade em âmbito global, em direcionamentos políticos e sociais.

Uma ação importante tomada por essa militância católica piauiense nos primeiros anos de bispado independente foi a criação do jornal católico *O Apóstolo*, impresso este que contava com a colaboração direta do próprio bispo D. Joaquim Almeida (1868-1947). O impresso contribuía para a aproximação da Igreja com a sociedade de maneira a explorar sua capacidade disciplinadora e, principalmente, apontar para o público as demandas políticas do catolicismo na época.

Mesmo devendo voltar-se apenas à propagação de um padrão de catolicismo ultramontano, a Igreja no Piauí e, conseqüentemente, seu periódico, acabaram tragados pelas discussões de cunho partidarista, devido ao contexto altamente bipolarizado em que se encontrava a sociedade brasileira no início do século XX, fazendo da política algo intensamente entranhado na vida social, o que impossibilitou ao bispo e à instituição por ele representada de abster-se da escolha de um lado político (Silva; Branco, 2020, p. 141).

É preciso ter em mente que a produção de um jornal no Piauí da primeira república não significava, somente, uma forma de atenuar a distância entre os objetivos da Igreja e seus fiéis, mas possibilitava a introdução da militância católica no seio das disputas políticas locais. Como exploramos no capítulo anterior, a mídia impressa era o veículo mais efetivo para mobilizar grupos e colocar-se à disposição dos debates políticos. A maioria dos “caciques” políticos locais e membros das poderosas famílias possuíam seus próprios jornais ou patrocinavam periódicos de outros intelectuais como forma de demonstrar poder e propagandear sua imagem dentro de uma disputa partidária.

A produção do jornal era parte de uma militância católica mais efetiva e demonstra o interesse da instituição de não se manter afastada do desenvolvimento político, ao contrário, aponta para a busca de tornar-se um peso importante nas disputas partidárias. Esse quadro reflete debates globais, acerca da necessidade de maior atuação do catolicismo nos processos de distribuição de poder governamental. É importante lembrar que a formação da república brasileira adotou medidas anticlericais como: a inelegibilidade de membros do clero; proibição de sufrágio à clérigos; a necessidade do casamento civil para comprovação de união; entre outras medidas que atacavam diretamente a Igreja. No Piauí, nomes importantes do republicanismo tinham uma posição anticlerical forte e pública, a exemplo de Higino Cunha.

Esse cenário indicava a primordialidade da Igreja em buscar participar do cotidiano de disputas políticas locais para acessar recursos e eleger candidatos afeitos à sua causa.

Entre outras ações de fomento da instituição católica como dirigente social no Piauí, esteve presente a busca de interiorização desse movimento de militância. A carência de padres nas regiões mais afastadas da província levou o bispo a organizar ações em diversas cidades interioranas, com o objetivo de levar o gerenciamento político da fé católica à maior quantidade de pessoas possíveis. O periódico católico piauiense publicou muitas notícias acerca de visitas pastorais do bispo e padres aos rincões do Piauí:

Nota-se, no periódico, a constante divulgação da presença do bispo e de seus clérigos nos municípios interioranos, por meio das visitas pastorais, remontando à necessidade da Igreja em capilarizar ainda mais a sua presença, sanando a falta que a instituição fazia nos recantos mais afastados da província durante o século XIX (Silva; Branco, 2020, p. 141)

Assim, a militância política católica não permanecia apenas em uma camada social de pessoas alfabetizadas e que podiam comprar um jornal, mas também atingia grupos mais marginalizados da sociedade piauiense com a presença direta de ações institucionais. Além desses exemplos da ação católica no estado durante o período republicano, a Igreja iniciou o processo de erguer seminários e escolas confessionais objetivando disciplinar mais diretamente a formação da juventude piauiense. Esse controle dos currículos educacionais que jovens e crianças eram expostos, revela o nível de organização que a Igreja engendrou para a atuação de sua militância política durante as primeiras décadas do século XX no Piauí.

É importante perceber que o catolicismo ocupou não apenas uma esfera de religiosidade no quadro político republicano piauiense, mas adentrou o campo da política partidária e eleitoral, apresentando-se como um elemento essencial para as disputas políticas entre as famílias poderosas e no debate acerca das medidas mais necessárias para o Piauí. O que se percebe a partir do exposto, é o grau de atuação política efetivada pela militância católica piauiense durante o período republicano. Tal formatação pavimentou a Igreja como um setor necessário e influente para os discursos políticos locais que viam no catolicismo uma ferramenta capaz de mobilização significativa de massas.

Ao adentrar na década de 1930, tal alinhamento se manteve, e a instituição católica recrudescu sua atuação política, agora com um maior apoio do chefe governamental. A militância católica esteve presente nas ações governamentais autoritárias como esteio simbólico delas frente a sociedade. Durante essa década a Igreja Católica reivindicou a legitimidade da consciência moral e a posição de baluarte do conservadorismo cristão em contraste com o

modernismo acentuado em décadas anteriores. Colocando-se como farol para as demandas mais autoritárias da sociedade brasileira daquele cenário.

No Piauí, o movimento integralista, fundado em 1934, foi um dos principais expoentes da militância católica em correlação com a ação organizada política de extrema-direita. O núcleo piauiense da Ação Integralista não apenas utilizou o catolicismo como ferramenta discursiva para a mobilização de massas e destaque nas disputas de poder, mas foi composto por intelectuais e membros do clero e instituições católicas locais.

Aproximações entre o Integralismo e o catolicismo no Piauí

O integralismo foi uma das muitas facetas que o fascismo possuiu no globo durante a década de 1930. Como partido fascista extremista, ele valorizava muito mais o método do que a teoria, tinha mais interesse no “como fazer” do que no apelo ideológico. Por isso que a movimentação de militantes era um dos seus eixos principais da maioria dos partidos do fenômeno fascista. João Bernardo (2022, p. 90) interpreta essa característica: “para os fascistas a coesão partidária não resultava de um projeto ideológico, mas da participação física num movimento de massas”. Ou seja, era a participação em grupo e o que eles faziam que dava a coesão social aos movimentos de cunho fascista e não uma adoção das perspectivas ideológicas.

A presença de Joaquim Vaz da Costa como um dos militantes mais ardorosos do integralismo piauiense já é simbólica quanto a aproximação do núcleo integralista e a Igreja, pois o desembargador era amigo do bispo e mantinha uma boa relação com muitos clérigos locais. Durante sua prisão no início da década de 1930, em decorrência da tentativa de golpe conhecida como a “Revolta dos Cabos”¹⁷, na qual Vaz da Costa foi acusado de ser um dos mentores, o bispo foi um dos importantes nomes da política local a mandarem cartas em apoio ao desembargador.

A aproximação do desembargador com o clero local esteve presente nas disputas eleitorais. Ele valeu-se dessas conexões em diversos momentos de sua trajetória política. Durante as eleições de 1934, Vaz da Costa escreveu em artigo jornalístico sua vontade de ter composto a legenda de seu partido (Partido Republicano Piauiense) com apenas membros da Liga Eleitoral Católica no Piauí (LEC-PI): “ao organizar a chapa com a Legenda do meu nome

¹⁷ Revolta ocorrida na capital piauiense em junho de 1931 e liderada pelo cabo Amador Vieira de Carvalho. Durante a revolta, os cabos rebeldes conseguiram tomar as principais posições de defesa da cidade e prenderam o então interventor Landry Salles. Amador Vieira ocupou o posto de governador do Piauí por um dia, mas a rebelião foi logo suprimida e ele condenado. Durante os processos judiciais, Vaz da Costa foi acusado de ser o mandante e líder operacional da revolta.

cogitei de nela só incluir nomes de companheiros da mesma Liga [Liga Eleitoral Católica] ou que ao menos não merecessem sua repulsa” (Costa, 1934f, p. 3).

Nesse contexto, Vaz da Costa era publicamente um dos principais nomes do integralismo na cena política piauiense. Sua aproximação partidária com a LEC-PI representava não apenas uma troca de favores entre as associações, mas uma ação conjunta em prol de preencher cadeiras eleitorais por nomes que defendiam o autoritarismo e o catolicismo da época. O desejo de congregar em seu partido apenas os participantes da Liga Católica, aponta para uma busca de deixar claro à audiência piauiense católica, que o integralismo, e por consequência Vaz da Costa, era o nome mais válido para atuar em defesa dos valores cristãos defendidos pela militância católica naquele cenário.

Colocar padres e figuras notáveis da liderança católica ao seu lado, criaria um quadro onde o integralista recolheria os votos dados por setores religiosos, uma vez que era associado à Liga, ganharia a publicidade do órgão para um público mais amplo que a capital. É importante destacar, que embora não tenhamos encontrado nenhum censo que metrifique o número de praticantes da religião católica em 1930, é possível inferir esse quadro a partir do censo demográfico realizado pelo IBGE em 1940-1950. Ele que apontou mais de 95% da população piauiense declarando-se católica apostólica romana (IBGE, 1952, p. 6). A significativa quantidade de católicos no Piauí, brandia uma a necessidade de utilização de lideranças dessas massas em quadros propagandísticos.

Todavia, essa intenção de colocar padres diretamente em candidaturas políticas foi negada pelo bispo à Vaz da Costa, que o aconselhou do contrário. É possível que essa negação tenha sido movida para não criar rugas entre outros grupos políticos locais que também se aproximavam da Igreja. O bispo justificou essa rejeição com o argumento de que tal candidatura poderia ser vista como um trabalho “*pro domo sua*”, em defesa dos próprios interesses. Logo após a contenda de nomes a participar da chapa, chegou-se à definição de um participante da Liga na cidade litorânea Parnaíba, a cerca de 380 km da capital: “convidado a Raymundo N. H. da Silva, secretário da Liga em Parnaíba, para minha chapa estadual, respondeu-me que depois de obtido o consentimento do sr. Bispo, aceitava meu convite com o único intuito de trabalhar pela Liga” (Costa, 1934f, p. 3).

Tal aproximação com a Liga Eleitoral Católica, tanto na cidade de Teresina, quanto em Parnaíba, seria explorada em um artigo publicado no *A Liberdade* acerca do sufrágio eleitoral de católicos. Iniciava realizando uma crítica àqueles católicos que durante o período republicano não levavam a sério as agendas eleitorais:

Os católicos, como eram quase todos, votavam para satisfazer ao partido, ou um amigo, para não perder o emprego, ou com medo de ser perseguido, na esperança de conseguir alguma colocação, ou por ter recebido para tal fim, roupa ou calçados; mas nenhum acreditava muito no valor do voto. Votavam em qualquer candidato sem saber, nem perguntar se era bom ou mau, certos, porém de que o eleito ou nomeado seria aqueles que os homens quisessem (Os católicos e o voto, 1934, p. 1).

O que tal quadro representava, na visão do autor, era que os católicos não apenas não viam no “voto” uma força de transformação ou representação própria, mas também estavam submetidos a um cenário de fraudes eleitorais que findava por não escolher aqueles indivíduos que foram verdadeiramente eleitos. Todavia, a conjuntura havia sido alterada pela Revolução de 1930 e naquele momento as eleições eram secretas e a votação não podia ser facilmente controlada por outras forças. O autor impôs aos católicos a ideia de que o voto tinha valor, pois ajudaria a Igreja a conseguir espaço numa suposta luta espiritual em um mundo, pretensamente, atacado por valores modernos. Ele ameaçava: “não há pretextos aceitáveis a alegar pelos católicos, para voltarem em inimigos da sua fé – os inimigos da Igreja. Se o fizerem nada os livra da falta mais grave diante de Deus. Nem mesmo a ignorância lhes aproveita” (Os catholicos e o voto, 1934, p. 1).

Dessa maneira, aos católicos era incumbido um dever essencial à prática de sua fé: depositarem seus votos em candidatos “amigos” da Igreja. Tendo em vista a quantidade significativa de fiéis, caso um número significativo fosse atingido por essa mensagem, conseguiriam controlar muitas das cadeiras eleitas. Havia intrínseca na mensagem uma condenação àqueles que votassem contrariamente aos desígnios das associações católicas. Seriam postos como infratores perante a Deus e vistos também como inimigos da fé católica, o que exemplifica a tentativa de dominação – orientação e condenação – da militância católica.

Para tornar o gerenciamento de votos pelo eleitorado católico mais eficiente era preciso levar esse número de pessoas às urnas. Mesmo que em condições onde a cidadania era restrita a camadas mais elitizadas da sociedade, para exercer o direito ao voto era preciso realizar uma inscrição, e a militância católica influenciava os fiéis buscarem efetuar seu direito eleitoral sob pena de macular sua “consciência” católica e até a defesa de seu país: “os que não são eleitores, mas se acham em condições, devem sê-lo, pela defesa da Fé e de sua Pátria, ficar indiferente é um crime de consciência e de patriotismo” (Os catholicos e o voto, 1934, p. 1).

Em outras palavras, o que vemos nesse artigo jornalístico era a investida da Ação Católica piauiense sobre os praticantes da fé na busca de gerir seus votos. O que se queria era inocular na audiência um olhar pautado no valor de seu “voto” para a Igreja. Ao conscientizar a população católica que o voto era algo importante, a ponto de fazer parte de sua prática religiosa, para depois orientá-los a eleger candidatos mais afeitos aos objetivos políticos da

Igreja. Tal objetivo é ancorado em um discurso marcado por interditos e sanções impostas, não pela Igreja, mas por Deus.

Não se diga que um voto de mais ou menos nada importa: é intuitivo que por um voto menos poderá ser prejudicado um mais digno, como por um voto mais poderá ser eleito um que não mereça, ou que mereça menos. A responsabilidade cai em quem recusou o voto do qual dependeu a má escolha (Os catholicos e o voto, 1934, p. 1)

Para que não ocorra isso: os católicos votarem em candidatos que eram contrários à sua fé. Os católicos, com condições de voto, são estimulados a aderirem a Liga Eleitoral Católica como forma de estarem conscientes acerca dos candidatos mais benéficos para a Igreja, dessa forma os setores de liderança eclesiástica podiam empreender acordos diretos com partidos e políticos locais utilizando seu patrimônio eleitoral para realizar os votos. Podemos constatar esta troca de interesses no excerto: “criou-se, felizmente, a Liga Eleitoral Católica, como fonte de informações de orientações para os católicos, em assuntos eleitorais e quanto a idoneidade dos candidatos e as suas posições em respeito à religião” (Os catholicos e o voto, 1934, p. 1)

A capacidade que a Liga dava à Igreja era de firmar compromissos com mais de um setor das disputas partidária sem comprometer a Igreja diretamente com nenhum deles, por isso que o Bispo se tornou um ativo negociador e articulador de candidatos em várias chapas eleitorais, assim como esteve bastante vinculado às ações tomadas pela Liga no Piauí, uma vez que sua orientação dos fiéis era de muita força de mobilização.

Por isso era elaborado um discurso marcado por um pretenso “apartidarismo” da Liga, como vemos no trecho:

A LEC não quer nem pretende diminuir o prestígio dos partidos e muito menos disputar-lhes as posições: quer sim que os partidos, postos de lado interesses particulares, apresentem candidatos católicos e bons, e para isto se esforça porque o povo brasileiro é católico e nada aspira mais do que o progresso e o engrandecimento do Brasil, pelos bons administradores dos seus cargos públicos (Os catholicos e o voto, 1934, p. 1).

Tal discurso não correspondia a ações da Liga, que nos bastidores envolve-se diretamente no interior de disputas eleitorais, vide a presença do secretário da Liga na cidade de Parnaíba ocupando a vaga de candidato na chapa do Partido Republicano Piauiense, liderada pelo des. Vaz da Costa. A publicação dessa matéria dentro do jornal integralista também revela a imbricação desses movimentos no cenário estadual. Embora se quisesse um público mais amplo, a audiência já afeita aos projetos integralistas já estava consolidada para os autores do texto e redatores do impresso. Emitir uma comunicação dessa natureza mesclava as intenções do integralismo de postar-se como um defensor imanente dos valores católicos para um público marcado pela religiosidade.

A aproximação da Igreja Católica e os membros do integralismo piauiense ativou uma ação conjunta que mesclava objetivos políticos do autoritarismo e do catolicismo com questões das disputas coronelistas locais. Assim como a visita de Paulo Eleutherio ao Piauí radicalizou o aspecto intelectual do integralismo piauiense, a viagem do integralista maranhense Pe. Helvídio Martins foi explorada como fator religioso do grupo fascista.

Ele era uma das figuras mais notáveis do integralismo maranhense, ocupando o cargo de Secretário de Organização Política, uma função que denotava uma capacidade de mobilizar militantes e possuir uma força política frente às disputas partidárias. Sua atuação como padre e intelectual destacou-se no Maranhão e no Brasil, e em sua visita aos integralistas piauiense marcou o que seria uma união de forças entre os núcleos integralistas dos três estados: Maranhão, Piauí e Pará. Também era membro da destaca *Câmara dos Quatrocentos*, já citada, que reunia os principais nomes do integralismo em seus núcleos regionais.

Em um artigo publicado na década de 1980 pelo historiador Francisco Alcides do Nascimento acerca da Aliança Nacional Libertadora no Piauí — a principal opositora do integralismo no Brasil — o autor apontou o padre Helvídio Martins Maia como o líder do integralismo piauiense:

Nas eleições municipais de outubro de 1935 os integralistas lançaram candidatos a vereador. Em Teresina os integralistas realizam na segunda quinzena de setembro um comício apresentando os seus candidatos à Câmara Municipal. Nessa oportunidade o sr. **Helvídio Martins**, dirigente da Ação Integralista no Piauí, explica as razões por que o integralismo combate a liberal democracia e o comunismo (Nascimento, 1988, p. 20) (*grifo nosso*).

Seguindo as fontes jornalísticas encontradas, Helvídio Martins não era o presidente do núcleo integralista piauiense — nesse momento ainda era presidido por Giovanni Costa, posto que só saiu em 1937 e foi ocupado pelo carioca Herbert Dutra —, mas mantinha contínuos contatos com a AIB-PI. Como muitas das fontes utilizadas por Nascimento (1988) eram orais, é possível que a presença do padre em comícios e apresentações do integralismo piauiense durante suas viagens tenha levado a sinalizar uma atuação de liderança aos olhos de testemunhas oculares.

Ainda assim, essa informação demonstra a importância da presença constante do padre maranhense nas ações políticas do integralismo piauiense. Em uma de suas passagens o padre concedeu uma entrevista ao jornal integralista do Piauí, que foi publicada com o título: “Palavras de Fé”, o que elencava sua posição como padre e sua figura como liderança política religiosa. Nessa entrevista, o intelectual apresentou o integralismo como um órgão revolucionário de um Brasil que estaria acordando para os males que o açoitavam — temática

recorrente nos textos dos integralistas piauienses. Patriotas como Plínio Salgado eram vistos não apenas como defensores da pátria, mas evangelizadores de uma “nova doutrina”: “Plínio Salgado é o evangelizador desta doutrina que traça novos rumos na história da pátria” (Martins, 1934, p. 3).

Essa noção de “evangelizador” da figura de Plínio Salgado não era somente adotada pelos integralistas piauienses e maranhenses, mas estava inscrita no léxico discursivo da Ação Integralista nacionalmente que utilizava dessa figura religiosa — Plínio Salgado como o “quinto evangelista” — para arregimentação de militantes. Martins (1934) demarcava um discurso permeado de anticapitalismo e antiliberalismo, misturando suas críticas ao regime com suas teses doutrinárias católicas.

Na cidade de Parnaíba foi o “Centro Catholico de Parnahyba” que abriu as portas para chefes e discursos autoritários do integralismo na cidade. Não sabemos exatamente o ano de sua fundação, mas em jornais encontramos a primeira menção no ano de 1931 quando era liderado pelo Mons. Roberto Lopes. Foi no Centro que o integralista José de Souza Brandão realizou suas comunicações misturando o catolicismo e o integralismo como resultado político local.

Outros exemplos de aproximações entre as lideranças católicas e o integralismo na cidade foram relatadas em entrevista por João Paulo dos Reis Velloso, um importante economista piauiense que teve destacada atuação como Ministro do Planejamento durante a Ditadura Militar brasileira (1964-1985). Ele iniciou sua trajetória política nos anos 1950 como um “Águia Branca”, grupos juvenis que buscavam rearticular o integralismo dentro do Partido de Representação Popular.

O economista que citou a figura do padre José Rodrigues como um de seus “gurus” na política, foi por meio do padre que ele teve contato com o integralismo, “como história”, já que durante a atuação do movimento na década de 1930 ele era criança. Segundo ele: “José Rodrigues era católico, tinha lido muito sobre o integralismo, tinha idade para ter sido integralista, mas se recusou a ser. Primeiro para evitar confusões, porque, como disse, havia três correntes do integralismo” (Velloso, 2004, p. 31). Ou seja, sua recusa em pertencer ao movimento não se dava por uma contradição ideológica, mas por uma espécie de discrição política, como é relatado em outro trecho da entrevista: “o José Rodrigues dizia uma coisa sobre o integralismo que eu concordava: ‘não fui integralista porque não posso me ver metido numa camisa verde, gritando *anauê*, tendo um chefe nacional, tudo isso me parece ridículo’” (Velloso, 2004, p. 31).

Como católico, o integralismo era um ponto de convergência com as ideias de “Democracia Cristã” que eram exploradas por José Rodrigues. Todavia, como relata seu pupilo, a organização típica fascista de uma roupa militar colorida e uma obediência cega ao líder nacional o afastava da adoção ao grupo. O que fica claro durante a entrevista é que o chamava atenção das lideranças católicas parnaibanas e do próprio Reis Velloso ao estudar o movimento em outro contexto era seu apelo religioso acerca do catolicismo, o que levou ele apontar o movimento como um “ativismo católico”. Há também uma defesa de Plínio Salgado que é descrito como um “lutador” dentro de seu próprio movimento. Segundo Velloso, Salgado defendia uma “Democracia Cristã” e era contrário aos fascistas europeus. Sua posição de *Chefe* ainda disputava em torno de correntes integralistas como: uma ala esquerdista ligada a Jeová Mota e uma ala fascista de Gustavo Barroso. Em suma, para ele o integralismo deveria ter sido um movimento sociocultural que defendia a Democracia Cristã e não um partido com objetivo de ganhar o poder:

Conheci Plínio e vários outros jovens ligados a ele [Integralismo] quando cheguei ao Rio de Janeiro, e creio que ele cometeu um erro. Devia ter feito um movimento político-sociocultural, nacionalmente, de caráter democrata cristão, algo que seria como uma ONG, organização não governamental, uma entidade sem fins lucrativos, um instituto, alguma coisa assim, mas não um partido (Velloso, 2004, p. 32).

O que tal excerto demonstra é olhar da intelectualidade parnaibana das décadas de 1930-1950 acerca do integralismo. Segundo o economista, foi José Rodrigues que o ensinou acerca da Democracia Cristã e da Doutrina Social da Igreja, e por esses conhecimentos ele pode realizar sua conversão e tornar-se um ativista da militância católica em seu tempo. É provável que o padre tenha explorado a forma como a ideologia integralista foi recebida na cidade — como uma ferramenta política de defesa dos valores cristão e da Igreja como coordenadora social — para ensinar Reis Velloso sobre o partido. Mesmo que não filiado diretamente ao movimento fascista, a figura de José Rodrigues sugere uma aderência ideológica de setores conservadores, como o clero católico parnaibano, aos discursos e objetivos dos integralistas.

A partir do exposto, percebemos que o ativismo católico no contexto piauiense era similar a uma escala global. Buscava explorar a capacidade de mobilização eleitoral da Igreja, fazendo acordos com partidos e grupos políticos em troca de projetos e ações que colaborassem com os anseios políticos do catolicismo. Gerenciando os votos de seus fiéis por intermédio de organizações de leigos, a Igreja no Piauí tinha um capital eleitoral significativo em meio às disputas partidárias das famílias poderosas locais. Como relatou Reis Velloso (2004) em entrevista: “dentro daquele movimento de intelectuais católicos, resolvemos fazer política, porque achávamos que era preciso ter princípios e valores na política” (p. 36).

O integralismo foi um aliado da causa católica no Piauí tornando-se um farol para teses que pregavam a moralização da política e almejavam instituir uma sociedade que tinha nos princípios católicos a organização social. Desse modo, associações como a LEC não apenas indicavam aos seus filiados e todos os fiéis em quais candidatos votarem, como participaram pessoalmente de chapas e organizações lideradas pelos integralistas no estado. Além do laicato envolvido na militância católica daquele contexto, padres e até o bispo do Piauí estabeleceram contatos e aproximações políticas com as lideranças integralistas no estado, apoiando-se e contornando uma ação conjunta entre os dois movimentos.

Podemos retornar ao que apontou o Bataille (2021) acerca do fascismo como um movimento que pregava a *homogeneidade* com recursos da *heterogeneidade*. No Piauí, os ativistas católicos viam na ideologia integralista um catalisador da moralização da política em moldes autoritários. As aproximações, que não significaram filiação ou adoção, entre esse modo de ativismo e o integralismo balizaram um movimento local que recorria a um grupo que defendia a violência política e o unipartidarismo, questões *heterogêneas* da sociedade, pois não compreendem aquilo que conecta o tecido social, para recuperar força em uma sociedade que republicana e pluripartidária.

A partir do exposto pudemos analisar que o ativismo católico, que desejava colocar a Igreja como um polo importante nas disputas eleitorais, ocupou um espaço significativo na política piauiense da primeira metade do século XX. A separação do bispado piauiense foi impulsionada pelos objetivos de aumentar a gestão política da Igreja sobre o maior número de fiéis. Esse quadro de militância católica encontrou com o integralismo a convergência do uso discursivo de valores transcendentais e divinos para ofuscar seus próprios interesses pessoais e acordos políticos.

O discurso religioso como arregimentação de militantes

Ao realizar uma análise da propaganda fascista, pela perspectiva psicanalítica de Sigmund Freud, o filósofo alemão Theodor Adorno (2018) apontou para as técnicas de psicologia de massas que os fascistas utilizaram em seu discurso político. Para o filósofo a propaganda fascista tinha como objetivo estimular uma “identificação” vertical — entre os membros e o líder — e horizontal — entre os membros e outros membros — que ocupam uma instância psíquica narcisista de idealização.

Essa idealização ocorria na tentativa do líder de colocar-se como um “ideal” a ser alcançado por seus subordinados. Que o olhavam com desejo e admiração. O líder, na propaganda fascista, ocupava uma dimensão de idealização para cada indivíduo. Ao mesmo

tempo que ele era aquele a quem se desejava ser, ele também era quem se almejava seguir, por acoplar características de perfeição, trazendo elementos que são considerados superiores naquele momento histórico. Dessa forma, o líder projetava e disseminava os sentimentos mais íntimos dos sujeitos sociais.

Em um ambiente histórico onde a psique humana teve que lidar com a decepção das expectativas civilizatórias e os horizontes são tão ausentes que fragilizam as linhas que os unem, a imagem do líder fascista reativava duas figuras arcaicas: a do pai primitivo e da super-homem comum. A figura paterna apelava para as questões mais primitivas de obediência à autoridade. O pai primitivo era o ideal de autoridade irracional numa economia psíquica, que era explorada pela propaganda fascista, para introduzir nas massas uma expressão de superioridade natural do líder sobre os seus arregimentados. Como irmãos que disputam pelo amor do pai, que não precisa amá-los e nem realizar algum tipo de feito para que seja amado ou que tenha sua autoridade reconhecida, as “massas” submeteram-se ao líder, pois ele incorporava em si a extraordinariedade do poder de um pai.

O líder não precisa amar mais ninguém, ele pode ser de uma natureza magistral, absolutamente narcisista, mas autoconfiante e independente. Sabemos que o amor põe o narcisismo em xeque, e seria possível mostrar como, operando desse modo, ele se tornou um fator de civilização (Adorno, 2018, n.p.).

Entretanto, a identificação dos indivíduos precisava ter um processo de verossimilhança acerca das condições materiais dos sujeitos. Era preciso vender a ideia de: “grande homem comum”, como uma fórmula de identificação por semelhança. Colocando o líder fascista como aquele compreendia e percebia as condições degradantes em que seu povo vivia e as humilhações a que foi submetido. Essa identificação verticalizada — entre líderes fascistas e massas — ativou uma propaganda que promovia: em uma face a virtuosidade do chefe fascista e do outro a sua vivência comum.

o super-homem deve ainda se assemelhar ao seguidor e aparecer como sua “ampliação”. Em acordo com isso, um dos dispositivos básicos da propaganda fascista personalizada é o conceito do “grande homem comum” (gera little man), alguém que sugere tanto onipotência quanto a idéia de que é apenas um de nós, um americano simples, saudável, não conspurcado por riqueza material ou espiritual (Adorno, 2018, n.p.).

Podemos trazer essas análises para a propaganda integralista no território piauiense. No estado, os líderes não foram identificados por essa composição dúbia entre o ordinário e etéreo, mas o próprio movimento integralista foi corporificado como um sujeito político local dentro do discurso político. Nessa propaganda, o integralismo era mais que movimento ou agrupamento, foi descrito como um indivíduo político transcendental. Por sua pretensa natureza

divina, mas também comum, por sua capacidade de reunir os bons piauienses. Esses discursos ampliaram as qualidades do líder fascista, usadas nas propagandas europeias, e os organizaram na própria qualificação do movimento em si.

Podemos perceber tal aspecto com maior destaque no artigo do integralista parnaibano José de Souza Brandão, publicado em janeiro de 1934 em uma revista local. Ele atuava como docente nas poucas instituições de ensino da cidade. Também era dono de uma das três farmácias em uma cidade que contava com cerca de cinquenta mil habitantes, o que lhe dava um sinal de respeito social. Brandão era um católico proeminente e encarnava anticomunismo em muitos dos textos que publicou. Existem casos, expostos em jornais da época, que relataram o professor perseguindo estudantes que podiam afeiçoar-se às teses marxistas.

Ele inicia o texto apontando para as características divinas do integralismo: “o integralismo é obra de Deus. Nele vemos, perfeitamente, o dedo da providência divina a apontar para o homem o caminho certo a seguir, o caminho salvador da Pátria ameaçada pelo internacionalismo” (Brandão, 1934a, p. 11). O artigo de Brandão (1934a) é o primeiro texto acerca do integralismo na mídia piauiense, que já se inscreve denotando características superiores ao movimento. Podemos retornar aos dados apresentados no tópico anterior, onde demonstramos que a sociedade piauiense era significativamente católica. O que é explorado pelo autor para introduzir o integralismo para essa audiência. Assim, em aspectos psíquicos, intencionava-se buscar uma *identificação* — por pertencerem ao mesmo credo de fé — e *idealização* — por ser obra do Criador.

Enquanto um produto da criação divina, o integralismo era visto, pelo piauiense, como um defensor da fé católica. O integralismo pregaria então o exercício da fé em contraposição aos males do internacionalismo que estariam buscando afastar a sociedade de Deus. Assim, “Deveis ter fé, ó mocidade, porque a fé é a fortaleza do homem que conduz a Deus” (Brandão, 1934a, p. 16). A efetivação da fé é vista como aquela capaz de levar o homem ao ser divino. Entretanto, é preciso notar o uso da “mocidade”, como destinatária daquele texto. Ao usar o termo, Brandão (1934a) articulou uma das noções principais do léxico integralista. Plínio Salgado utilizou essa ideia em alguns momentos em seus textos e discursos, para exprimir uma noção de “mocidade eterna”. Nesse contexto linguístico integralista, a juventude não era descrita como uma condição etária, mas uma qualidade espiritual. A mocidade era a energia de luta, o ímpeto revolucionário que os indivíduos carregavam. Brandão (1934a) recorreu a essa concepção linguística para introduzir algo que, para ele, era sublinhar à Revolução: a condução divina. O integralismo era a fortaleza e espírito de luta àqueles que alimentam sua fé.

Dessa forma, o integralismo seria mais que um intermédio entre o homem e Deus. Ele era a própria forma de exercer-se a fé no Criador, pois era uma obra direta d'Ele. Infere-se dessa concepção a ideia de que os objetivos políticos do integralismo convergiam com o que Deus desejava para os homens. Criando uma propaganda efetiva para a audiência a qual ela se destinava. Ao serem exibidos tais conexões, a organização psíquica resultaria em uma identificação verticalizada entre as massas intensamente religiosas e o movimento político que diz ser “filho” do Deus adorado.

O autor recorre a uma comparação. Colocando a Fé cristã como condição para a felicidade de um povo. Ele compara com as condições que a Inglaterra estaria sofrendo, que em sua noção estava sendo usurpada por grupos judaicos. Essa concepção estava em diálogo com teses defendidas por Gustavo Barroso. O autor cearense já havia mencionado em texto naquele contexto uma visão que consistia em um movimento anglo-judaico espalhando-se pelo mundo e subordinando os países cristãos às suas pretensões escusas. Assim como Barroso, o integralista piauiense vai apontar para as condições degradantes da Inglaterra, como forma de exemplificar a falta de fidelidade à fé cristã: “Inglaterra materialista, para a Inglaterra racionalista, para a Inglaterra ateia, que acaba de, pela boca de um de seus grandes estadistas, apelar, num grito de agonia, para todas as associações religiosas do mundo” (Brandão, 1934a, p. 16). Essa posição reafirma a vinculação do integralismo às associações católicas, mas coloca sobre elas a capacidade regeneradora. Aquela que seria capaz de mobilizar a salvação de um país que, em sua construção teórica, estava entregue ao materialismo e ateísmo.

Esse aspecto avança em uma concepção mais ampla. O integralismo, dentro dessa forma de pensar, travestia-se uma “associação católica” que surgiu com o ideal de salvar as nações, assim como o apelo da Inglaterra demonstra. Isso era posto ao introduzir o Brasil como um país que também estava ameaçado pelas forças internacionais que ameaçam a tradição e a sociedade brasileira. A Igreja é colocada como a única capaz de enfrentar essas ameaças, pois somente ela era capaz de “todos os heroísmos e de todas as renúncias” (Brandão, 1934a, p. 16).

Todavia, o espírito juvenil é convidado a ser ativado para colaborar com a Igreja nessa “batalha”. A mocidade, nos termos integralistas, convocaria o homem a não permanecer inerte diante de um quadro tão alarmante para a sociedade. Era preciso ação, uma ação que colaborasse com a Igreja nessa suposta luta. Assim, Brandão (1934a) recoloca a questão da militância católica como fundamental para a regeneração social. As associações católicas — como o integralismo — seriam verdadeiras formas de ajudar a Igreja frente aos males que estariam assombrando a população. Como é explorado no seguinte trecho: “não deveis ser criminosos conscientes, permitindo, com a vossa indiferença tradutora de uma raça que morre, que o

materialismo assole a Pátria, arrastando-a para a lama, mergulhando na bacanal orgíaca dos instintos desordenados” (Brandão, 1934a, p. 16).

A partir desse quadro, Brandão (1934a) começa a identificar o quadro de apoio que o espírito jovem pode dar à Igreja: a participação na militância católica. Mais especificamente, na associação que buscava lutar com forças militares contra o comunismo e o internacionalismo que ameaçavam a nação. Misturando essas características: ativismo católico, anticomunismo e antiliberalismo; foi que Brandão (1934a) indicava a natureza divina da revolução integralista e alistamento, daqueles que emanam o espírito jovem, em suas fileiras. A intenção do autor nesse momento do texto, era arregimentar militantes buscando demonstrar uma ligação ideológica entre o integralismo e o catolicismo. O que se argumenta era que os aspectos doutrinários em conexão às formas de atuação política dos movimentos. “O integralismo [...] é a doutrina da fé, porque ela é o alicerce sobre que repousa a família” (Brandão, 1934a, p. 16).

Ele defendia a Ação Integralista como garantidora das mesmas pretensões que a Igreja, e por consequência do próprio Deus, e por isso poderia ser vista como aquele que defende os princípios norteadores do ativismo católico. “Integralismo é a doutrina da Pátria, da Fé e da Família, que constituem os elementos garantidores e coordenadores da sociedade e da liberdade” (Brandão, 1934a, p. 16). Nesse trecho ele coloca os aspectos fundamentais em que a doutrina integralista e a sociedade estão alicerçadas. Novamente, expondo uma convergência entre o credo integralista e os objetivos políticos do catolicismo.

A partir do exposto, nós podemos pensar na questão política dessa propaganda integralista piauiense. Seu foco era salientar para o público local as “qualidades” políticas do movimento, as associando a valores tradicionalmente eleitos como moralizantes e superiores para a tradição católica, para assim arregimentar militantes para suas fileiras. Assim como a Igreja, seria pelo patriotismo pregado pelo integralismo que a regeneração do Brasil ocorreria, e para isso era preciso um trabalho coletivo entre aqueles que cultivavam a mocidade. Um movimento que almejava “a Pátria, grande, forte e respeitada!” (Brandão, 1934a, p. 16), era um movimento que congregava as necessidades urgentes da Fé católica e que lutava para efetivar os desejos de Deus.

Portanto, o objetivo dessa propaganda — que se assemelha a outros artigos de integralistas piauienses — reforçam a arregimentação de militantes explorando uma *identificação* verticalizada entre as massas e o movimento, a partir de um discurso religioso de viés católico que aciona mecanismos linguísticos da ideologia integralista, presente em outros intelectuais do movimento. Podemos inferir tal posicionamento a partir da análise do texto e do seu encerramento, que se volta para a convocação de militantes para as fileiras do integralismo

piauiense. “Moços do Brasil! Operários! Soldados! [...] Homens do Povo! Entre para as fileiras do integralismo que é uma corrente nacionalista que nascem como nascem os rios” (Brandão, 1934a, p. 16).

Como define Adorno (2018), apenas uma identificação entre os líderes e as massas não conseguiria mobilizar tanto sucesso em diversas localidades daquele contexto histórico. Assim como soldados de um exército ou membros de uma comunidade religiosa, era preciso incorporar uma propaganda que ativasse um mecanismo psicológico de *identificação* entre os participantes do partido. Como ele apresenta, a *idealização* do líder como uma espécie de “super-eu” que sintetiza os desejos amplificados dos indivíduos, une os grupos em torno do partido fascista.

A comunidade do povo fascista corresponde exatamente à definição de Freud para grupo: “[São] vários indivíduos que substituíram seu ideal de eu pelo mesmo objeto e consequentemente se identificaram uns com os outros em seus eus”. A imagem de líder, por sua vez, empresta da força coletiva, por assim dizer, sua onipotência semelhante à do pai primitivo (Adorno, 2018, n.p.).

Essa argumentação nos sugere, que a propaganda fascista não recorria apenas na *idealização* do líder, mas na projeção qualitativa dos próprios militantes. O que se intencionava nesse sentido, era promover uma *identificação* por características superiores daquelas que compunham o *in-group* fascista. Portanto, a propaganda fascista voltava-se para estimular um narcisismo coletivo, onde os sujeitos, por simplesmente pertencerem a uma ideologia e comunidade racial, eram descritos como superiores. Por isso: “o ganho narcisista fornecido pela propaganda fascista é óbvio. Ela sugere continuamente, e às vezes de maneiras bastante maliciosas, que o seguidor, simplesmente por pertencer ao *in-group*, é superior, melhor e mais puro que aqueles que estão excluídos” (Adorno, 2018, n.p.).

Esse processo de exclusão daqueles que estão fora do grupo era atravessado por essa propaganda fascista narcisista, que mobiliza uma violência contra os que não cumprem as condições definidas para pertencer, e por isso são inferiores. E por essa condição é que mereciam ser subjugados ou eliminados pela abstração da superioridade coletiva do *in-group*. A propaganda fascista não apenas simbolizava essa pretensa superioridade, como também estimulava a violência contra os excluídos e as minorias, para estabelecer uma diferença hierárquica entre opressor e oprimido.

Uma vez que não reconhecem nenhum critério espiritual com relação a quem é escolhido e quem é rejeitado, eles o substituem por um critério pseudonatural como o de raça, o qual parece ser inevitável e pode, portanto, ser aplicado até mais impiedosamente do que o conceito de heresia durante a Idade Média (Adorno, 2018, n.p.).

No discurso integralista piauiense foi inculcado a noção de “Soldados de Deus”. Como vemos no artigo publicado no *A Liberdade* e assinado por Custódio Santo Sé (1934, p. 3): “a minha palavra é humilde, bem verdade, mas cheia de fé, da fé que deve guiar o homem integralista, soldado de Deus”. Esse conceito não foi utilizado somente pelo integralismo piauiense, mas pertencia ao dicionário integralista e foi colocado por autores como Plínio Salgado e Gustavo Barroso. Plínio Salgado reforçava sua própria figura como um “soldado de Deus” para apresentar a ideia de um paramilitarismo sagrado, fomentando os discursos da militância católica de uma pretensa guerra secreta entre valores do “bem” e do “mal”. Enquanto havia uma guerra era preciso o recrutamento de soldados para as milícias de Deus. Era uma identidade bélica forjada não somente na *idealização* do movimento, como também de seus militantes. Enquanto Brandão (1934a) salientava uma origem religiosa do movimento, Santo Sé (1934) colocava essa natureza divina aos participantes do *in-group* integralista.

Esse processo intencionava clarificar uma *identificação* horizontalizada entre os grupos integralistas. Em seus termos, o impacto psíquico ocorreria em um direcionamento: todos os camisas-verdes são soldados, mas não uns soldados comuns, seriam “Soldados Divinos”. E sua luta? também era divina. E por serem divinos tinham a responsabilidade de enfrentar os males que assombravam, não apenas o país, como também o Piauí. Era a luta contra os “maus piauienses” (Santo Sé, 1934, p. 3) que os integralistas tinham que acampar, para salvar o estado da degradação que o rondava.

Esse quadro, escancara um aspecto fundamental do integralismo e dos fascismos como um todo: suas estruturas almejam conquistar o poder dentro da dinâmica política local. Não querem dominar o mundo, mas apresentar-se como a alternativa mais viável às disputas de poder nos locais em que estavam desenvolvendo-se, seja um país, província ou município. Como nos lembra João Bernardo: “cada fascismo não se limitava a copiar alguns aspectos dos outros, mas trazia formas novas, organizativas e ideológicas, que acrescentavam à série” (2022, p. 84). Ou seja, em um estado onde o catolicismo ocupava um grau de identidade política, como o Piauí, para pôr-se como um elemento da política local, os integralistas piauienses recorriam a uma propaganda que efetivasse em ligação católica com a ideologia a integralistas em forma de arregimentação de militantes. Por isso, após essa estruturação linguística dos camisas-verdes como guerreiros de Deus, Santo Sé (1934) convoca os piauienses sobre o sintagma: “Sertanejos Anauê! [...] Despertai, oh! Sertanejos das cidades das vilas e dos campos” (Sé, 1934, p. 03).

Outro aspecto que intencionava essa *identificação* entre os pares do movimento fascista no Piauí, era a questão da moralidade. Brandão (1934b) palestrou no Centro Católico de Parnaíba em julho de 1934 acerca da moralidade como uma característica fundamental daqueles

que se associavam ao integralismo. O que denotava, novamente, a busca por uma *idealização* não somente do movimento, mas também daqueles que o aderem. Ele inicia sua fala aos militantes católicos locais apontando para a tese conspiracionista e apocalíptica típica dos discursos fascistas da época: “a imoralidade campeia no Brasil” (Brandão, 1934b, p. 1). Em sua retórica, o país estava sendo exposto a uma internacionalização que atacava seu sentimento patriótico e maculava seus princípios morais católicos. Essas ideias estariam imiscuindo-se inclusive nas organizações católicas, onde havia padres que comungavam com essa internacionalização, vendendo a “consciência” ao que ele denominava “imperialismo *yankee* e europeu”, como podemos perceber no excerto:

Sacerdotes que fazem uso de uma linguagem arrevesada, empolado as frases para melhor atraírem aos tolos, dando cumprimento ao contacto pelo qual venderam, ao estrangeiro, a consciência, mediante a paga de alguns dólares. E esses sacerdotes não têm medo de contribuir para a conquista do Brasil, pelo imperialismo *yankee* e europeu (Brandão, 1934b, p. 1).

Em outras palavras, até mesmo padres, que em tese deveriam possuir atributos de grande moralização, estavam realizando discursos para atrair pessoas para a dominação internacional. Esse quadro desalentador era o sinal de uma pátria agonizada por forças “judaicas” e “europeias” que estariam a asfixiando por meio de subordinação econômica e introduzindo princípios imorais na sociedade. Como ele aponta na passagem: “a pátria agoniza sob o peso de dívidas extraordinárias, devendo à organização judaica capitalista, que asfixia o mundo, dez milhões de contos reis, representados, na sua maioria, por accumulo de juros sobre juros” (Brandão, 1934b, p. 1).

Novamente expondo as associações de seu pensamento com o que propõe Gustavo Barroso. O integralista cearense apresentou uma ótica antissemita em que aludia a um suposto plano judaico de dominação mundial. Para isso, ele conduzia um pensamento de “guerras” civilizacionais. De um lado a civilização judaica, capitalista e comunista, que ameaça as nações impondo empréstimos e juros, os condenando a misérias. Por outro lado, é uma civilização cristão que precisaria ser defendida.

Na visão de Brandão (1934b), essa imoralidade só estava conseguindo amplitude no país, pois este não ensinava as crianças a consciência da “moralidade católica”. Era por essas condições, por exemplo, que a pátria se via ameaçada por essas forças estrangeiras. Havia uma falta de nacionalismo, religiosidade e luta pela civilização cristã por parte do governo. “No Brasil se ensina a criança a ler, mas não se ensina a conhecer a moral, reforçando o seu caráter em formação, adquirindo o senso de responsabilidade, a fim de que se tornem homens cômicos dos seus deveres para com a Pátria” (Brandão, 1934b, p. 1).

Nessa construção teórica, a educação era um instrumento para o ensino da moralidade como ideal de enfrentamento dessa crise civilizacional. Por meio do ensino, as crianças tornariam-se patrióticas e pessoas de moral idônea. Assim, seriam pertencentes ao *in-group*, sujeitos que lutariam e defenderiam seu estado. “Os governos não cuidam da moral, que, nas escolas do país deveria constituir uma cadeira sob a regência de professores idôneos, de vida severa, que não frequentam as bancas de botequins, nem transpusesse o batente dos bordéis, dando mal exemplo a mocidade” (Brandão, 1934b, p. 1).

Ao expor condições para os possíveis professores, o intelectual piauiense listava os atributos daqueles que não faziam parte do grupo marcado pela superioridade moral. Essas características eram marcadas pelo conservadorismo e os princípios católicos que possuíam espaço considerável na organização social piauiense. Assim ele demarca os integralistas como grupo que reunia os indivíduos de moralidade mais ilibada; um grupo que defendia a educação como mantenedora da moralidade na infância e juventude. Porque buscavam reconhecer a potência de uma educação que se assemelhasse à construção identitária do integralismo, como forma de arregimentação.

A moral religiosa deveria ser a base do ensino no Brasil, em todos os seus recantos, porque só ela é capaz de formar caracteres sólidos, evitando que a nossa mocidade desambe para dissolução dos costumes, graças ao incentivo de professores que pregam o ensino leigo, afirmando às crianças, a mocidade, que Deus não existe, que a Religião é uma loucura, imbuindo-lhe o espírito em evolução do materialismo positivista decadente (Brandão, 1934b, p. 1)

No discurso, assim como padres foram colocados como sujeitos imiscuídos do internacionalismo oportunista, professores também teriam sido cooptados por essas ideologias. A moralidade é vista como aquela capaz de salvar a sociedade desse fim desastroso. O que se compreende, era que Brandão (1934b) utilizou a moralidade como pré-requisito para o exercício de profissões como o professor. O que indica essa busca de *identificação* do *in-group* pela propaganda fascista, trabalhada por Adorno (2018). Ao postular a introjeção da “moralidade cristã” para modular o comportamento sociopolítico dos indivíduos como forma de padrão social, ele apontava para a exclusão daqueles que não exibiam essas características. Isso porque Brandão (1934b) defendia, de certo modo, a retirada das pessoas do *outgroup* dos postos de ensino.

Como o filósofo determina, a produção da *identificação* entre os membros de um partido fascista ocupa dois polos: um que diferencie a coletividade fascista dos agrupamentos excluídos e o outro que atenua, e possa até invisibilizar, as diferenciações entre os participantes do coletivo.

Enquanto a formação do grupo persistir, ou pelo período em que ela se estender, os indivíduos se comportam como se fossem uniformes, toleram as peculiaridades de outras pessoas, colocam-se no mesmo nível, e não têm sentimentos de aversão em relação a elas (Adorno, 2018, n.p.)

O uso da moralidade como fator propagandístico nesse texto de José Brandão (1934b) atrai para esse duplo fator. Por uma faceta, apontava para o afastamento daqueles que não vivenciavam a moral católica para definir seus comportamentos. De outra, nivelam os sujeitos diferentes entre si, mas que apresentavam uma única característica, estavam reunidos pela moralidade católica e o patriotismo. “A situação do Brasil é gravíssima. Só muito patriotismo caracterizado pela renúncia e sacrifício dos seus filhos, poderá salvá-lo” (Brandão, 1934b, p. 1).

O “sacrifício” é usado como elemento de convocação. Nesse argumento, era momento daqueles que bradavam a moralidade católica unirem-se em torno da defesa do país, das mazelas que o ameaçavam. Para isso, surgia o integralismo, como um movimento patriótico que reunia as condições especiais para empreender essa guerra. Mas era preciso congregiar os sujeitos superiores para que essa luta pudesse ser efetiva. Em um trecho nos últimos parágrafos do texto, Brandão (1934b, p. 1) aponta: “Despertou o Brasil, nascendo com o seu despertar de gigante este movimento, que não podia deixar de ser gigantesco, que é a Ação Integralista Brasileira, a cujo toque de unir, para a revolução de espírito e da cultura” (Brandão, 1934b, p. 1).

Dessa forma, a Ação Integralista era entendida como aquela que despertava os sujeitos em prol de uma revolução espiritual e cultural. Que defenderia a moralidade católica como aspecto essencial do espírito juvenil social. Nesse caso, a convocação dos piauienses para as fileiras do integralismo, ocorria demonstrando o caráter superior do que almejava o movimento, pois era um movimento de luta espiritual e divina pela regeneração do país. Igualmente, exibia a qualidade daqueles que faziam parte desse movimento. Se é um movimento que pode regenerar o país da imoralidade, seus membros são aqueles que carregam a moralidade como símbolo de sua vida e comportamento social. De ambos os modos, a propaganda integralista aos piauienses ocorria com um discurso de qualificação superior para o integralismo.

Brandão (1934b) finalizou sua fala aos membros da militância católica parnaibana, convocando à filiação ao movimento do sigma, como podemos ver:

O Brasil, grita, conclamando-vos, pela voz forte e vibrante dos camisas verdes, a entrardes para as fileiras do integralismo: Sol que ilumina a estrada que há de ser, para o futuro, percorrida pela pátria, pejada de esperanças, e que já sorri e canta, na antevisão de felicidade para o seu povo, embalada pelo murmúrio cachoante dos seus rios formidáveis e pelo farfalhar das florestas que entoam o hino sagrado (Brandão, 1934b, p. 2).

Novamente explorando uma vinculação sagrada ao movimento integralista e aos seus camisas verdes. Para ele, as fileiras do integralismo estariam preenchidas de sujeitos dignos que dedicaram um sacrifício honrado em nome da salvação da pátria. A natureza, o povo e a pátria são colocados como festejadores da ação militante dos integralistas. Como criação divina, esses sintagmas estavam felizes em perceber o sucesso do movimento que os defendia. À natureza como obra de Deus, o povo contra a imoralidade e a pátria contra a internacionalização.

Essa fala de José de Souza Brandão (1934b) explorava a moralidade como um recurso aglutinador daqueles que compõem o seio do integralismo no estado. Recorrendo à religiosidade popular como forma de arregimentação de militantes. A propaganda integralista de convocação das massas no Piauí estava marcada pela busca de uma *identificação* psicológica pelo viés religioso. Marcando uma associação ideológica entre o integralismo e o catolicismo. Um entrelaçamento que não esteve sintetizado no discurso ideológico somente, mas também estava inserido em um contexto de militância eclesiástica que permitiu um plexo entre o discurso dos movimentos políticos católicos e a Ação Integralista no estado. Como podemos perceber em texto propagandístico da Liga Eleitoral Católica do Piauí que se referia ao integralismo:

Sempre coerente com sua organização, continua sendo como não partido. Conforme a expressão do nome que escolheu poder se a dizer: a união dos católicos sob o ponto de vista político, para defesa dos direitos da Religião, que são os direitos de Deus, perante a administração do País (Liga Eleitoral Católica, 1934, p. 01).

Assim, a Liga Eleitoral Católica no estado mobilizou não apenas votos em torno do integralismo piauiense, mas colaborou diretamente com a arregimentação de militantes para o movimento. Associando o integralismo como um órgão de “união de católicos”, os líderes da Liga apontavam para o aspecto religioso como forma de institucionalização do movimento no estado. Elaborando um discurso que coadunava com aqueles postulados pelos camisas verdes piauienses, a Liga, na posição de representante da militância católica local, sintetizava a Ação Integralista como uma das organizações que reuniam esses militantes. “Empregados e empregadores? Estudantes? Soldados? Operários? Trabalhadores? Homens do campo! Ouvi a voz do Brasil! Filiai-vos à Ação Integralista Brasileira, que salvará o Brasil da derrocada iminente” (Liga Eleitoral Católica, 1934, p. 02).

Dessa forma, o integralismo piauiense suportava-se em um discurso religioso como forma de arregimentar militantes para seu movimento. Exibindo-se como um movimento de fora da organização social, colocando-se como um partido criado por Deus. Assim, demarcava-se um processo de *identificação* com a sociedade piauiense que era rigidamente marcada pela presença do cristianismo. Além dessa natureza divina do próprio movimento, havia um processo que definia a *identificação* horizontalizada entre os participantes do movimento. Esse processo consistia em apresentar os membros como sujeitos com qualidade superiores como a moralidade e o patriotismo. Além de apelar para uma noção dos integralistas como “soldados de Deus”, o que imbuía os seus militantes para uma ação de luta justificada pelo “sagrado”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procuramos explorar a formação do integralismo no estado do Piauí a partir de três aspectos (perspectivas): pelo olhar revolucionário, o intelectual e o religioso. Essas características foram elencadas a partir da análise dos discursos dos integralistas piauienses presentes no jornal *A Liberdade*. Como principal elemento da propaganda integralista no estado, o impresso serviu de pulverizador das ideias integralistas no interior da política estadual, tendo como foco as elites locais que recepcionavam as ideias do fascismo brasileiro a partir da constituição de redes de contato estabelecidas de diferentes formas. O jornal também foi utilizado para demonstrar as próprias visões dos intelectuais e políticos piauienses acerca da ideologia do sigma, reinterpretando-a e a adaptando para constituir um polo significativo nas disputas de poder local.

No panorama global dos anos iniciais da década de 1930, o fascismo começava a expandir-se aos territórios para além da Itália de Mussolini. Havia o surgimento de partidos e movimentos pró-fascistas desde o fim dos anos vinte, como a Legião do Arcanjo Miguel na Romênia e o exemplar Partido Nazista na Alemanha, contudo, foi após a virada da década que houve uma ampliação de movimentos que tinham no fascismo a base de suas propostas políticas e sociais. Na Espanha, em Portugal, no Reino Unido, na Bélgica, e em outros estados nacionais havia a gestação de movimentos que partiam do fascismo como sua inspiração mais direta. Durante esse período, e a partir de um empreendimento de popularização do fascismo italiano, que movimentos pró-fascistas foram organizados em terras latinas. Locais como Argentina, Chile e México são exemplos da disseminação de movimentos políticos fascistas na região. Todavia, foi com a Ação Integralista Brasileira que o fascismo conseguiu destaque no território latino. Sob a liderança de Plínio Salgado, o integralismo foi o maior movimento fascista fora da Europa (Doria, 2020).

A constituição do movimento almejava construir um partido que alcançasse todas as localidades do país, aumentando sua área de influência, para tornar-se um espectro que não significasse a mera contraposição política, mas a proposição de uma nova visão de mundo. Lutavam para erguer uma nova “civilização” assentada nos valores do moralismo católico, na luta anticomunista, na visão do republicanismo como uma malograda experiência de organização política, no corporativismo, autoritarismo e na violência fascista. Esse movimento de nuances conservadoras e tradicionalistas emergiu nos cenários regionais e locais como um recurso para elites políticas que, em alguns casos, viam na ideologia o desenho de sua própria visão da realidade a partir da manutenção da opressão das classes e dos valores morais que ele

postulava. Em outros casos, o integralismo foi uma forma de afirmar uma contraposição ao regime getulista e as suas reverberações dentro das localidades específicas. Em um cenário de mudanças na dinâmica política local, diversos setores das oligarquias tradicionais se sentiram alijados do processo de governança da tomada de decisões. Pendularam para o fascismo integralista como forma de defender seus próprios interesses pelo poder, em um contexto específico de avanço de setores de esquerda e do aumento da participação política de setores médios.

A sua chegada aos estados, municípios e regiões do interior do país demandou a organização política de adaptação dos princípios do movimento à cada realidade local. O apego aos fundamentos mais importantes da ideologia perdia espaço quando se confrontava com a necessidade de instituição de núcleo em determinada região. Essa ação não representou um afastamento entre os núcleos regionais e a matriz ideológica do integralismo. Ainda permaneciam nas organizações locais o objetivo da revolução integralista e da produção de uma sociedade vinculada ao corporativismo fascista e a valorização das tradições e do moralismo cristão. Contudo, representou uma atuação de intelectuais na constituição de uma propaganda não apenas palatável para o público local, mas que também engendrasse uma categorização do movimento como um farol onde os desejos e os desafios implantados pela política capitalista encontrariam seu fim, sem apelar para uma revolução comunista ou uma desagregação da sociedade de classes. A revolução vendida ao público pelos camisas-verdes trazia no interior de sua mensagem uma ruptura com a social-democracia em direção ao autoritarismo fascista como solução para “males”, conceitualmente colocados na conta do sistema democrático, ao mesmo tempo que pregava uma conformação dessas massas ao sistema de classes e a manutenção do domínio exercido pelas elites políticas.

No Piauí, a ideologia integralista adentrou com um forte discurso revolucionário, em meio a uma crise ensejada pela fragmentação da Aliança Liberal e a distribuição de poder após a Revolução de 1930. Esse contexto serviu de mobilização para um setor, que disputava a memória coletiva em torno do evento, interpretasse a Ação Integralista como o caminho viável de reestruturar sua participação dentro do sistema político. Michel Pollak (1992) explicava que toda memória, ainda que individual, é herdeira de um quadro mais amplo e coletivo. Nessa perspectiva a memória teria como atributos, entre outros, ser seletiva, construída e disputada. Por seu algo organizado intencionalmente a memória nacional, é sintetizada por uma construção política de um grupo, movimento ou qualquer unidade analítica que empreende a formatação da oficialidade do acontecimento. Por ser flutuante, a “história” do evento, no quadro memorial

coletivo, vai ser pensada por muitas “mãos”, que vão escolher os aspectos que atendam melhor aos seus próprios interesses.

No cenário político piauiense dos primeiros anos da década de trinta a reverberação da Revolução de 1930 levava os setores que participaram do evento a disputar a “memória política” acerca dele. A desordenação política ulterior ao movimento revolucionário ensejou um quadro no qual a Landri Sales, um político cearense e de fora da disposição política estadual, assumiu o governo estadual e emitiu uma série de medidas que atacavam diretamente as forças políticas tradicionais. Nesse quadro, surgiram críticas de diversos espectros aos resultados da revolução no estado, ao mesmo tempo que essas críticas eram acompanhadas de disputa dos setores participantes, mas que tinham sido afastados do poder, pelo verdadeiro “espírito revolucionário”. O que se desejava era estabelecer-se como o verdadeiro mobilizador da revolução que “retirou” as oligarquias do poder, movimento esse que, em tese, havia sido deturpado por forças escusas.

A chegada das primeiras caravanas integralistas para fomentarem a formatação do núcleo no estado, ganhou recepção no setor liderado pelo Des. Vaz da Costa que disputava pela memória em torno da liderança da revolução de 1930. Nesse grupo, o integralismo foi visto como uma alternativa para adentrar as disputas pelo poder, como um movimento que defendia uma ideia de “revolução” mantendo-se no campo conservador. Assim como outros fascismos, a Ação Integralista apresentava-se como uma defensora de uma “revolução conservadora”. Uma espécie de movimento que seria mobilizado para a conservação, não almejando avançar contra as estruturas de dominância do capital, ao contrário, reforçá-las em um período de crise política que poderia representar uma ruptura entre o domínio das classes e o levante das massas.

Os camisas verdes piauienses integram o integralismo a partir de seu viés revolucionário, mesclando-o à disputa pela memória da Revolução de 1930. Intencionava-se construir uma narrativa na qual o movimento de 1930 esbanjava uma busca real e espiritual contra as elites políticas e econômicas e por isso foi liderado e executado, no Piauí, essencialmente, por Vaz da Costa e seus companheiros — que posteriormente estiveram na formação do núcleo integralista no estado, todavia, após o levante ele teria sido deturpado por grupos que queriam restaurar as mesmas práticas. Os camisas verdes apontavam que o resultado mais imediato da conspurcação da ideia revolucionária da AL havia sido permitir que as forças de esquerda, entenda-se comunismo, expandissem para o interior do país e atraíssem os setores operários e classes médias. Nesse sentido, o comunismo e sua disseminação pelas unidades federativas era um produto direto da Revolução de 1930.

Assim, o integralismo era visto por eles como uma reação dos grupos nacionalistas e patrióticos que buscavam resistir a essas forças revolucionárias de esquerda, recuperando o ideal revolucionário conservador e tradicional perdido com a própria Revolução de 1930. O ímpeto revolucionário do integralismo foi trabalhado pelos camisas verdes piauienses como forma de encapamento político em uma sociedade que a “revolução” era discutida diariamente pelos grupos políticos locais. Esse aspecto serviu como uma forma de mobilização política de um movimento típico fascista no interior da sociedade piauiense. Como a ideia de “revolução” ainda estava viva naquela sociedade que disputava seus espólios, a chegada do movimento do sigma pregando uma “revolução da ordem” e interiorizando uma defesa de valores conservadores e religiosos auxiliava seus adeptos como recurso nas disputas eleitorais. Um exemplo desse caso foi a manifestação pública da adesão de Vaz da Costa ao movimento, que finalizou seu manifesto conclamando os políticos de seu partido a se filiarem à Ação Integralista do estado. Nesse quadro, o integralismo, ainda que com formação ideológica partidária, não substituiu a formação de uma legenda partidária tradicional por seus adeptos.

Enquanto definiam-se como “revolucionários”, almejando uma posição no campo político, era necessário que a sociedade compreendesse as propostas elencadas pelo movimento do sigma e suas bases intelectuais, para assim ensejar uma aderência popular ao movimento. Para efetivar esse feito o integralismo, em âmbito nacional, elencou em seu projeto uma função para o “intelectual”. Ao politizar a posição do intelectual, ele os coloca como líderes do processo revolucionário integralista. Em suas variantes regionais, encontrava-se presente um discurso que mobilizava a intelectualidade local como a responsável por organizar em tal localidade os primeiros movimentos da Ação Integralista.

No Piauí, esse discurso atuava em duas frentes, de um lado concebia o integralismo como um movimento “intelectualizado”, e do outro arregimentavam os ditos “intelectuais” a adentrarem ao movimento. Os camisas verdes locais instituíram uma propaganda que apresentava o integralismo não apenas como um movimento revolucionário, mas que carregava em si os homens mais capazes intelectualmente na missão de erigir uma civilização nova e melhor que a vigente. O discurso orbitava na construção imagética do integralismo não apenas como um movimento para tomar as ruas, construir a revolução e supostamente sacrificar-se por sua pátria, a pretensa luta dos integralistas piauienses também ocorria no âmbito da intelectualidade, no movimento das ideias, por uma visão intelectualizada de um mundo marcado pelo analfabetismo.

De outra maneira, esse discurso era operacionalizado na arregimentação de militantes para o integralismo. Com a tese na qual os “intelectuais” estavam na vanguarda da revolução

integralista e que o movimento reunia essa categoria, os integralistas piauienses trabalhavam a propaganda de arregimentação de militantes nesses termos. Conclamando a adesão dos “intelectuais” do Piauí, aqueles que se destacavam por suas ideias, e sua virtude para a condução da nação em direção ao novo. O integralismo era o “pensamento novo”. Esse tipo de discurso ganhava destaque naquele contexto piauiense, pois confluía com a formatação de um “círculo intelectual” no estado. Naquele período retornavam para o estado uma elite econômica formada nas cadeiras das faculdades de outros estados que intencionavam introduzir-se nas disputas políticas do estado. O desejo de modernização das cidades, a chegada de diversos instrumentos tecnológicos, a expansão do número de jornais, a abertura da faculdade de direito em Teresina, o aumento da oferta educacional em diversas cidades, exemplifica a atuação de políticos e intelectuais na construção de um Piauí marcado pela politização do ser “intelectual”.

A posição dos intelectuais locais se confundia com a própria composição das elites políticas tradicionais do Piauí. Por ser uma sociedade onde o acesso à educação era deficitário e nichado, o Piauí apresentava um número expressivo de analfabetismo, o que restringia o letramento aos quadros economicamente superiores da sociedade. Assim, os ditos “intelectuais”, os “homens das letras” e das “ideias”, convocados pelos camisas verdes piauienses, eram participantes das próprias famílias politicamente tradicionais da sociedade. Embora a composição do núcleo, ao menos no que tange aos nomes encontrados até agora, fosse mais complexificada que as composições familiares poderosas. Os próprios dados oficiais, apresentados no terceiro capítulo, que dizem o número dois mil e quinhentos filiados, quase cinco por cento da população da capital, representa uma aderência, de certa forma, significativa da população ao movimento.

O que podemos inferir é que o *A Liberdade* atuava com um forte discurso legitimador de intelectualidade frente às elites políticas. Focando-se, principalmente, em estabelecer um contato entre o núcleo integralista do Piauí e as elites intelectuais/políticas da sociedade. Tentando abrir um espaço para participarem mais ativamente da dinâmica política eleitoral do estado. Dessa forma, criava-se um discurso de arregimentação dos “intelectuais” para conduzirem o movimento revolucionário integralista, apelando para uma ideia de “intelectualidade” que ganhava relevo naquele contexto político do Piauí, enquanto intencionavam compor os seus quadros com membros das elites políticas tradicionais do estado.

Enquanto mantinham esse discurso pautado no aspecto revolucionário e intelectualizado da Ação Integralista, construíam uma visão marcada pela religiosidade católica. Ainda que outras religiões se fizessem presentes no movimento integralista, “o catolicismo foi o principal braço religioso dos integralistas” (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020, p. 20). Desde o início do

século XX a Ação Católica pautava uma atuação política mais enérgica do laicato católico para a produção de movimentos que defendessem a cristandade como fundamento da sociedade. Nesse contexto, diversas formas nacionais de fascismo estiveram em contato e ecoaram os interesses políticos da Igreja Católica. O integralismo foi um movimento que atraiu diversos indivíduos ligados às instituições e centros da Ação Católica no país. Os próprios líderes do movimento católico no Brasil indicavam a participação de católicos e militantes dos movimentos políticos religiosos na adesão às fileiras da Ação Integralista.

No Piauí, o movimento integralista tornou-se com um discurso fortemente marcado pela luta da valorização da moralidade cristã como fundamento da organização social. Intencionava expor a necessidade de formação do movimento do sigma no estado, a partir de uma avaliação da sociedade pautada pelos interesses, tanto da Igreja, como da elite política integralista. Essa análise demarcava uma ideia de aprofundamento da crise brasileira por causa do abandono da religiosidade oficial por parte do republicanismo. Em outras palavras, os camisas verdes piauienses defendiam que a República teria afastado a sociedade da Igreja e isso havia sido o centro motivador da crise política e econômica aprofundada conspurcação da Revolução de 1930. Em sua retórica era preciso reconstruir a nacionalidade católica por um movimento político que defendesse as verdadeiras “intenções” do povo brasileiro.

Dessa forma, a imagem construída acerca do integralismo — não apenas sua ação, mas sua substância ideológica — era uma “obra” de Deus entregue ao país para retornasse ao caminho da moralização cristã. Descrito nesses termos se apostava em uma recepção positiva por parte da sociedade piauiense acerca do movimento, uma vez que a sociedade do Piauí era massivamente católica. A produção de um discurso que se baseava em termos da religiosidade e coadunava com o panorama global de movimentos políticos vinculados à Ação Católica poderia mobilizar uma aderência da população mais ampla aos predicados do integralismo no Estado.

Diante do exposto podemos apontar que esses três atributos estiveram presentes na produção de um discurso político que resultasse na justificação da organização de um partido do tipo fascista no Piauí. Discriminar todos os fatores e motivações que levam ou levaram a organização de um partido político, principalmente no que tange a um partido de bases ideológicas tão violentas quanto os fascistas, é uma tarefa hercúlea, mas também de difícil empreendimento no interior da produção histórica científica baseada na análise precisa de fontes históricas. A dualidade entre o “fascismo movimento” e “fascismo partido”, entre o caráter da imagem pública de arregimentação de militantes e da ação político-partidária dentro da dinâmica de poder local, nos leva a compreender, entre outras coisas, as modulações que o

contexto político do Piauí emprega no fenômeno fascista para que este se torne um elemento coerente daquele cenário político. Robert Paxton (2023) já chamava atenção para o fato de que o modelo fascista não era um produto de importação, mas uma condução fluída de sentimentos políticos no microcosmo da experiência histórica, social e política de sociedades nacionais e regionais. Por não terem uma transição rígida de um espaço para o outro, como também por não empreenderem um projeto político de governança, mas uma filosofia da ação política da violência, o fascismo imiscui-se nos debates políticos locais mobilizando os sentimentos de crise e degradação, além das pautas de formação social, para instituir um partido local.

Como componente da paisagem global de expansão do fascismo, a Ação Integralista Brasileira pulveriza seus núcleos nas localidades nacionais, modelando um discurso político que construísse a justificção de sua produção como farol para aqueles que desejavam disputar o poder (fascismo movimento). Em concomitância esse discurso permitiria a negociação política com os tradicionais setores oligárquicos e a participação no jogo oligárquico local. O contexto político (social e psicológico) que precedeu a chegada do integralismo no Piauí era a disputa pelo projeto da Revolução de 1930, em um cenário posterior à crise política motivada pela ruptura da AL com o golpe de Vaz da Costa em 1931. Também marcava esse quadro a formação de uma elite intelectual desejosa de atuar dentro da dinâmica política de poder. Ambos os aspectos foram mobilizados pelo integralismo piauiense para atender as demandas das elites políticas locais, ao mesmo tempo que destacava o conservadorismo político e social do movimento para a população social, criando uma identificação pautada na religiosidade popular.

A recente amplitude eleitoral de partidos de extrema-direita e o reforço que movimentos abertamente fascistas têm sentido nas últimas décadas reacende a preocupação com a saúde da democracia mundo afora e as necessidades de defesa da democracia e combate a movimentos autoritários. Conhecer a expansão histórica desses grupos e as formas de modulações que efetivaram para as eclosões locais nos levam a conceber um panorama no qual o desafio de enfrentamento não se resume aos governos mundiais ou nacionais, mas numa construção de luta local contra uma ideologia que entende a violência, o racismo e o genocídio, como fundamentos da vida humana.

REFERÊNCIAS

Fontes

Jornais

A 1ª ETAPA DO GOVERNADOR CONSTITUCIONAL. *In. Aljava*, nº 5, ano I, Parnaíba, 31 de maio de 1936.

ACÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA: Província de Minas Gerais. *In. A Razão*, nº 1, ano 1, Pouso Alegre, 13 de mar. de 1936, p. 2. Disponível em: A Razão (MG) - 1936 a 1937 - DocReader Web (bn.gov.br). Acesso em 13 de out. de 2024.

ALBUQUERQUE, C. Conceitos à margem.... *In. A Liberdade*, ano VII, nº 189, Teresina, 23 de maio de 1934a, p. 1.

_____. Signal de Combate. *In. A Liberdade*, ano VII, nº 190, Teresina, 31 de maio de 1934b, p. 1.

A OFFENSIVA. *In. A Liberdade*, ano VII, nº 191, Teresina, 6 de junho de 1934. p. 3

BRANDÃO, J. S. A realidade brasileira. *In. A Liberdade*, nº 201, ano VII, Teresina, 16 de agosto de 1934b, p. 1-2.

COMO FOI FEITA A REVOLUÇÃO NO PIAUHY. *In. A Razão*, nº 522, ano 2, Fortaleza, 31 de jan. de 1931, p. 6. Disponível em: A Razão : Independente, Político e Noticioso (CE) - 1929 a 1938 - DocReader Web (bn.gov.br). Acesso em 13 de out. de 2024.

COSTA, J. V. À beira do abysmo. *In. A Liberdade*, nº 144, ano V, Teresina, 19 de junho de 1932c, p. 1.

COSTA, J. V. Como é a história (parte I). *In. A Liberdade*, nº 190, ano VII, Teresina, 31 de maio de 1934b, p. 1/4.

COSTA, J. V. Como é a história (parte II). *In. A Liberdade*, nº 191, ano VII, Teresina, 6 de junho de 1934c, p. 1/4.

COSTA, J. V. Como é a história (parte III). *In. A Liberdade*, nº 194, ano VII, Teresina, 30 de junho de 1934d, p. 1/4.

_____. Manyfesto aos Piauhysenses. *In. A Liberdade*, nº 195, ano VII, Teresina, 7 de julho de 1934e, p. 1/4.

COSTA, J. V. Meu castello feudal. *In. A Liberdade*, nº 141, ano V, Teresina, 8 de junho de 1932b, p. 1.

COSTA, J. V. O Rei Fantasma. *In. A Liberdade*, nº 189, ano VII, Teresina, 23 de maio de 1934a, p. 1/4

COSTA, J. V. Os meus serviços. *In. A Liberdade*, nº 116, ano IV, Teresina, 17 de janeiro de 1932a, p. 4.

DESENVOLVIMENTO DO INTEGRALISMO EM 5 ANOS. *In. A Razão*, nº 78, ano II, Pouso Alegre, 21 de outubro de 1937, 1937, p. 3. Disponível em: A Razão (MG) - 1936 a 1937 - DocReader Web. Acesso em: 16 de nov. 2024.

DR. PAULO ELEUTHERIO. *In. A Liberdade*, ano VII, nº 191, Teresina, 6 de junho de 1934, p. 1.

DE SUA EXCURSÃO. *In. A Liberdade*,

GUERRA, O.; LIMA FILHO, A.; COSTA, A. de O.; ROMA, J.; LINS, A.; DIAS, J. C.; A Ação Integralista Brasileira: manifesto do núcleo da Faculdade de Direito de Recife. *In: Diário de Pernambuco*, nº 260, ano 107, Recife, 1932, p. 3.

GUSTAVO BARROSO. *In. O Combate*, ano IX, nº 2433, Maranhão, 28 de dezembro de 1933, p. 4. Disponível em: O Combate (MA) - 1925 a 1965 - DocReader Web (bn.gov.br). Acesso em: 15 de out. de 2024.

INTEGRALISMO NAS PROVÍNCIAS. *In. A Offensiva*, ano I, nº 1, Rio de Janeiro, 17 de maio de 1934. p. 7

MARTINS, H. Palavras de fé. *In. A Liberdade*, ano VII, nº 194, Teresina, 30 de junho de 1934.

NA MESMA SENDA. *In. A Imprensa*, nº 1, ano II, Teresina, 19 de março de 1933, p. 2. Disponível em: A Imprensa (PI) - 1925 a 1933 - DocReader Web (bn.gov.br). Acesso em 16 de out. de 2024.

NA SEARA DAS IDEIAS. *In. A Liberdade*, ano VII, nº 192, Teresina, 15 de junho de 1934, p. 1 e 4.

OS CATHOLICOS E O VOTO. *In. A Liberdade*, ano VII, nº 202, Teresina, 23 de agosto de 1934.

O CEARÁ RECEBE VIBRANTEMENTE A BANDEIRA INTEGRALISTA CHEFIADA POR GUSTAVO BARROSO. *In. O Legionario*: semanario nacional-sindicalista, ano I, nº 43, 23 de dezembro de 1933, p. 1. Disponível em: Legionario : Semanario Nacional Syndicalista (CE) - 1933 a 1934 - DocReader Web (bn.gov.br). Acesso em: 15 de out. de 2024.

O JORNAL (sem título), Sobral, 8 de dezembro de 1933, p. 1. Disponível em: O Jornal (CE) - 1932 a 1935 - DocReader Web (bn.gov.br). Acesso em: 15 de out. de 2024.

PALAVRAS DE FÉ. *In. A Liberdade*, ano VII, nº 194, Teresina, 30 de junho de 1934, p. 3.

PROVÍNCIAS INTEGRALISTAS. *In. Monitor Integralista*, ano II, nº 5, segunda quinzena de fevereiro de 1934.

SALGADO, P. Revolução Integralista. *In. A Liberdade*, ano VII, nº 197, Teresina, 21 de julho de 1934a. p. 1.

SALGADO, P. Mocidade Eterna. *In. A Liberdade*, ano VII, nº 202, Teresina, 23 de agosto de 1934b. p. 1

SÉ, C. F. S. Sertanejos anauê! *In. A Liberdade*, nº 191, ano VII, Teresina, 6 de junho de 1934, p. 3.

TOQUE DE CLARIM. *In. A Razão*, nº 543, ano 2, Fortaleza, 31 de jan. 1931, p. 1. Disponível em: A Razão : Independente, Político e Noticioso (CE) - 1929 a 1938 - DocReader Web (bn.gov.br). Acesso em 13 de out. de 2024.

revistas

BRANDÃO, J. S. O integralismo. *In. Revista Gléba*, ano I, nº 09, jan. 1934a. p. 11 e 16. Disponível em: Arquivo Público do Estado do Piauí.

REVISTA ANAUÊ. Rio de Janeiro: 1935, ano I, nº 2. Disponível na: Biblioteca Digital do Movimento Integralista-Linearista Brasileiro.

PANORAMA: coletânea mensal do pensamento novo. São Paulo: 1936, ano I, nº I. Disponível no: Arquivo Público Histórico de Rio Claro.

livros integralistas

BARROSO, G. **Integralismo de Norte a Sul**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

Enciclopédia do Integralismo X: a orgânica da ação integralista brasileira. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, s/d.

SALGADO, P. **O integralismo perante a nação**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1950.

_____. **Psicologia da Revolução**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1953.

_____. **O que é o Integralismo?** Editora das Américas, 1956.

Bibliografia

ADORNO, T. A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. *In. Blog da Boitempo*, 2018. Disponível em: [Adorno: A psicanálise da adesão ao fascismo – Blog da Boitempo](#). Acesso em: 15/03/2025

ALBUQUERQUE, T.; REGO, A. R. Representação da Mulher no jornalismo piauiense no século XX. **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, XXXIX, São Paulo, 2016. Disponível em: portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-0486-1.pdf. Acesso em: 02 de dez. de 2024.

ARAÚJO, P. A. G. Antifascismo acefálico: a conceituação psicológica do fascismo por Georges Bataille. **Revista Opinião Filosófica**, vol. 2, p. 1-26, 2021. Disponível em: [Vista do Antifascismo acefálico](#). Acesso em: 24 de abril de 2025.

ARDUINI, G. R. **Os Soldados de roma contra Moscou**: a atuação do centro Dom Vital no cenário político e cultural brasileiro (Rio de Janeiro, 1922-1948). Tese (Doutorado em Sociologia) pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2014.

BATAILLE, G. A estrutura psicológica do fascismo. **Remate de Males**, Campinas, vol. 41, nº 1, p. 238-267, 2021. Disponível em: [A estrutura psicológica do fascismo | Remate de Males](#). Acesso em: 24 de abril de 2025.

BATISTA, J. C. **Políticas de igualdade racial nos Estados Unidos e no Brasil: constituição, diferenças e similaridades**. 322f. Tese (Doutorado em Ciência Política) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2016.

BERNARDO, J. **Labirintos do fascismo**: a teia dos fascismos. São Paulo: Hedra, 2022.

BERSTEIN, S. Os partidos. In. RÉMOND, R. (org). **Por uma história política**. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BERTONHA, J. F. Entre Mussolini e Plínio: o fascismo italiano, o integralismo e o problema dos descendentes italianos no Brasil. In.: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 21, nº 40, p. 85-105, 2001. Disponível em: [n40.PDF \(scielo.br\)](#). Acesso em: 10 de setembro de 2024.

BRANCO, P. V. C.; BARBOSA, E. C. Homens de Deus: sacerdócio católico e masculinidades no Piauí no século XIX. In. **Revista Outros Tempos**, vol. 17, n. 29, 2020, p. 240-259. Disponível em: [Vista do HOMENS DE DEUS: sacerdócio católico e masculinidades no Piauí no século XIX](#). Acesso em: 28 de abril de 2025.

BRANDALISE, C. **A Itália sob os fascismos e a latinidade das América**. Jundiaí: Paco editorial, 2020.

BUADES, J. M. **A Guerra civil espanhola: o palco que serviu de ensaio para a Segunda Guerra**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CALDEIRA, J. R. C. **Integralismo e política regional**: a ação integralista no Maranhão. São Paulo, Annablume, 1999.

CAMARGOS, M. **Semana de 22: entre vaías e aplausos**. São Paulo: Boitempo, 2022.

CARVALHO, J. M. de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, v. 40, p. 229-250, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>. Acesso em: 01 de out. de 2024.

CAVALCANTE JÚNIOR, I. G. **A interventoria Landri Sales: a consolidação da Revolução de 30 no Piauí**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) pela Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2004.

CAZETTA, F. A. **Fascismo(?)s: análises do integralismo lusitano e da ação integralista brasileira (1914-1937)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

CIARLINI, D. C. B. **Imprensa e literatura piauiense na República Velha: gênese de um campo e circuitos literários**. 2019. 336 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Letras, Porto Alegre, 2021.

COUNE, R. **El Ku Klux Klan: Estados Unidos bajo el yugo de la supremacía blanca**. Epublibre, 2020. (*ebook kindle*).

DAMASCENO, I. B. A. **Antônio Coelho Rodrigues na transição da Monarquia para a República: movimentações políticas e jurídicas de sujeito histórico contraditório**. 177 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) pela Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022.

DEVÉS-VALDÉS, E. **Redes intelectuales en la América Latina: hacia de la constitución de una comunidad intelectual**. Santiago do Chile: Colección Idea! 2007.

DOMINGOS NETO, M. O que os netos dos vaqueiros me contaram: o domínio oligárquico no Vale do Parnaíba. São Paulo: Annablume, 2010

DORIA, P. **Fascismo à brasileira: como o integralismo, maior movimento de extrema-direita do país, se formou e o que ele ilumina sobre o bolsonarismo**. São Paulo, Planeta, 2020

D'ORSI, A. O fascismo, os intelectuais e a política cultural. In. **Museu de Arte Contemporânea da USP**, P. 1-15, 2013. Disponível em: [MODERNIDADE LATINA: Os Italianos e os Centros do Modernismo Latino-americano](#). Acesso em: 29 de nov. de 2024.

FAUSTO, B. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERREIRA, L. M. R. **Integralismo na Bahia: gênero, educação e assistência social em O Imparcial (1933-1937)**. Salvador: EDUFBA, 2014.

FERREIRA, H. M. A. **As plinianas de Pernambuco: o cotidiano das mulheres na Ação Integralista de Brasileira (1932-1938)**. 169p. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife, 2016.

FERREIRA, M. de M.; PINTO, S. C. S. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In. FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **Brasil Republicano: o tempo do liberalismo**

oligárquico, da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 314-328.

FIORUCCI, R. O “periodismo verde” na expansão da Ação Integralista Brasileira (anos 1930): uma revisão. **História em Revista**, Goiânia, v. 24, n. 02, p. 140-156, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/35646>, acesso em: 17 abr. de 2024.

GRAMSCI, A. A formação dos intelectuais. In. GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GONÇALVES, L. P; CALDEIRA NETO, O. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

GONÇALVES, L. P. **Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Estado do Piauí: censo demográfico e econômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1956. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v13_pi.pdf. Acesso em: 06 de junho de 2025.

JOHNSON, P. **Os intelectuais**. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

LEITE, J. F. C. **Entre a suástica e o sigma: o nazismo e o integralismo em Pernambuco (1938-1945)**. Dissertação (Mestrado em História) pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife, 2017.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Piauí**. Companhia das Letras: 2012.

LIFSCHITZ, J. A. Os agenciamentos da memória política na América Latina. In. **Revista Brasileira de Ciências**, vol. 29, nº 85, p. 145-225, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092014000200010/>. Acesso em 26 de maio de 2025.

LOSURDO, D. As raízes norte-americanas do nazismo. In. **Nova Cultura**, nov. de 2004. Disponível em: [Losurdo: "As raízes norte-americanas do nazismo" \(novacultura.info\)](http://losurdo.org/As-raizes-norte-americanas-do-nazismo/). Acesso em 25 de julho de 2024.

MATOS, M. I. S. de; GONÇALVES, L. P. “Meu primeiro manifesto político foi um romance”: reflexões sobre a obra *O Estrangeiro* de Plínio Salgado. In.: **Brasiliiana - Journal for Brazilian Studies**, vol. 3, nº 1, p. 472-511, jul/2014. Disponível em: [artigo_007 - Leandro Pereira Gonçalves.pdf](http://artigo_007_-_Leandro_Pereira_Goncalves.pdf) (pucrs.br). Acesso em: 10 de setembro de 2024.

MELO, A. M. V. V. de. **Compartilhando ideias e tecendo poder: a atuação dos intelectuais piauienses na Era Vargas (1930-1945)**. 2021. 419 f. Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, 2021.

MUELLER, H. I. Os ativos intelectuais católicos do Brasil de 1930. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 35, nº 39, p. 259-278, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472015v35n69012>. Acesso em 17 de dezembro de 2024.

NASCIMENTO, F. A. **A Revolução de 30 no Piauí**. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

NASCIMENTO, F. A. do. A Aliança Nacional Libertadora no Piauí. **Cadernos de Teresina**. Teresina, nº6. P.17-21, dez.1988.

OLIVEIRA, R. dos S. **Imprensa Integralista, Imprensa Militante (1932-1937)**. Tese (Doutorado em História) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009, Porto Alegre.

PACE, V. A saudação romana e o sinal da cruz: o compromisso histórico entre o fascismo e a Igreja Católica na Itália. In. MOREIRA, A. S. **Religião e fascismo: desenvolvimentos recentes**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025. (p. 13-27).

PAXTON, R. **A anatomia do fascismo**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023. (*Ebook Kindle*)

PINTO, A. C. **A América Latina na era do fascismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021. (*ebook kindle*)

PIO XI, PP. **Carta Encíclica Quadragesimo Anno**: Sobre a restauração e o aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a lei divina. 15 de maio de 1931. Disponível em: [Quadragesimo Anno: 40º aniversário da Rerum novarum \(15 de maio de 1931\) | PIO XI](#). Acesso em: 25 de abril de 2025.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. In. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 05 de junho de 2025.

POLLAK, M. Memória e identidade social. In. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992. p. 200-215. Disponível em: [Vista do Memória e identidade social.](#). Acesso em: 03 de julho de 2025.

RAMOS, A. P. **Intelectuais e carisma: a Ação Integralista Brasileira na década de 1930**. 330f. Tese (Doutorado em Sociologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2013.

RÉGIS, J. R. **Integralismo e Coronelismo: interfaces da dinâmica política no interior do Ceará**. 338p. Tese (Doutorado em História Social) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2008.

RINALDI, D. L. O Conceito de angústia em Lacan. Disponível em: **Intersecção Psicanalítica do Brasil**, 2010. Disponível em: [Doris Rinaldi A angustia em Lacan.doc \(live.com\)](#). Acesso em: 17 de agosto de 2024.

SAFATLE, V. Deixar vazio o lugar da autoridade. In.: SAFATLE, V. **Maneiras de transformar o mundo: Lacan, política e emancipação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (p. 25-42)

SILVA, B. M.; BRANCO, P. V. C. Ultramontanismo pelas páginas d'*O Apóstolo*: Atuação católica no Piauí do nascente século XX (1907-1912). In. **Revista Galo**, Parnamirim, ano 1, nº 2, p. 137-150, 2020. Disponível em: revistagalo.com.br/edições/edição-002/11-ultramontanismo-pelas-páginas-do-apóstolo/galo-ed2-137-150.pdf. Acesso em: 28 de abril de 2025.

SILVA, G. B. O integralismo em Pernambuco na década de 30. In.: **Revista Histórica de Pesquisa Clio**, vol. 18, nº 01, p. 93-108, jan/dez, 1998. Disponível em: [Vista do O INTEGRALISMO EM PERNAMBUCO NA DÉCADA DE 30. \(ufpe.br\)](http://Vista.do.O.INTEGRALISMO.EM.PERNAMBUCO.NA.DÉCADA.DE.30.(ufpe.br)). Acesso em: 19 de setembro de 2024.

SKINNER, Q. Quentin Skinner. Entrevista. In. PALLARES-BURKE, M. L. G. **As muitas faces da História**. São Paulo: Editora Unesp digital, 2017.

_____. **Visões da política**: sobre os métodos históricos. Alges: Difel, 2005.

SOUSA, R. E. P. de M.; SANTOS, J. M. P. dos. “VELHOS CAMARADAS”: contribuição inicial à história do Partido Comunista Brasileiro no Piauí (1932- 1964). In. **Anais do XII Encontro Nacional de História Oral**, Teresina, 2014. Disponível em: [XII Encontro Nacional de História Oral - Anais eletrônicos](http://XII.Encontro.Nacional.de.História.Oral.-Anais.eletrônicos). Acesso em: 05 de nov. 2024.

SOUZA, R. E. P. de. **A cultura política integralista em cena na Paraíba (1933-1938)**. 176p. Dissertação (Mestrado em História) pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, 2015.

TRAVERSO, E. **Onde foram parar os intelectuais?** Belo Horizonte: Âyiné, 2013. (*ebook kindle*)

TRINDADE, H. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930**. São Paulo: Difel, 1979.

VELLOSO, J. P. R. Tempos do Piauí: cinema e livros. In. D'ARAUJO, M. C.; CASTRO, C. **Tempos modernos: João Paulo dos Reis Velloso, memórias do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

INTEGRALISMO NO NORDESTE: PEQUENO QUADRO HISTORIOGRÁFICO

ESTADOS	AUTORES	Título	VESTÍGIOS HISTÓRICOS TRABALHADOS	APOSTAMENTOS
ALAGOAS	Gustavo Bruno Costa Neto	A Ação Integralista em Termos Alagoanos (1930-1937) – Dissertação apresentada à UFAL (2014)	Jornais e Documentos oficiais como Atas de Reuniões, listas de cobrantes e balancamento de despesas	Entende a fundação do movimento integralista no estado a partir de um intenso discurso católico. Para ele o ponto chave da expansão do grupo é o <i>anticomunismo</i>
	Luís Sávio de Almeida	Notas para História do Integralismo em Alagoas – artigo na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (1989)	Criado por Bertoulla (2010), mas não encontrado online para análise	_____
BAHIA	Laís Mônica Reis Ferreira	O Integralismo na Bahia: gênero, educação e assistência social – Livro (2009)	Jornais locais e municipais	Demonstra que o jornal <i>O Imparcial</i> foi o responsável pela propagação da filosofia integralista no estado e o integralismo focava em angariar as elites letradas locais. Também analisa que a forma assistencialista que o partido funcionava e com um discurso voltado para mulheres. Foi um núcleo que contou com a participação feminina ampla.
	Cristiano Cruz Alves	O integralismo na imprensa da Bahia: o caso do <i>O Imparcial</i> – artigo para a Revista de História Regional (2006)	Jornais locais	Demonstra que a mídia local recepcionou as ideias integralistas e que no caso específico do <i>O Imparcial</i> foi o avanço dos sindicatos operários que ensinaram a mudança de tom para um partido fascista.
CEARÁ	Samuel Pereira de Sousa	Tessituras da memória: os relatos orais e ressignificação do cotidiano integralista na cidade de Barbulha-CE – artigo para a revista História (2010)	Depoimentos	Compreende que o integralismo influenciou na construção de um anticomunismo nas páginas dos principais jornais da sociedade baiana da década de 1930
		Integralismo e coronelismo: interfaces da dinâmica política no interior do Ceará (1932 - 1937) – Tese apresentada pela UFPA (2008)	Documentos oficiais, como relatórios, lista filiados, entre outros. Documentos da Polícia Política do governo Vargas, Jornais, Cartas e Telegramas entre os membros.	A partir da análise de narrativas do cotidiano de Barbulha, cidade cearense, o autor demonstra que os integralistas rotineiramente faziam campanhas em muitos espaços, então uma visão no método já oportunizava uma campanha política sobre o integralismo.
		“Galinhas verdes”: memórias e história da Ação Integralista Brasileira em Limoeiro-CE (1934-1937) – Dissertação apresentada à UFC (2002)	Entrevista com ex-integralistas	Faz uma aproximação entre a prática coronelista do interior cearense e o sucesso do integralismo como movimento político. Apresentando que a adoção da filosofia se deu menos por uma filiação ideológica e sim como uma forma de ocupar um discurso católico de manutenção da autoridade que fosse apreendido pelas massas e perpetuasse o poder nas mãos desses oligarcas.
MARANHÃO	João Ricardo de Castro Carreira	Legião Cearense do Trabalho: política e imaginário no integralismo cearense (1931-1937) – Dissertação (Sociologia) apresentada à UFC (1992)	Criada por Bertoulla (2010), mas não encontrada online para análise	
		Raimundo Barros Cardozo Junior	Criada por Bertoulla (2010), mas não encontrada online para análise	
		Os camisas verdes no poder: a igreja e o integralismo no Ceará – Dissertação (Sociologia) apresentada à UFC (1984)	Criada por Bertoulla (2010), mas não encontrada online para análise	
MARANHÃO	João Ricardo de Castro Carreira	Integralismo e Política Regional: A Ação Integralista Brasileira no Maranhão (1931-1937) – Livro (1999)	Jornais e documentos oficiais como relatórios, lista de filiados, entre outros.	Para o autor a Ação Integralista no estado foi mobilizada por um anticomunismo que deu respaldo e garantia social para o movimento ganhando muitos filhos
		Ação Feminina Integralista no Estado do Maranhão – Capítulo de Livro (2004)	Criada por Bertoulla (2010), mas não encontrada online para análise	

INTEGRALISMO NO NORDESTE: PEQUENO QUADRO HISTORIOGRÁFICO				
ESTADOS	Autores	Título	Visitas históricas trabalhadas	Apostamentos
PARAIBA	Renan Elias Pires de Sousa	A cultura política integralista em crise no Paraíba (1933-1937) – Dissertação apresentada à UFCCJ (2015)	Jornais	O autor defende que o integralismo produziu uma <i>cultura política</i> própria e que expandiu essa cultura em termos parciais sob a égide do mito heróico de João Pessoa.
	Ilana Kerman Cordero de Carvalho	Anuário Integralismo Paranaense (1911-1938) – TCC apresentado à UFCCJ.	Cidade por Bertoldo (2010), mas não encontrando online para análise	
	Fábio Lima Alencar	Uma cidade permeável: o integralismo em Rioqueim-PE – Dissertação apresentada à UFPE (2002)	Entrevistas, jornais locais e documentos oficiais	Realiza uma comparação entre as convergências e divergências do integralismo lusitano e do pernambuco.
	Carlos André Silva de Moura	O político e o religioso: uma análise de uma relação do integralismo entre Portugal e Pernambuco – Anais do V Encontro Nordestino de História	Jornais	Demonstra que vários intelectuais católicos de Pernambuco mantiveram relações de simpatia com o integralismo no Estado enquanto defendiam uma nova cristianização brasileira.
PERNAMBUCO		A relação dos intelectuais católicos pernambucanos com o processo de cristianização no início do século XX – artigo para a Revista de Ciências Humanas	Jornais	Para o início o modo do comunismo e uma revolução vinda da esquerda foi anulado e aguçado pelos integralistas da cidade como forma de marginalizar seus militantes.
	Marco Moraes	Condições e comunismo em nome de Deus, da pátria e da família: o caso dos militantes integralistas na cidade de Garanhuns - PE (1935-1937) – artigo para a revista História, debates e tendências	Jornais	O autor demonstra como o discurso e o sentimento católico e poderam ser utilizados para a propaganda integralista na cidade e sua importância para a adesão de militantes.
		A importância do sentimento religioso para a integração do integralismo em Pernambuco nos anos 1930: o caso do município de Garanhuns – artigo para a Revista Parahybina	Jornais	Em sua dissertação a autora elenca as aproximações entre os partidos integralistas e naltistas no contexto de perseguição por parte das forças varguistas. Também demonstra que o discurso de “espionagem soviética” foi impulsionado pelos defensores governistas na mídia como uma forma de produzir uma perseguição popular a esses membros e grupos.
	Milena Ferreira Campos Leite	Entre a sociedade e o signo: o nazismo e o integralismo em Pernambuco (1938-1945) – Dissertação apresentada à UFPE (2017)	Análise de Jornais e documentos da Polícia Política e DOPS	Demonstra o funcionamento, órgãos e estruturas, militâncias e chefes do núcleo integralista de Pernambuco.
PIAUÍ	Cecília Basto da Silva	O Integralismo em Pernambuco na década de 30 – artigo para a Revista Clio (1998)	Documentos oficiais produzidos pelo núcleo	
	Carlianda Moura do Vale	Silva, Caetilda Brito. “A Ação Integralista Brasileira em Pernambuco, 1937-1938 – Dissertação apresentada à UFPE (1998)	Jornais	A autora demonstra que houve um núcleo integralista no estado e que utilizava o jornal <i>A Liberdade</i> como forma de propaganda.
	Thiago Silva de Sousa	Sertanejos Anuário: a construção da Ação Integralista Brasileira no Piauí – TCC apresentado à UFPI (2009)	Jornais	O autor demonstra que a formação do integralismo no estado ocorreu após a expulsão de uma Cerveja Integralista liderada por Gustavo Barroso. Também demonstra que o quadro de pessoas que compunham o núcleo integralista permaneceu em formação por incentivos de classes médias locais.

INTEGRALISMO NO NORDESTE: PEQUENO QUADRO HISTORIOGRÁFICO					
ESTADOS	AUTORES	TÍTULO	VESTÍCIOS HISTÓRICOS TRABALHADOS	APONTAMENTOS	
RIO GRANDE DO NORTE	Isabel Tebryça Ramos	As cores do integralismo no Rio Grande do Norte – TCC apresentado à PUC-RJ (2004)	Jornais	Trabalha a relação de Luís Cezimbra Casarito com o integralismo português e como ele utiliza um discurso conservador e autoritário	
	Euclides Coelho de Araújo Junior	O Integralismo no Rio Grande do Norte de 1933 a 1937 – TCC apresentado à UFRN (2003)	Criado por Bertoula (2010), mas não encontrado online para análise		
	Luiz Gonzaga Cortez	Pequena História do Integralismo no Rio Grande do Norte. Livro (1986)	Criado por Bertoula (2010), mas não encontrado online para análise		
SERGIPE	José Rafael Portegás de Jesus	Análise dos discursos manuscritos da Ação Integralista em Sergipe na década de 1930 – TCC apresentado à UFSE (2023)	Discursos	Realiza uma análise dos discursos sobre o integralismo produzidos pelo núcleo estadual	
	Adeimar da Costa Santos	O Integralismo em Sergipe: as propostas e a propagação do ideário (1933-1938) – Dissertação (Educação) apresentada à UFSE. (2003)	Criado por Bertoula (2010), mas não encontrado online para análise		

ANEXO II - Roteiro de viagens Plínio Salgado

	10
JULHO	28. Crato, Juazeiro.
	29. De avião a Fortaleza. Os verdes mares. Iracema. Alencar. Passeios pela cidade.
	30. Ainda em Fortaleza.
	31. De avião a Natal.
Dezembro	1. De avião de Natal a Teresina.
	2. De avião de Teresina a Farnalva. No mesmo dia, de avião a S. Luís do Maranhão.
	3. Passeios e desfralde em S. Luís. Um pouco de História: os franceses, os holandeses, o padre Vieira. E de literaturas: Gonçalves Dias, Coelho Neto, os irmãos Álvares, Humberto de Campos. O título da duquesa de Calice. Etc.
	4. De avião a Belém. Museu Goeldi. Passeios pela cidade.
	5. Belém. Rumo ao Sol. Jantar numa família paranaense.
	6. Ilha de Marajó. Começam as excursões.
	7, 8, 9, 10. Excursões ao limiar da Amazônia.
	11. De avião para Manaus.
	12. Manaus. Passeios pela cidade. O rio Negro.
	13. Excursões
	14. Excursões
	15. Excursões
	16. De avião para Porto Velho.
	17. De trem para Gama-Jô-mirim (Front. da Bolívia).
	18. De avião para o Acre.
	19. Acre. Rio Branco. Seta Madureira. Cruzeiro do Sul.
	20. Acre.
	21. Acre. De avião para Iquitos.
	22. Em navio-geladeira para Manaus.
23, 24, 25, 26 e 27	27. Chapada e Manaus.
	28. De avião a Guaporé
	29. O forte Príncipe da Beira.
MAIÇO	3, 3, 4. Na selva de Guaporé
	5. De avião a Cuiabá.
	6. De avião a S. L. de Cáceres e Corumbá. O forte de Coimbra.
	7. De trem de Corumbá a Campo Grande, Três Lagoas, Foz de Iguaçu.
	10. Regresso à casa.

Fonte: Arquivo Público Histórico de Rio Claro

ANEXO III - Relação dos membros da Câmara dos Quatrocentos (pág. 5 e 12)

ANEXO - 3

ANTIGOS MEMBROS DA CÂMARA DOS QUATROCENTOS

NOMES	PROFISSÃO	ESTADOS
João Bernardo da Silva	Operário	-
Dr. Alberto Lamego	Engenheiro	-
Osar de Freitas Almeida	Professor	-
Nilas Pires	Universitária	-
Dr. Amândeo Bretas Bhering	Professor	MINAS-G. Horizonte
Dr. Alexandre Berfort de Mattos	Engenheiro	-
Dr. Tito Carlos Pereira Filho	"	-
Dr. Paulo Japiassá	Médico	-
Dr. Antonio Viegas Cota	"	-
Dr. Beleriano Rocha	Advogado	-
Leonidas Santos Damascio	-	-
Antonio Pereira Vieira	Of. Rég. Civil	PIAUI-Teresina
Dr. Simpliciano Brochado Junior	-	-
Armando Faráico Pereira	-	-
Dr. Cecílio Tavares	Advogado	-
Dr. Samuel Magalhães	Médico	-
Pedro Ferreira	Comerciante	-
Dr. Wilton Ferreira	Médico	-
Dr. Americo Gasparini	Advogado	-
Dantas da Motta	Universitário	-
Dr. Mauricio de Andrade	Advogado	-
Dr. Gil Guatambuim	Engenheiro	-
Dr. Clito Lemos	Médico	-
Dr. Antonio Procopio Fozmeira	"	-
Dr. João Queiroz	Advogado	-
João de Campos Salles	Comerciante	-
Dr. João Sanches	Médico	-
Antonio Cassia	Comerciante	-
Virgílio Vieira Romão	"	-
Dr. João J. Magalhães	Médico	-
Dr. Alcides Meira	"	-
Dr. Jorge Claudino de Oliveira Cruz	Magistrado	-

-Continua-

ANTIGOS MEMBROS DA CAMARA DOS QUATROCENTOS			anexo -12-
NOMES	PROFISSÃO	ESTADOS	
Dr. Joaquim Vaz da Costa	Desenhador	-	
Dr. Cyro Bezende	Médico	-	
	..-.-.-.-		

Fonte: Arquivo Público Histórico de Rio Claro

ANEXO V - Cartilha do ABC do Integralismo da AIB-PI

AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA é uma organização nacional, de caráter cívico e político, constituída por brasileiros que pretendem o estado integral, a Nação total, única, em que o indivíduo, a família e a sociedade funcionem harmonicamente, dentro de suas verdadeiras tradições, sob os ritmos da ordem e do trabalho construtor, seguindo a influência e os relevos das finalidades sociais brasileiras.

BRASILIDADE, sob o ponto de vista do integralismo, não é apenas uma bonita palavra, mas a significação de um movimento filosófico, que exprime, os aspectos nacionais da concepção totalitária do universo, dando ao Brasil o verdadeiro sentido de suas aspirações no continente e no mundo.

CIVISMO representa, nas linhas gerais da doutrina integralista, a satisfação da harmonia social pela reunião dos seres humanos sob a influência de seus destinos para com os seus semelhantes, para com a família e para com a Pátria.

DEMOCRACIA de meios e não de fins tem sido, no Brasil, como em muita parte, uma idéia sem amago, como uma árvore sem frutos opímos, por isso que as nações e os povos democráticos facilmente se escravizam às oligarquias, que enfraquecem a vitalidade da Nação, dividida pelos partidos, que são outras tantas formas de oligarquias.

ESTADO, na concepção integralista é a expressão política da Nação, funcionando pela sinergia de todos os seus organismos, animados pela saúde e pela instrução, sob o influxo do trabalho e das atividades de suas forças económicas, que geram a felicidade, a paz e a fortuna dos povos organizados.

FAMÍLIA é a sociedade do lar, miniatura da sociedade nacional, reunião de indivíduos cujos interesses não sejam egoístas, mas orientados pelas necessidades e aspirações do seu lar, em comunhão cívica com os interesses de seu município, de sua província, da Nação, enfim.

GARANTIAS são relevos da preponderância do Estado forte sobre os indivíduos e que o poder concede a todos a fim de que não haja lugar para as tiranias, distorcidas sob quaisquer aspecto sociais ou económicos, sejam o individualismo, o coletivismo, o capitalismo, ou o comunismo.

HIERARQUIA é nada mais que disciplina social, exercitada dentro das verdadeiras finalidades humanas, desde os interesses privados da família, aos interesses gerais da Nação, que exprimem a soma de todas as aspirações subordinadas ao princípio inicial da ordem, da disciplina e da construção no Estado moderno.

INTEGRALISMO é aquele alto conceito que se tem do mundo, que gira sob o impulso das leis eternas e imutáveis do sistema planetário, exemplo imortal da vida, da ordem e da integração de todas as forças ordenadas e harmonizadas, no que é símbolo o «sigma», a letra grega que indica soma, ou total de todas as parcelas que se reúnem para determinada finalidade.

INTEGRALISMO BRASILEIRO

3

JUSTIÇA é princípio e paradigma de ordem universal, que o Integralismo brasileiro cultua como o dogma: justiça igual para todos, necessária ao ritmo de produção de todos os valores, morais e materiais, que se reúnem para a verdadeira ordem social e humana, sob as múltiplas formas de atividade dos indivíduos e das corporações.

KALENDARIO cívico de nenhuma pátria registrará um tão grande movimento de cultura social como o do Brasil Integralista, agitado pelas idéas altas e generosas, que empolgam os homens de cultura e de pensamento, que atraem todas as classes organizadas e que incitam a mocidade das escolas e das casernas a marchar para diante tendo no cérebro e no braço diante, a consciência cívica e a energia da nacionalidade.

LIBERDADE é outro dogma de exercício permanente na doutrina Integral, por que sem liberdade não há justiça, não há direitos, não há deveres, não há hierarquia, não há disciplina, não há religião, desaparecendo mesmo o ideal de viver, de pensar de produzir, deixando de existir a autonomia da própria Nação, vencida pelas tiranias e pelos extremismos.

MUNICIPIO é a menor parcela do grande todo que é a Nação e é a essa parcela que se reúnem as outras de todo o país, onde também existem as parcelas que são as famílias, constituintes da sociedade, elementos coordenadores da totalidade da Nação Integral, desde a unidade-homem, no seu ambiente local, regional ou técnico, produzindo utilidades para a família, para a comunhão social e para o país.

NACÃO, dentro do conceito integralista é a soma dos elementos morais e materiais de uma pátria única, desde as tradições religiosas, as tradições históricas do povo e da raça, até as projeções económicas da população, no conjunto de todas as suas classes laboriosas, que gravitam no cenário universal das artes, das indústrias, do comércio e de todas as formas de atividade humana, assim como da defesa nacional em sua integridade geográfica e política, na terra, no mar e no espaço.

OPINIÃO é expressão cívica da vontade, desde o indivíduo à coletividade pública e que o Integralismo examina em suas manifestações mais altas, que têm por tribuna a cátedra e a imprensa garantidas e livres e em quantas outras formas o homem livre possa traduzir o seu pensamento creador.

PARTIDOS, são as frações combatidas pelo Integralismo, e que significam nada menos que fragmentos, parcelas, que produzem a falência do liberalismo das democracias de meios, dividindo as nações em grupos que se entredevoram e seguem principalmente a homens, outras tantas frações individualistas de combate às idéas, que são o ritmo potencial das nacionalidades em marcha.

QUERER, sómente é PODER dentro das formulas do Integralismo, que são a argamassa do Estado forte, onde não se admitem ociosos, nem gosadores da vida, mas homens livres, que trabalham para se elevar no ambiente da família e da sociedade, desde o seu município, engrandecendo e enriquecendo a nação pelo esforço, pelo estudo, pela ordem, pela conduta moral e pela tempera do caráter.

REALIDADES de um país não são aquelas de caráter individualista de que fazem nutrida reclamação os partidos, que retiram o pensamento e a força da nação, mas as suas verdadeiras aspirações cívicas e políticas, onde os trabalhadores de todos os campos e

ANEXO VI - FOLHETO DE NOMEAÇÃO DE GIOVANNI COSTA

União Nacional 21-7-33

A noite integralista de ontem, no Teatro José de Alencar

Foi dedicada à Legião Cearense do Trabalho

Mais uma importante reunião integralista teve lugar ontem, à hora costumeira no Teatro José de Alencar, que, como ante-hontem, achava-se literalmente cheio. A sessão, que se revestiu do caráter movimentado e empolgante das anteriores, foi dedicada à Legião Cearense do Trabalho, que compareceu incorporada, assim como as milícias da «Ação Integralista Brasileira».

Em primeiro lugar falou o jovem Laura Maciel, secretário geral interino da Legião, que discorreu, com abundância de conceitos interessantes, sobre a identidade entre aquela corporação proletária e o integralismo.

Seguiu-se com a palavra o legionário Vital Felix de Souza, representante do operário da praia, sobre cujas condições se externou.

Em terceiro lugar falou o sr. Manoel dos Santos, presidente do Tribunal Legionário, saudando a «Bandeira Integralista» de Gustavo Barroso.

Herbert Dutra, mineiro, pronunciou, em linguagem desassombrada, eloquente discurso, no qual criticou, cerradamente, a política do Brasil e os erros da República. Abrangeu outros assuntos de caráter doutrinário, demonstrando erudição na sua feliz palestra, tendo oportunidade de fazer uma exaltação à camisa-olva.

Miguel Reale, cujas orações vêm sendo bastante apreciadas, discorreu a seguir sobre sindicalismo, o estado integralista e sua concepção.

Todos esses oradores foram estrepitosamente aplaudidos, chegando então a vez do dr. Gustavo Barroso, chefe da «Bandeira Integralista».

O ilustre intelectual, na sua brilhante conferência de ontem, aludiu às finalidades e aspirações do integralismo, e o que este, sob forma de regime, pretende realizar, quando empolgar o poder, no Brasil.

O Des. Giovanni Costa recebeu do Chefe Nacional Integralista o telegrama seguinte:

BELO HORIZONTE, 26 Março 1934.

Dr. Giovanni Costa **Teresina—Py.**

Companheiro nomeado Chefe Província Indicação
Gustavo Barroso. Felicito sua atividade. Anuê!

as.) Plínio Salgado.

Piqui
Salati
Dr. A. I. B.

Mano
1934

Fonte: Biblioteca digital do Movimento Integralista e Linearista Brasileiro